

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Direito

Marília Souza Diniz Alves

FRONTEIRAS ENTRE A DEMOCRACIA E O AUTORITARISMO

BELO HORIZONTE

2013

Marília Souza Diniz Alves

FRONTEIRAS ENTRE A DEMOCRACIA E O AUTORITARISMO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito e Justiça.

Orientadora: Profa. Dra. Miracy Barbosa de Sousa Gustin

BELO HORIZONTE

2013

Marília Souza Diniz Alves

FRONTEIRAS ENTRE A DEMOCRACIA E O AUTORITARISMO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito e Justiça.

Profa. Dra. Miracy Barbosa de Sousa Gustin (Orientadora) - UFMG

Prof. Dr. Álvaro Ricardo de Souza Cruz – PUC Minas

Profa. Dra. Cristiana Maria Fortini de Pinto e Silva - UFMG

Prof. Dra. Mônica Sette Lopes - UFMG

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus sempre presente em minha vida.

Agradeço à minha família por todas as horas que lhe foram suprimidas na concretização desta etapa. Aos meus pais pelo apoio incondicional. À minha irmã Natália por sua amizade, presteza e disponibilidade. Ao Mateus pelo amor, dedicação e, principalmente, por suportar os intermináveis momentos de tensão.

À minha orientadora, mestre e mãe acadêmica, Miracy Barbosa de Sousa Gustin, por quem tenho carinho, admiração e respeito. Miracy acreditou e apoiou esse projeto, oferecendo-me todos os subsídios teóricos necessários para desenvolvê-lo, fazendo leituras rigorosas e justas de minha produção.

Agradeço, a Professora Cristiana Fortini que orientou meu estágio à docência durante o mestrado, ensinando-me o ofício de professora.

Ao Professor Álvaro Ricardo que com generosidade e competência me acolheu entre os seus iniciados.

Agradeço, as sugestões profícuas dos colegas de mestrado, em especial ao Juliano Santos, pelos aconselhamentos na concretização das bases desta dissertação.

Aos amigos que Deus colocou em meu caminho para dividirem as alegrias e dificuldades do dia a dia.

Aos colegas do Tribunal Regional do Trabalho da 3^a Região e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, parceiros desta empreitada.

Agradeço, ainda, aos Professores que aceitaram compor a banca, pela leitura e contribuição dada a este estudo: Álvaro Ricardo de Souza Cruz, Cristiana Maria Fortini de Pinto e Silva, Mônica Sette Lopes e Maria Fernanda Repolês.

RESUMO

A presente produção jurídico-historiográfica abordou uma visão conjuntural do Brasil no período 1960 a 1964, com destaque para explicações sobre processos de descontinuidades em relação a regimes políticos, em especial para aquelas que rompem com relações democráticas instaladas. Pretendeu-se reconstruir parcialmente a trajetória política brasileira, a fim de reinterpretar as falhas da democracia dos anos 60 e identificar as causas que viabilizaram a ascensão do autoritarismo. A pesquisa desenvolveu-se em razão da dúvida: a ordem jurídica contribuiu para a descontinuidade democrática vivenciada no Brasil nos anos 60? Indagou-se, ainda, sobre quais variáveis conjunturais e factuais brasileiras possibilitaram a ascensão do regime autoritário. Como referências teórico-metodológicas foram utilizadas a metodologia da história nova de Jacques Le Goff sobre o imaginário social e a teoria da poliarquia de Robert A. Dahl. Confirmou-se a hipótese de que a Constituição de 1946, elaborada sob o ideário do paradigma liberal, contribuiu para a descontinuidade democrática. Foram examinadas as oito garantias democráticas considerando a realidade brasileira. Afirma-se, no estudo, que o Brasil, na primeira metade dos anos 60, era uma poliarquia independente, soberana, com capacidade de se autodeterminar, ao menos é isto que se tentou demonstrar neste excuro. O governo era continuamente responsivo às preferências dos cidadãos. Entretanto, ao contrário da teoria de Dahl, não foi desenvolvido um sistema de segurança capaz de consolidar a democracia.

PALAVRAS CHAVE: Poliarquia. História Nova. Descontinuidade democrática. Autoritarismo.

ABSTRACT

This juridical - historical production touched a cyclical vision of Brazil in the period 1960-1964 , with emphasis on explanations of processes discontinuities in relation to political regimes , especially for those who break installed democratic relations . It was intended to partially reconstruct the Brazilian political history , to reinterpret the failures of democracy '60s and identify the causes that made possible the rise of authoritarianism . The survey was developed because of the doubt : the legal system contributed to the democratic discontinuity experienced in Brazil in the 60s ? If asked , also, about which Brazilian circumstantial and factual variables allowed the rise of authoritarian regime . As a theoretical - methodological references the methodology of the new story of Jacques Le Goff on the social imaginary and the theory of polyarchy Robert A. were used Dahl . Confirmed the hypothesis that the 1946 Constitution , drafted under the ideas of the liberal paradigm , contributed to the democratic discontinuity. The eight democratic guarantees on the Brazilian reality were examined . It is stated in the study that Brazil , in the first half of the '60s , was an independent , sovereign polyarchy , capable of self-determination , at least that's what we tried to demonstrate in this excursion . The government was continually responsive to citizen preferences . However, unlike the theory of Dahl , a security system capable of consolidating democracy was not developed .

KEYWORDS : Polyarchy. New History. Democratic discontinuity. Authoritarianism.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – RECEITA E DESPESA DA UNIÃO (CR\$)

TABELA 2 – IGP SÉRIE HISTÓRICA

TABELA 3 – REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO

TABELA 3 – CUSTO DE VIDA

TABELA 4 – IPC – SÉRIE HISTÓRICA

LISTA DE SIGLAS

ADP – Ação Democrática Parlamentar
CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia
CIA – Agência Central de Inteligência norte americana
EUA – Estados Unidos da América
FMI – Fundo Monetário Internacional
FPN – Frente Parlamentar Nacional
GAP – Grupo de Ação Patriótica
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IT&T - International Telephone & Telegraph Corporation
JK – Juscelino Kubitschek
LIMDE – Liga da Mulher Democrata
MCP – Movimento de Cultura Popular
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PNB – Produto Nacional Bruto
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PSD - Partido Social Democracia
SAPS – Serviço de Alimentação da Previdência Social
STF – Supremo Tribunal Federal
SUPRA – Superintendência de Política Agrária
UDN – União Democrática Nacional
UNE – União Nacional dos Estudantes
USAID – Agência de Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

<u>CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA: FRONTEIRAS ENTRE A DEMOCRACIA E O AUTORITARISMO</u>	10
1.1.METODOLOGIA HISTÓRICA E REFERENCIAL TEÓRICO	13
<i>1.1.1 HISTÓRIA NOVA</i>	13
<i>1.1.2.POLIARQUIA – A DEMOCRACIA POSSÍVEL</i>	19
<u>2 DESCONTINUIDADE DEMOCRÁTICA BRASILEIRA E VARIÁVEIS CONJUNTURAIS</u>	25
2.1 GARANTIAS DEMOCRÁTICAS	25
2.3 ORDEM SOCIOECONÔMICA CONCENTRADA OU DISPERSA	58
<i>2.3.1 TIPO DE ECONOMIA: ACESSO A PROPRIEDADE</i>	59
<i>2.3.2 ACESSO À VIOLÊNCIA</i>	67
3.1 IGUALDADES E DESIGUALDADES	81
3.2 CLIVAGENS CULTURAIS	93
<u>CAPÍTULO 4 – IMAGINÁRIO DOS ATIVISTAS POLÍTICOS, NACIONALISMO E CONTROLE ESTRANGEIRO</u>	107
4.1 AS CRENÇAS DOS ATIVISTAS POLÍTICOS CONFORME A TEORIA DE DAHL	107
4.2 CONTROLE ESTRANGEIRO E NACIONALISMO	129
<u>CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	141
<u>REFERÊNCIAS</u>	156

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA: FRONTEIRAS ENTRE A DEMOCRACIA E O AUTORITARISMO

A produção jurídico-historiográfica nacional evidencia atributos distintivos das democracias e autoritarismos experimentados pelo Brasil. Contudo, ainda são perfunctórias as problematizações sobre as causas originárias das discontinuidades dos arranjos operacionais do poder bem como sobre o papel do sistema jurídico diante das mudanças.

O regime político, respaldado ou não pela ordem jurídica, está permanentemente sujeito à transformação, porquanto reflete o resultado da disputa pelo poder, a qual tem como premissa a análise da conveniência em cooperar com adversários. Evidencia-se, pois, que a alteração da forma de exercício do poder não é desencadeada meramente pela volição do grupo político situacionista: ela decorre de escolhas políticas precedentes, variáveis estruturais, conjunturais e factuais que balizam e favorecem a democratização ou o autoritarismo.

Essa análise envolve o conhecimento das oportunidades conjunturais que beneficiam a consolidação de um regime político em detrimento de outro, porque permite que o sujeito histórico aja em prol da manutenção e fortalecimento do exercício de poder na forma que lhe parecer mais oportuna.

No Brasil, exemplo clássico de mudança para o autoritarismo foram os eventos dos dias 31 de março a 1 de abril de 1964, que marcam uma discontinuidade do regime político nacional. Com vistas a identificar as causas que viabilizaram a ascensão do autoritarismo militar, este trabalho visa reconstruir parcialmente a trajetória política brasileira a fim de reinterpretar as falhas da democracia dos anos 60.

Delgado (2010, p. 123-143) classifica a produção historiográfica referente ao governo João Goulart e o Golpe em cinco grupos: visão estruturalista das razões que levaram à deposição do presidente Goulart; ênfase no caráter preventivo do golpe político; caracterização conspiratória das ações que culminaram com o golpe de estado; visão conjuntural, com destaque para a questão da democracia; novo ciclo produtivo (acesso a documentação inédita, registro de efemeridades e registros da relação memória e história).

A atual produção jurídico-historiográfica considera uma visão conjuntural do Brasil entre 1961 a 1964, pretendendo, ao mesmo tempo, identificar as oportunidades que (des)favoreceram a democracia e despertar o sujeito histórico para o esquecimento construído, para a desqualificação estratégica e para a interdição de registros. Assim, conhecendo criticamente os regimes políticos, suas características, ideologias, *modi operandi* e implicações, o sujeito que não viveu esse período histórico é alertado para os indícios que enunciam a mudança de regime político e as consequências dela decorrentes.

Dessa forma, esta pesquisa desenvolveu-se com base em uma dúvida: se a ordem jurídica contribuiu para a descontinuidade democrática vivenciada no Brasil nos anos 60. Indagou-se, ainda, sobre quais variáveis conjunturais e factuais brasileiras possibilitaram a ascensão do regime autoritário.

Para tanto, partiu-se da hipótese de que a Constituição de 1946, elaborada sob um paradigma liberal, preconizava o direito à liberdade e à igualdade formal dos brasileiros perante a lei, desprestigiando a igualdade material — as tentativas de dignificação dos setores excluídos, por meio das reformas de base, foram infrutíferas, porquanto careceram de respaldo constitucional —, aspirada pelos segmentos sociais que pretendiam ser incluídos na sociedade.

O objetivo geral da pesquisa foi avaliar a conjuntura jurídica, social, política, econômica e cultural brasileira nos anos 60, para diagnosticar os fatores que potencializaram o contexto da descontinuidade democrática.

Os institutos jurídicos do sistema político democrático foram explorados com base na metodologia da história nova. Pretendeu-se desenvolver um trabalho que não repetisse análises conservadoras monológicas e que estivesse comprometido com identificar os imaginários e crenças que respaldaram a construção e reconstrução da forma de organização social. Para atingir esse objetivo, adotou-se a metodologia de Fernand Braudel.

É a história desses imaginários que permite estudar as sequências históricas, a ordem socioeconômica, pluralismo cultural, dominação, valores, atitudes e crenças dos ativistas políticos. Neste último quesito foi analisada a variação na percepção das ideias de igualdade e liberdade entre os atores políticos brasileiros.

Partiu-se da premissa da teoria do cientista político norte americano Robert Dahl, que estabelece a democracia como uma forma de governo ideal, de que se distanciam os regimes políticos existentes. Não obstante, admitiu-se a possibilidade de os regimes políticos se aproximarem do ideal democrático.

Chama-se poliarquia a forma democratizada do regime político cuja existência pode ser materializada. A principal característica da poliarquia¹ é a contínua *responsividade* — frente às preferências dos cidadãos politicamente iguais — em um espaço de ampla oposição de ideias, competição e pluralismo entre os vários atores sociais.

A teoria da poliarquia, utilizada como referencial teórico, propõe-se a explicar por que alguns países conseguem manter regimes democráticos por longos períodos, e outros não (DAHL, 2012, p. 25-26). Baseado nela, este trabalho reconstruiu a conjuntura brasileira dos primeiros anos da década de 60, com vistas a compreender os motivos que ensejaram a mudança de um regime democrático para um autoritário.

Insta salientar que o próprio Dahl, ao elaborar sua teoria, considerou que os dados disponíveis à época eram precários e inviabilizavam o estudo profundo sobre os perfis dos modelos políticos dos países. Todavia ressaltou que a precariedade poderia ser superada nos próximos anos pelo amplo acesso futuro à informação, que permitiria aos novos pesquisadores aplicar sua teoria *in concreto*.

Segundo Dahl, as chances de uma poliarquia ser adotada em um país dependeriam de sete variáveis, quais sejam: sequências históricas, ordem econômica, nível de desenvolvimento socioeconômico, igualdades/desigualdades, pluralismo cultural, crenças dos ativistas políticos e nível de controle estrangeiro (DAHL, 2012, p.190-191). Portanto, a análise que se pretende realizar será feita a partir da coleta desses dados relativos ao contexto brasileiro.

¹ Para a fluidez da leitura optou-se por, ao longo do texto, utilizar democracia e poliarquia como sinônimos.

1.1. Metodologia histórica e referencial teórico

1.1.1 História nova

O tema do trabalho, ou, na linguagem proposta por Jacques Le Goff, a estrutura globalizante, é o regime político brasileiro dos anos 60 e as suas variações democráticas e autoritárias. A interação entre o campo jurídico e o histórico é baseada na compreensão do direito como produção social que materializa o campo simbólico das estruturas de poder.

A metodologia histórica escolhida para subsidiar o presente trabalho, de cunho nitidamente transdisciplinar, constou da terceira geração da escola dos Annales: história nova. Essa se caracteriza por uma renovação integral da história tradicional e descende da linhagem Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel. Dessa forma, é imprescindível realizar uma digressão sobre a historiografia francesa, com vistas a apresentar a proposta histórica adotada.

Os estudos históricos tradicionais se baseavam na ideia de continuidade e permanência pressupondo que as instituições jurídicas preservavam seu espírito e essência em contextos temporais diferentes. Realizavam uma narrativa “problemática” do que aconteceu. Pensava-se que o presente era melhor que o passado rudimentar, e, por conseguinte, o passado se aprisionava no presente.

Assim, a história do direito fazia-se por meio da exposição acontecimental passiva diante dos fatos, evolucionista, simplista e superficial. A história do direito tradicional analisava a continuidade do poder e o papel desempenhado da autoridade política. Porém é necessário ter a consciência metodológica de que o historiador interfere na história ao selecionar perspectivas e documentos bem como ao criar esquemas.

Na década de 1920, historiadores franceses reuniram-se na corrente que ficou conhecida como *Annales* para tentar apresentar novos métodos e conceitos sobre a história. Essa escola problematizou o objeto de estudo histórico, evidenciando as complexidades outrora negligenciadas pelas narrativas tradicionais.

A história problematizada, cujo método se baseava no presente, não buscava tão somente reconstruir o passado, mas também compreendê-lo. Os historiadores proeminentes desta corrente foram Marc Bloch e Lucien Febvre, que lutavam contra a história político-narrativa, acontecimental, que mascarava os bastidores históricos. Segundo Marc Bloch,

Por um lado, recusar o ‘ídolo das origens’, pois, segundo um provérbio árabe, ‘os homens parecem-se mais com seu próprio tempo do que com seus pais’. Por outro, ficar atento às relações do presente com o passado, quer dizer: ‘compreender o presente pelo passado’, mas também ‘compreender o passado pelo presente’ – de onde decorre a necessidade de um método ‘prudentemente retrospectivo’ (apud LE GOFF, 1990, p. 141).

Recusando a história superficial e simplista, Bloch e Febvre, em 1929, fundaram a revista *Annales d’Histoire Économique et Sociale*, com o propósito de tirar a história dos caminhos rotineiros confinados pelas barreiras disciplinares. Foi proposta a construção de uma história interdisciplinar, dialógica com outras áreas do saber. Apelava-se para uma história profunda e total; afinal em toda sociedade as estruturas — políticas, sociais² ou econômicas — e crenças estão sempre interligadas.

A interdisciplinaridade estava presente desde a primeira geração dos *Annales*, porém predominava o diálogo entre história e economia. Desde o nascimento, essa corrente foi responsável por uma ampliação do campo do documento histórico, não mais baseado somente em textos escritos: foram incorporados documentos iconográficos, arqueológicos, orais, estatísticos, fotográficos, entre outros.

Também foi criticada a compreensão de “fatos históricos”. Segundo Bloch, o historiador, diante da imensa realidade de dados, faz sua escolha evidenciando aqueles que visa dar maior atenção. Há uma construção científica do conhecimento que permite reconstruir e explicar o passado.

A segunda geração dos *Annales* ficou conhecida como a história de *longa duração*. Fernand Braudel, com sua obra *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe*

² A opção pelo vocábulo social decorreu de seu caráter vago para englobar toda a história, e não para rodear a história, nos dizeres de Marc Bloch, por muralhas (LE GOFF, 1990, p.132).

II, fundou esta corrente. Nessa formatação de estudo partia-se da premissa de que a história é formada por três tempos: o estrutural o conjuntural e o factual (LE GOFF, 1990, p. 144).

O tempo estrutural estudava as forças permanentes que agem sobre a vontade humana, ainda que de forma imperceptível. Esse tempo revela as estruturas sociais que permaneciam por longo período na história. Trata, portanto, do estudo dos fenômenos de longa duração, que só mudam muito lentamente, às vezes de forma imperceptível. Na obra de Braudel, esse tempo teve enfoque geográfico: o mediterrâneo em si. Ele relacionou o homem e o meio baseando-se na dimensão da geografia.

Quanto ao tempo conjuntural, esse trata da dimensão social, forças impessoais e coletivas que preenchem a vida de determinada sociedade. Logo, analisa a conjuntura econômica, progresso científico e instituições políticas.

Já o terceiro e último tempo, factual, correlaciona-se com os acontecimentos, os fatos sociais, sob a dimensão individual que prioriza o indivíduo e sua interpretação sobre a estrutura a qual se vinculava.

Considerando os três tempos braudelianos, percebe-se que a análise das fronteiras entre a democracia e o autoritarismo foi realizada da perspectiva do tempo conjuntural e do tempo factual, com base no imaginário social e individual. O recorte temporal realizado não deteve sua atenção no aspecto estrutural de longa duração.

A perspectiva deste trabalho aproxima-se da metodologia da terceira geração dos *Annales*, conhecida como *história nova*, cujo maior representante foi Jacques Le Goff. A nova história revisita os historiadores tradicionais, negados pela primeira geração dos *Annales*, e propõe releituras sobre o ídolo político (história dos fatos políticos), o ídolo individual (história de indivíduo) e o ídolo cronológico (LE GOFF, 1990, p.152).

A história objetiva sanar a curiosidade do leitor que não se contenta com a mera narrativa de fatos. Estuda, portanto, a história das estruturas, examina os vícios e virtudes e uma nação bem como explica as razões de esta ser forte ou fraca culturalmente, politicamente,

economicamente, tecnologicamente. Além disso, a nova história pretende conhecer a história dos homens, e não a história dos grandes homens. Ela anseia ser uma história total.

A terceira fase dos *Annales* abre-se para uma ampla diversificação de objetos e dimensões de estudo, vira uma enciclopédia, tratando de aspectos até então reservados a outros campos epistemológicos. Passa a estudar desde a química, o corpo, as imagens, a cultura, os costumes e até o artesanato.

Os críticos dessa corrente asseveram que o excesso de novos objetos acarreta a fragmentação do conhecimento historiográfico e que, por conseguinte, passou-se a fazer não uma história total, mas uma história de tudo. Não se pode corroborar com esta concepção, uma vez que, apenas com a pretensão de tudo estudar, o homem poderá ter uma visão holística de seu passado, presente e futuro.

A história do imaginário trabalha concomitantemente fatos materiais (guerras, atos de governo), fatos morais, fatos individuais e fatos gerais sem data precisa. Considera que a história de um povo é composta por todos esses fatos, pela integralidade da vida. Ademais, admite que o acontecimento passado possa voltar; portanto, inventariar o passado e conhecer profundamente as razões das mudanças representam, para o sujeito histórico presente, a possibilidade de valer-se do banco de dados para viver sem medo da instabilidade definitiva.

Ressalte-se que a opção metodológica permitiu uma abordagem segura da história jurídica nos diferentes aspectos da vida social. Ora, a realidade é multifacetada, sendo necessário transgredir a monoabordagem e mudar o paradigma de compreensão, adotando uma transcompreensão.

Priorizou-se a história dos imaginários — que cria um elo entre a história baseada em fontes literárias e a história social — estudando as sequências históricas, a ordem socioeconômica, o pluralismo cultural, a dominação, os valores, as atitudes e as crenças dos ativistas políticos.

O diferencial da nova história consiste justamente na problematização do imaginário para a construção do conhecimento histórico. O conceito de imaginário foi importado da

tradição da história cultural e apropriado por Le Goff, que o define como a dimensão do campo da representação aberta à multiplicidade e à transformação das circunstâncias sociais. Esse conceito traduz a percepção de uma realidade exterior e impulsiona o agir humano. Daí percebe-se o recurso a uma conceituação propositalmente aberta e lacunosa, que permite o estudo de qualquer objeto do interesse do pesquisador.

Trata-se de um estudo dinâmico, multidisciplinar e contextualizado, porquanto motivos e razões parcialmente idênticos podem levar a conclusões distintas nos períodos históricos em que predominam mentalidades diferentes. A peculiaridade metodológica consiste em perceber crenças não articuladas, opiniões amorfas, suposições não ditas.

Considerou-se, da perspectiva metodológica, que os documentos não são inocentes e que tampouco decorrem apenas da escolha do historiador, afinal são produzidos consciente ou inconscientemente pelas sociedades passadas, com a pretensão de dizer a verdade. Portanto, tentou-se desestruturar os documentos selecionados para entrever suas condições de produção, verificando quem detinha a produção, por exemplo, de testemunhos que se tornaram documentos da história. Dessa forma, localizando lacunas e silêncios históricos, foi possível compreender a densidade do que sobreviveu dos vazios.

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (LE GOFF, 2003, p. 535).

Portanto, como fonte primária do trabalho, com vistas a compreender as representações brasileiras dos anos 60, foram utilizadas várias categorias documentais legadas pela sociedade, a saber: entrevistas; depoimentos; discursos; notícias de jornal; análises interpretativas de obras, produzidas por intelectuais, jornalistas, políticos ou militantes partidários que deram suas interpretações dos acontecimentos ainda na década de 1960 ou em época mais recente; jornais; imagens; filmes.

Recorreu-se a entrevistas concedidas por personalidades políticas aos pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, disponíveis na internet. E, uma vez que as indagações dos

depoentes sobre como interpretaram os acontecimentos permitiu reconstruir o imaginário brasileiro e que também foram utilizadas entrevistas concedidas a pesquisadores cujas obras subsidiaram o presente trabalho, é forçoso reconhecer que a memória esteve presente na reconstrução histórica perpetrada.

Conforme Le Goff (2003, p. 471),

A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.

Na obra *Memória e história*, Le Goff afirma que existem vários modos de trabalhar memória: pela oratória, retórica, escrita ou oralidade. A construção e teorização da memória expressa as relações de poder na sociedade, que, por vezes, confisca, apaga, esquece ou destrói a memória coletiva.

O desafio desta dissertação é articular os registros temporais das trajetórias individuais e a sócio-história na qual ela se desenvolve. Pretende-se, pois, trabalhar a função social do passado como fonte de inovação no processo de construção do futuro, por vezes ofuscado pela lembrança.

Em linha de raciocínio semelhante, Ferreira defende a relevância desse processo de ressignificação histórica:

[...] o historiador tem o dever de diferenciar a história da memória, compreender que a memória é seletiva: há coisas que são lembradas – e lembradas de determinada maneira – e há coisas que são esquecidas. Desse modo, não há mais razões para continuar reproduzindo certo tipo de memória, sempre negativa, sobre João Goulart (FERREIRA, 2011, p. 14).

Essa metodologia prima pela contextualização e diálogo entre as várias perspectivas cognoscentes, inclusive econômica, além de contrapor diversos pontos de vistas de pessoas envolvidas nos fatos, a fim de alcançar a profundidade da análise histórica. Somando-se a isso, a opção metodológica decorreu da compatibilidade entre a mesma e o referencial teórico poliárquico adotado.

1.1.2. Poliarquia – a democracia possível

Segundo Robert A. Dahl, a poliarquia é a forma de governo mais próxima à democracia. Ousa-se dizer que é a democracia possível.

Neste livro, gostaria de reservar o termo ‘democracia’ para um sistema político que tenha, como uma de suas características, a qualidade de ser inteiramente, ou quase inteiramente, responsivo a todos os seus cidadãos. A esta altura, não devemos nos preocupar em saber se este sistema realmente existe, existiu ou pode existir. Pode-se, seguramente, conceber um sistema hipotético desse gênero; tal concepção serviu como um ideal, ou parte de um ideal, para muita gente. Como sistema hipotético, ponto extremo de uma escala, ou estado de coisas delimitador, ele pode (como um vácuo perfeito) servir de base para se avaliar o grau com que vários sistemas aproximam deste limite teórico. (DAHL, 2012, p. 26).

Entre as características da poliarquia, destaca-se a existência de uma contínua *responsividade* do governo para com as preferências dos cidadãos politicamente iguais. Para que a responsividade seja efetiva, é necessário que os cidadãos tenham oportunidade de: (i) formular preferências; (ii) expressá-las por meio de ações individuais ou coletivas; (iii) tê-las consideradas na conduta do governo.

Como pressuposto adicional às três esferas de oportunidades, Dahl (2012, p. 27) entende que democracias com grande número de pessoas necessitam institucionalizar em seu sistema político oito garantias: (1) liberdade de formar e aderir a organizações; (2) liberdade de expressão; (3) direito de voto; (4) elegibilidade para cargos públicos; (5) direito de líderes políticos disputarem apoio e votos; (6) fontes alternativas de informação; (7) eleições livres e idôneas; (8) instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência.

A disponibilidade e amplitude dessas oito garantias variam nos países democráticos, e em alguns casos apenas uma pequena parcela da população tem permissão para contestar e se opor ao governo. O objetivo de Dahl é identificar os regimes democráticos com base nas características por ele determinadas.

Segundo Dahl, a sociedade moderna, dinâmica e pluralista, favorece a estabilidade do regime político democratizado. Enquanto a modernidade relaciona-se a elevados níveis de

riqueza, consumo e educação, a dinamicidade diz respeito ao crescimento econômico e à elevação do nível de vida. Já o pluralismo indica a presença de numerosos grupos autônomos.

O fato de o regime democratizado disseminar o poder entre os cidadãos e inibir a concentração de poder deslegitima privilégios e reforça o princípio de igualdade, por meio da inclusão dos diversos grupos sociais na arena pública. A inclusividade popular no governo é mensurada com base na amplitude dos quesitos participação e contestação de forma legítima.

Percebe-se que o processo de democratização de um país está vinculado ao desenvolvimento da **oposição pública**³, a qual consiste tanto na oportunidade de as pessoas se organizarem aberta e legalmente em partidos políticos quanto na possibilidade de concorrer ao poder por meio de eleições livres e idôneas. Portanto, o estágio de democratização de um país é mensurado por dois critérios: competição e participação política.

A competição tem viés político e diz respeito à organização aberta e legal dos opositores do governo em partidos políticos, com a possibilidade de, conforme o resultado de eleições livres e idôneas, assumirem a situação (DAHL, 2012, p. 25). A participação tem viés social e trata da inclusão do indivíduo nas decisões políticas. Assim, os indivíduos considerados politicamente iguais, além da possibilidade de votar e contestar o regime, podem formular preferências, expressá-las — seja por meio de ações individuais seja por coletivas — e ter suas preferências consideradas pelo governo em suas condutas (DAHL, 2012, p.26).

A relação entre as duas dimensões foi trabalhada por Dahl, que se utilizou do primeiro quadrante do plano cartesiano. No eixo horizontal, também denominado eixo das abcissas, tem-se a variável “direito de participação”; na vertical, ou seja, eixo das ordenadas, tem-se a variável “contestação pública”. Baseando-se no nível de cada uma das variáveis, é possível identificar o estágio de democratização⁴ do país.

³ “É dispensável dizer que, na falta do direito de exercer oposição, o direito de ‘participar’ é despedido de boa parte do significado que tem num país onde existe a contestação pública. Um país com sufrágio universal e com um governo totalmente repressivo certamente proporcionaria menos oportunidades a oposições do que um país com sufrágio limitado mas com um governo fortemente tolerante.” (DAHL, 2012, p. 29).

⁴ Esse critério também pode ser utilizado para analisar a democratização em unidades subnacionais como organização social e política, a exemplo de municípios, sindicatos, empresas, igrejas, etc.

A fim de evitar a criação de um rol infindável de variações de sistemas políticos, Dahl optou por classificá-los segundo os seus extremos, deixando o espaço de transição inominado. Caso o regime político do país analisado não esteja em nenhuma extremidade, sugere-se a utilização do recurso de classificação aproximada. Nas extremidades do quadrante identificam-se os seguintes sistemas políticos:

- Hegemonia fechada (0,0). Está no encontro dos eixos, sendo também denominada origem. Trata-se de governo com ausência de competição e participação no regime político eminentemente autoritário.
- Hegemonia inclusiva (10,0). O aumento da inclusividade implica maior popularização, a qual pode ocorrer sem a liberalização, ou seja, sem a ampliação das oportunidades de contestação pública.
- Oligarquia competitiva (0,10). Amplia-se a possibilidade de contestação pública, com maior liberalização que na hegemonia fechada.
- Poliarquia (10,10). É o sistema que ruma à democratização. Trata-se do regime relativamente democratizado, substancialmente popularizado e liberalizado.

Saliente-se a afirmação de Dahl (2012, p. 31) de que “[...] *nenhum grande sistema no mundo real é plenamente democratizado, prefiro chamar os sistemas mundiais reais que estão mais próximos do canto superior direito de poliarquias.*”

Quanto maior a participação e a competição, mais próximo de ser uma poliarquia. Logo, o país que passa por um processo de ampliação da competição e da participação política aproxima-se do regime político poliárquico/democrático, e as transições de regime resultam da ação de seus atores políticos.

A poliarquia sustenta-se em um equilíbrio de forças resultado de considerações estratégicas realizadas por grupos políticos, que sopesam custos e benefícios de tolerar seus adversários e concluem ser baixo o ônus de tolerar a oposição.

Axioma 1. A probabilidade de um governo tolerar uma oposição aumenta com a diminuição dos custos esperados da tolerância.

Entretanto, um governo deve considerar também o quanto lhe custaria suprimir uma oposição; pois ainda que a tolerância cobre um preço, a supressão poderia custar muito mais e ser, obviamente, estúpida. Portanto:

Axioma 2. A probabilidade de um governo tolerar uma oposição aumenta na medida em que crescem os custos de sua eliminação.

Assim, as possibilidades de um sistema político mais competitivo surgir ou durar podem ser pensadas como dependentes de dois conjuntos de custos:

Axioma 3. Quanto mais os custos de supressão excederem os custos da tolerância, tanto maior a possibilidade de um regime competitivo. (DAHL, 2012, p. 36-37)

Segundo a teoria de Dahl, as chances de democratização decorrem da análise governamental de custo-benefício entre tolerância e supressão da oposição. A tolerância que o governo tem para com os opositores está diretamente atrelada aos custos que dela advém: quando os custos da tolerância são baixos, a estabilidade e segurança do governo ampliam-se; contudo, o aumento dos custos da supressão garante segurança à oposição.

Além de apresentar uma teoria democrática escolhida, é importante debater seus limites e contribuições. A teoria escolhida transita nos temas do pluralismo e preocupa-se em avaliar a inserção popular na escolha dos representantes dos mais diversos níveis, ou seja, a ampliação dos eleitores. Trata-se de uma teoria comprometida com a cidadania extensiva, isto é, com a inclusão de pessoas no sistema político.

Segundo Dahl, os mecanismos eleitorais são cruciais para assegurar a sensibilidade de líderes políticos às preferências dos cidadãos, e principalmente das minorias, afinal, a poliarquia possibilita que as minorias politicamente ativas influenciem nas decisões governamentais, bem como na seleção dos líderes recrutados, na legitimidade da atividade política.

A mudança de escala e suas consequências – o governo representativo, maior diversidade, um aumento nas cisões e conflitos – contribuiu para o desenvolvimento de um conjunto de instituições políticas que, como um todo, distinguem a democracia representativa moderna de todos os outros sistemas políticos, sejam eles não democráticos ou sistemas democráticos mais antigos. (DAHL, 2012, p. 346)

De fato, os processos eleitorais resguardam a soberania popular, a igualdade política e o controle social. Todavia muito se discute acerca dos limites da democracia representativa. Além disso, Dahl não problematiza a apatia do eleitorado e tampouco esclarece quais práticas

societárias favorecem a democracia. Ele se limita ao enfoque da autorrealização individual política, sem aprofundar a ótica do coletivo, sem nenhuma discussão sobre o bem comum.

A teoria de Dahl é bidimensional, composta pela dimensão contestação pública — ou seja, a oportunidade de os opositores se organizarem abertamente em partidos políticos — e pela dimensão inclusividade/participação.

A dimensão da inclusividade engloba o direito de votar e de ser votado. Defende-se que a elegibilidade, como trabalhada por Dahl, é incompleta, uma vez que não dá a devida importância ao direito de ser eleito. O melhor seria desmembrar essa dimensão nas vertentes poder votar e poder ser votado, até mesmo porque o alijamento do direito de representar o povo motivou manifestações populares reivindicatórias, inclusive no contexto brasileiro analisado.

Nesse aspecto adota-se o mesmo posicionamento de Wanderley Guilherme dos Santos, que reformulou a teoria de Dahl propondo a inclusão do êxito controle, o qual representaria a elegibilidade compreendida como poder ser votado.

A essencialmente incompleta teoria da poliarquia tem ocultado a relevância fundamental do eixo da elegibilidade, torcendo a cronologia da história política das nações, obscurecendo a distinção entre sistemas representativos oligárquicos e sistemas representativos poliárquicos, limitando o entendimento das dinâmicas possíveis, oligárquicas e poliárquicas, e, finalmente, desconhecendo o caráter não-encarcerável e, pois, reversível, de sistemas poliárquicos, mesmo na ausência de rupturas institucionais (Santos, 1998, p. 226)

A opção por uma terceira dimensão elucidada que, não obstante seja pouco provável retroação no direito ao voto, uma vez que a participação esteja consolidada, a representatividade pode ser alterada mais a partir da mudança de amplitude da categoria de “quem pode ser votado”. A redução da possibilidade de renovação parlamentar pode implicar uma mudança do regime poliárquico para o oligárquico.

Outra crítica possível à teoria de Dahl consiste no recurso a axiomas. Axioma é uma premissa autoevidente cuja posição de veracidade é aceita por todos, não se sujeitando a debates, prescindindo de demonstração. Portanto, é incoerente que axiomas derivem de

axiomas, afinal, se de fato forem axiomas, não derivariam de nada. Não obstante acredita-se tratar de um problema de nomenclatura, o qual não invalida a teoria.

Talvez melhor fosse utilizar o vocábulo postulado nos termos kantiano, ou seja como condição de possibilidades do conhecimento de determinado objeto. Tratando-se de postulado normativo, trabalha-se a condição de possibilidades de conhecimento do fenômeno jurídico reveladas pela hermenêutica, vislumbrando os critérios de coerência (entre norma e sistema) integridade (aplicar a norma ao fato) e reflexão (pré-concepção, expectativa quanto à solução concreta, hipótese de aplicação). Por outro lado, tratando-se de postulado éticopolítico, investiga-se as causas das normas e não propriamente seu conteúdo.

Para diferenciar oligarquias de poliarquias, Dahl contrapõe o regime absolutista ao democrático. Todavia, entende-se que o melhor seria contrapor sistemas não representativos e sistemas representativos, porquanto os regimes autocráticos, há muito, deixaram de existir.

A teoria democrática escolhida funciona como esqueleto teórico dos regimes democráticos, analisando a multiplicidade de fenômenos sociais que causam a estabilidade do regime político. Ao mesmo tempo, ela permite demonstrar que a existência da democracia é frágil, uma vez que são necessários processos históricos singulares para que possa existir e subsistir.

2 DESCONTINUIDADE DEMOCRÁTICA BRASILEIRA E VARIÁVEIS CONJUNTURAIS

Este capítulo faz uma nova leitura da descontinuidade democrática brasileira vivenciada nos anos 60 a partir da teoria pluralista democrática proposta por Robert Dahl. Inicia-se pela análise das garantias democráticas constitucionais no período anterior à interrupção das relações democráticas e, em seguida, serão apreciadas as variáveis conjunturais que corroboraram para a mudança do regime político. Essa teoria pluralista democrática propõe um novo conceito jurídico-político, o da poliarquia.

2.1 Garantias democráticas

Na teoria pluralista democrática o governo *responsivo* às preferências de seus cidadãos lhes oferece oito garantias democráticas: (1) liberdade de formar e aderir a organizações; (2) liberdade de expressão; (3) direito de voto; (4) elegibilidade para cargos públicos; (5) direito de líderes políticos disputarem apoio e votos; (6) fontes alternativas de informação; (7) eleições livres e idôneas; e (8) instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência.

É possível perceber que tais garantias tutelam as liberdades liberais clássicas, quase sempre trivializadas pelos cidadãos que as herdaram e estimadas pelos que as perderam ou nunca as tiveram. Consistem na oportunidade de exercer oposição ao governo, de formar organizações políticas, de manifestar-se politicamente sem temer represálias governamentais, de ler e ouvir opiniões alternativas, de votar secretamente em candidatos de diferentes partidos e de os candidatos derrotados entregarem pacificamente os cargos. Conforme Dahl (2012, p. 41):

Nas poliarquias bem-estabelecidas, essas liberdades [liberais clássicas] há muito perderam seus atrativos como uma causa nova, para não falar de qualquer apelo revolucionário. Familiares, imperfeitas, claramente insuficientes para garantir uma boa sociedade, trivializadas ao longo de muitas gerações pelos excessos retóricos, elas são facilmente entendidas como uma herança de significado bastante modesto. (DAHL, 2012, p.41)

As gerações nascidas no período democrático brasileiro anterior à ruptura de 64 consideravam as liberdades liberais clássicas uma conquista permanente, da qual não seriam despojadas; portanto, postulavam liberdades para além do paradigma liberal. Todavia, sequer as liberdades liberais podem ser tidas como garantidas, porquanto historicamente várias foram as ações governamentais de supressão e retomada das liberdades em geral.

A norma, inúmeras vezes, conforma fatos históricos. Exemplo disso é a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, decretada e promulgada em 1946, retomou as liberdades liberais positivadas na Constituição de 1934, e suprimidas em 1937. Não obstante as oito garantias consideradas por Dahl como imprescindíveis à democracia estivessem positivadas, várias foram mitigadas.

Percebe-se que tais garantias poderiam ser agrupadas em apenas duas categorias: de liberalização (1 e 2) e de participação (3 a 8). Entende-se, nesta dissertação, que essas oito garantias essenciais à democracia eram precárias no sistema político brasileiro. Assim sendo, a liberdade de formar e aderir a organizações (1) era limitada pela própria Constituição: organizações com propostas contrárias às garantias positivadas na Lei Maior não tinham autorização de funcionamento, o direito de greve era limitado, as associações profissionais eram reguladas por lei ordinária, e a cooperação entre órgãos sindicais, embora prevista, sujeitava-se ao controle estatal.

Art. 141, § 11 - Todos podem reunir-se, sem armas, não intervindo a polícia senão para assegurar a ordem pública. Com esse intuito, poderá a polícia designar o local para a reunião, contanto que, assim procedendo, não a frustre ou impossibilite.

§ 12 - É garantida a liberdade de associação para fins lícitos. Nenhuma associação poderá ser compulsoriamente dissolvida senão em virtude de sentença judiciária.

§ 13 - É vedada a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer Partido Político ou associação, cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos Partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem.

Sobre essa garantia, é interessante tecer considerações acerca da Frente Parlamentar Nacional e sobre as Ligas Camponesas. A liberdade de formar e aderir a organizações foi plenamente exercida em 1956, quando instituiu-se a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), integrada por 57 deputados de diversas siglas partidárias.

A FPN representava o imaginário social reformista e transformador da política nacional. Era um organismo de atuação ideológica que defendia a soberania nacional, reforma agrária, voto dos analfabetos, libertação econômica do país, nacionalização dos bancos estrangeiros, criação de um órgão para planejar e coordenar os problemas do nordeste, monopólio do petróleo, autonomia sindical, entre outras defesas similares.

Os membros da Frente Parlamentar Nacionalista condenavam o imperialismo e a ação do capital estrangeiro bem como reivindicavam a regulamentação da remessa de lucros para o exterior e o controle estatal sobre a exploração dos recursos naturais básicos. Adotavam um discurso nacionalista, postulando a independência econômica e política do Brasil, cuja consequência mais imediata seria a melhoria do nível de vida da população. Ademais, compreendiam a democracia não somente como observância de ritos formais, mas sobretudo, sob a ótica da ampliação dos direitos políticos e sociais dos trabalhadores. Entre as concepções da Frente, democracia não traduzia tão somente os ritos formais da democracia liberal, mas implicava especialmente a ampliação dos direitos políticos e sociais dos trabalhadores.

Nos anos 1960 a Frente aderiu à ação de mobilização política, integrando estudantes, sindicatos e partidos políticos. Na Câmara Municipal de São Paulo vereadores socialistas e trabalhistas conclamaram o povo a se unir em torno de movimentos unificados como o da Frente de Mobilização Popular:

[...] depois de uma longa e penosa gestação, surge à luz e ao povo a frente de Mobilização Popular. Ela já existia, potencialmente, pela necessidade que têm os brasileiros, hoje, de expressar de alguma forma, a sua luta pelas reformas. E, além de já existir potencialmente, já existia de fato e organizada em uma série de distritos e bairros desta cidade. Hoje, começa ela oficialmente as suas atividades em São Paulo, com a presença do líder nacionalista Leonel Brizola, de Almino Afonso, de Sérgio Magalhães, [...] e das lideranças sindicais e estudantis que hoje representam a maioria do povo brasileiro interessado nas lutas pelas reformas de base [...] Os vereadores desta Casa, ligados que são aos interesses populares, lutarão para que a Frente de Mobilização Popular se espalhe pelas vilas, pelos bairros, pelos recantos mais distantes desta cidade, e as transforme no maior movimento popular que São Paulo já teve [...] apesar da vontade de todos aqueles que pretendem, com violência, com a manobra fascista, impedir o livre direito de manifestação do pensamento [...]. (LERER, David apud GUSTIN, 1995, p.111)

A Frente tratava-se de uma organização suprapartidária que procurava no nacionalismo as soluções para os problemas do país. Praticamente 60% de seus quadros eram oriundos do PTB, do Grupo Compacto, e incluíam parlamentares de outros partidos, como do PSD e da UDN. Para aderir à Frente, bastava que o parlamentar se comprometesse com as reformas de base e a defesa da economia nacional, ameaçada pelo capital estrangeiro (FERREIRA, 2011, p. 192).

Antagonizava politicamente com a FPN a frente parlamentar do Legislativo Federal denominada Ação Democrática Parlamentar que reunia políticos antirreformistas (1961).

As Ligas Camponesas, criadas em 1955, no primeiro momento nada mais eram que uma sociedade agrícola fundada por moradores do campo para dar assistência aos camponeses, montando escolas, providenciando caixões para enterrar crianças e obtendo recursos financeiros para aquisição de matéria-prima agrícola. Com o amadurecimento da sociedade, as Ligas passaram a se mobilizarem na luta por seus direitos, antagonizando com os grandes proprietários (GUSTIN, 1995, p. 88).

Francisco Julião, político de Pernambuco, exercia influência pessoal sobre as Ligas, sem a participação direta de agremiações partidárias. A partir de 1958 Julião empenhou-se na formação de ligas urbanas em Recife com o lema “a terra para o camponês, a casa para o operário” (GUSTIN, 1995, p. 89). Nos anos 60 as Ligas Camponesas tornaram-se conhecidas nacionalmente, expandiram-se, aumentaram seus representantes nos legislativos e começaram a exercer liderança no meio operário sindical.

A teoria da poliarquia remete à liberdade de formar e aderir a organizações sob a perspectiva do direito individual, sem atentar para o direito coletivo. A escolha dos exemplos da FPN e das Ligas Camponesas pretendeu ampliar a discussão da teoria. Isso porque, ao mesmo tempo que dizem respeito à liberdade individual de formar ou aderir a organizações, porquanto ninguém é obrigado a filiar ou manter-se filiado a qualquer organização, também têm a perspectiva coletiva de defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

Afinal, os partidos políticos integrantes da FPN defendiam, entre várias propostas, a nacionalização de empresas, a ampliação do direito de voto, a reforma agrária, a soberania nacional, ao passo que as ligas lutavam pelo reconhecimento do direito à posse e propriedade das terras rurais, em busca de condições de vida digna.

Muito embora a perspectiva da liberdade individual seja importante, o governo democrático é mais responsivo às ações coletivas organizadas — seja por partidos políticos, seja pela sociedade civil — direcionadas a influenciar nas decisões governamentais com o propósito de implementar mudanças estruturais. Portanto, entendeu-se necessário ampliar a discussão da garantia democrática da população bem como organizar-se pública e politicamente.

Em relação ao direito à liberdade de expressão sem censura (2), de forma geral, a circulação de informação, na primeira metade dos anos 60, não era controlada em vã tentativa de manutenção do *status quo*. Havia possibilidade de contestação pública por parte da população agindo politicamente inclusive por meio de greves, sem o temor de represálias físicas. Existia liberdade de consciência e de crença. A população estava incluída no sistema político com poucos obstáculos à contestação. Todavia, o Estado, quando diante de abusos cometidos em espetáculos e diversões públicas, poderia responsabilizar os agentes ativos.

Art. 141, § 5º - É livre a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar pelos abusos que cometer. Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do Poder Público. Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe.

[...]

§ 7º - É inviolável a liberdade de consciência e de crença e assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, salvo o dos que contrariem a ordem pública ou os bons costumes. As associações religiosas adquirirão personalidade jurídica na forma da lei civil.

Os liberais filiados a posições de direita expressam abertamente suas preocupações com as pregações socialistas. A supressão do direito de propriedade era vista como uma violação estatal ao direito de propriedade que vilipendiava o homem, colocando-o em posição de mendicância, devendo recorrer a benevolência estatal: “[...] o inimigo a combater é o ideal

socialista, que, infiltrando-se em nossa sociedade, transforma cada um de nós em um mendigo do Estado” (FILHO, Moraes *apud*, GUSTIN, 1995, p. 36).

Retomando a teoria, infere-se que a liberdade política entendida como a possibilidade de grupos políticos antagônicos expressarem livremente suas ideias, sem estarem sujeitos à censura, tem como consequência a neutralização recíproca dos interesses antagônicos, condição essencial à manutenção do pluralismo político.

O direito ao voto (3) foi, da mesma forma, ampliado. Antes de 1946, apenas as mulheres detentoras de cargo público remunerado tinham direito ao voto. A partir de 1946 estabeleceu-se o sufrágio para as mulheres alfabetizadas. Todavia o art. 132 proibia os analfabetos e praças de se alistarem como eleitores:

Art 132 - Não podem alistar-se eleitores:

I - os analfabetos;

II - os que não saibam exprimir-se na língua nacional;

III - os que estejam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos.

Parágrafo único - Também não podem alistar-se eleitores as praças de pré, salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior.

Considerando a aplicação da teoria a esses exemplos concretos, deve-se lembrar que o quantitativo de preferências e interesses politicamente representados pela classe política em uma poliarquia é superior ao de um regime misto ou de uma hegemonia. Isso porque uma poliarquia deve ampliar as oportunidades de expressão, de organização e representação de preferências política; por conseguinte, a poliarquia aumenta a variedade de preferências e interesses passíveis de representação.

Considerando a aplicação desse princípio ao caso brasileiro, verifica-se que a classe política não era uma boa amostra das categorias econômicas e sociais do país nos anos 60, sendo mais uma representação estatística. Assim, vários artifícios tinham que ser utilizados para a mobilização do eleitorado.

A consequência do alijamento do direito de participação política de parcela significativa da população era verificada no resultado do pleito. Elegiam-se, majoritariamente,

representantes das classes abastadas, conservadoras, com ideais de direita, e projetos de governo com a manutenção do *status quo*.

As garantias de elegibilidade para cargos públicos (4) e direito de líderes políticos disputarem apoio e votos (5) também eram limitadas. Não obstante os oficiais de baixa patente tivessem direito ao voto, os mesmos eram considerados inelegíveis.

Art 138 - São inelegíveis os inalistáveis e os mencionados no parágrafo único do art. 132.

Insta salientar que a politização dessa categoria (sargentos, cabos, soldados, marinheiros) ensejou insatisfação e inconformismo com a restrição, porque alguns representantes que concorreram a cargos legislativos foram eleitos e, posteriormente, tiveram seus mandatos cassados por decisão do STF que interpretou o dispositivo constitucional que disciplinava a inelegibilidade. Como resposta da baixa hierarquia das forças armadas, ocorreu a rebelião dos sargentos da aeronáutica e da marinha. As rebeliões demonstraram para os líderes militares que, mesmo nas organizações ostensivamente hierárquicas, a compulsão e a coerção são frequentemente danosas aos incentivos.

As garantias (3) direito de voto, (4) elegibilidade para cargos públicos e (5) direito de líderes políticos disputarem apoio e votos tratam do enfoque eleitoral. Percebe-se, portanto, que a teoria da poliarquia tem uma compreensão restritiva de participação popular na vida política. Esta se restringe à possibilidade de disputar postos públicos e de exercer o direito de voto. Ocorre que a esfera eleitoral é apenas uma das facetas da participação: uma democracia, em sua plenitude, vai muito além da participação eleitoral.

Não é feita, inclusive, nenhuma discussão acerca dos indivíduos que não se interessam em participar dos processos decisórios, sendo a apatia política uma realidade. Portanto, desta perspectiva restritiva, é possível considerar o Brasil dos anos 60 uma poliarquia, e não uma democracia plena, porquanto todas as garantias democráticas estavam positivadas no texto constitucional, e os brasileiros não eram impedidos de exercê-las, apesar de sua feição limitada à vista de condições concretas de seu exercício. A qualidade da democracia também se relaciona com a discussão das razões da apatia política.

Muito embora a garantia de eleições livres e idôneas (6) estivesse constitucionalizada, nem sempre o resultado das eleições era respeitado. Ainda que de forma ilegal, a cultura política tolerava que o segmento inconformado com os resultados das eleições interferisse no governo, até mesmo obstando a posse do representante eleito.

O imaginário complacente com tais ilegalidades têm como consequência a descontinuidade democrática. No Brasil havia uma tradição de intervencionismo militar, para manter a estrutura de privilégios. Trata-se de uma tradição que é expressa em vários momentos anteriores à década em análise, os quais promoveram descontinuidades semelhantes. Exemplo marcante no período estudado foi a eleição Jânio Quadros para presidente e João Goulart para vice-presidente. Lembre-se, inclusive, de que o este último teve maior número de votos do que o primeiro que postulava o cargo de presidente, fato inusitado na historiografia brasileira.

Como não poderia ser de outra forma, a Constituição determinava que em caso de vaga do presidente o vice-presidente deveria assumir o cargo:

Art 79 - Substitui o Presidente, em caso de impedimento, e sucede-lhe, no de vaga, o Vice-Presidente da República.

Não obstante a Constituição previsse a posse automática do vice-presidente no caso de vacância da presidência, houve grande mobilização dos militares conservadores para impedir a sucessão por João Goulart. Contudo a sociedade civil resistiu aos devaneios militares e prezou pela manutenção da ordem constitucional. A garantia constitucional (7) *fontes alternativas de informação* foi muito importante para a resistência civil. Durante os anos 60 predominava a divulgação de notícias por meio de jornais, panfletos, rádio (que ainda não era predominantemente musical), complementados posteriormente pela televisão (TV Tupi, TV Cultura, TV Excelsior). A legislação assim expressava:

Art 160 - É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como a de radiodifusão, a sociedades anônimas por ações ao portador e a estrangeiros. Nem esses, nem pessoas Jurídicas, excetuados os Partidos Políticos nacionais, poderão ser acionistas de sociedades anônimas proprietárias dessas empresas. A brasileiros (art. 129, nº s I e II) caberá, exclusivamente, a responsabilidade principal delas e a sua orientação intelectual e administrativa.

É possível extrair do texto legislado o imaginário brasileiro relativo à circulação de informações. A Constituição tinha a preocupação de que os meios de comunicação transmitissem todos os tipos de informação, não ficando restritos a campanhas políticas ou notícias. Isso demonstra que a difusão cultural, por exemplo, era uma prioridade.

Ressalte-se que também havia o temor da perda da autonomia nacional em razão do domínio dos meios de comunicação por entidades estrangeiras. Preventivamente, e antecipando-se a essa possibilidade, a Constituição proibiu que as ações das empresas de comunicação pudessem ser de propriedade de estrangeiros.

Os diversos meios de comunicação deveriam difundir, de forma isenta, notícias para a sociedade, coibindo de todas as formas a vinculação de interesses políticos, ou de manutenção do *status quo* nas informações prestadas à sociedade midiática. A legislação pretendia ampliar a circulação dos conteúdos informativos, oportunizando que grupos com interesses antagônicos pudessem manifestar convicções de forma livre. Para tanto, adotou mecanismos para evitar o controle das telecomunicações e da radiodifusão nacional por um grupo específico.

Portanto, ainda que não existisse previsão constitucional de controle da difusão da informação, por ocasião da posse de Goulart como presidente, os ministros militares se empenharam para evitar a divulgação de informações da resistência. O III Exército, localizado no Rio Grande do Sul, monitorou as comunicações do Palácio Piratini na cidade de Porto Alegre. Foram interceptadas mensagens para o General Machado Lopes, do III Exército, orientando inclusive o bombardeio ao Palácio.

Segundo Brizola, a atitude do ministro Odílio Denys jogaria o país no caos, pois Goulart era o legítimo representante escolhido pelo povo para chefiar o Poder Executivo federal. O governador conclamou, ainda, a população a postar-se diante do Palácio em protesto contra a loucura do general. Se, todavia o ataque fosse consumado, as pessoas deveriam se refugiar em casa.

Os discursos de Brizola deflagraram um movimento de apoio à posse de Goulart na presidência da República. Várias foram as atitudes de solidariedade ao governador. Entre elas,

autoridades recolheram cerca de mil revólveres no comércio da cidade, a população recebeu armamentos e instruções de tiros. Quando os revólveres Taurus 38 acabaram, a brigada entregou fuzis para todos que ainda estavam nas filas, inclusive mulheres (FERREIRA, 2011, p. 236).

O rádio foi utilizado como veículo de resistência à primeira tentativa de golpe contra João Goulart em 61. Os episódios relatados demonstram, inclusive, que os opositores do governo se descuidaram do compromisso com a democracia como política institucional. Isso foi possível porque os militares conservadores tinham acesso às formas de coerção bem como controle privilegiado delas, fator que reflete diretamente no regime político de um país. Porém esses episódios também demonstram que a democracia brasileira não conseguira, ainda, eliminar as formas arcaicas de dominação.

Portanto, havia uma contradição interna na garantia *fontes alternativas de informação*, pois, embora normatizada, quando as informações incomodavam os militares, eles se valiam de todos os recursos que dispunham para evitar sua circulação.

A Constituição previa ainda instituições para fazer com que as políticas governamentais dependessem de eleições e de outras manifestações de preferência (8).

Art. 141, § 37 - É assegurado a quem quer que seja o direito de representar, mediante petição dirigida aos Poderes Públicos, contra abusos de autoridades, e promover a responsabilidade delas.

§ 38 - Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos do patrimônio da União, dos Estados, dos Municípios, das entidades autárquicas e das sociedades de economia mista.

Nos regimes não poliárquicos é possível identificar com maior facilidade os grupos excluídos, compostos por pessoas efetivamente privadas de direitos de cidadania. Entretanto, mesmo nas poliarquias, há grupos excluídos, como é o caso dos estrangeiros, cujos interesses estão fora das fronteiras do país.

O estudo da ocorrência e amplitude das oito garantias essenciais em um sistema político poliárquico permite verificar o grau de democratização de um país bem como indicar a

possibilidade de transição para uma hegemonia fechada ou aberta. Isso, contudo, não pode ser analisado de forma unidirecional e determinística. Como explica Dahl (2012, p. 50):

[...] quero deixar claro que não fiz qualquer suposição de que uma virada da hegemonia para a poliarquia é historicamente inevitável. Assim como o advento da terceira onda de democratização permanece duvidoso e poderia levar, inclusive, a um estreitamento regressivo das oportunidades de contestação pública hoje disponíveis nas poliarquias, seria absurdo supor que alguma espécie de lei histórica de desenvolvimento impõe, às sociedades, uma transição inevitável da hegemonia política à contestação pública – ou, aliás, na direção oposta. Como os Estados-Nação modernos têm mostrado movimentos nas duas direções, alguns poucos casos conhecidos bastam para refutar qualquer lei simplista de desenvolvimento unidirecional. (DAHL, 2012, p.50)

Considerando a premissa de que o grau da democratização de um país é mensurado pelos quesitos competição (política) e participação (inclusividade), concluiu-se que, mesmo estando presentes as oito condições necessárias a uma poliarquia, é possível que o regime político retroceda.

Na primeira metade dos anos 60, o Brasil era uma poliarquia; ao menos é isso que tentamos demonstrar neste excursão — muito embora ainda precisasse aprimorar, avançando no eixo das abcissas (participação), de forma que incluísse parcela significativa da população alijada do direito de voto. A ampliação do sufrágio poderia fazer com que os políticos recorressem ao apoio dos grupos sociais incluídos na vida política, procurando aproximarem-se dos eleitores e adaptarem a retórica para abarcar aquilo que acreditavam ser de interesse das categorias até então não representadas.

Seria ainda necessário avançar no eixo das ordenadas (competição). Assim, dever-se-ia permitir que todos os partidos políticos ou ideologias pudessem funcionar legalmente (PCB, por exemplo, estava na ilegalidade) bem como estender a elegibilidade aos militares de baixa patente.

A falta de legitimidade do governo autoritário amplia as probabilidades de restauração da poliarquia, porquanto era reconhecida como regime político inclusivo da população. Ainda se faz necessário aprofundar sobre as causas primárias das discontinuidades dos regimes

políticos. Elas estão imbricadas nas variáveis conjunturais brasileiras que possibilitaram a ascensão do regime autoritário.

Retomando o referencial teórico, segundo Dahl (2012, p. 190-191), as variáveis que afetam diretamente um regime político são: (I) sequências históricas; (II) ordem socioeconômica concentrada ou dispersa; (III) nível de desenvolvimento socioeconômico; (IV) igualdades e desigualdades; (V) pluralismo subcultural; (VI) dominação por poder estrangeiro; (VII) crença dos ativistas políticos. Passa-se a analisá-las com maior meticulosidade nas próximas seções.

2.2 Sequências históricas

Segundo Dahl, as sequências históricas são o ponto de partida para construção, reconstrução e reflexão dos regimes políticos. Elas dizem respeito ao trajeto percorrido pelo país para inaugurar e manter a poliarquia. Com base na combinação das variáveis liberalização (contestação) e inclusão (participação), Dahl identifica três vias possíveis para a poliarquia.

A primeira, com aumento no eixo das ordenadas (vertical), indicaria a sequência histórica em que a liberalização precede à inclusividade. Isso significa que a política competitiva antecede à expansão da participação; logo, as regras políticas desenvolvem-se perante uma pequena elite, sendo gradativamente incluídas novas camadas sociais, as quais, em geral aceitavam as normas e práticas competitivas outrora desenvolvidas pelas elites.

Em tal contexto, desenvolve-se um sistema de segurança mútua entre os estratos sociais, incluídos recentemente, e os governantes. Ambas as categorias entendem que os custos de se tolerarem mutuamente não são tão altos a ponto de optarem por reprimir uma a outra, mesmo porque a repressão provocaria a destruição do sistema de segurança mútua (Dahl, 2012, p. 54).

A segunda sequência histórica possível decorre de um aumento no eixo das abscissas (horizontal). É aquela em que a inclusividade precede à liberalização. Isso significa que um grande número de pessoas participa da vida política do país (sufrágio), sem que as regras políticas estejam consolidadas de antemão.

Nessa hipótese a construção das normas é difícil e morosa dada a disparidade de perspectivas entre os interesses envolvidos. Uma pequena elite que partilha perspectivas comuns está mais propensa a desenvolver a tolerância e a segurança mútua do que um grande e heterogêneo grupo de líderes representante de camadas sociais com objetivos, interesses e visões diferentes. O desafio dessa sequência histórica é buscar um sistema viável de garantias mútuas amplamente recepcionado.

A terceira e última possibilidade consiste na transformação abrupta de uma hegemonia fechada em poliarquia, pela concessão do sufrágio e direitos de contestação. O tempo para aprendizagem das habilidades e entendimentos complexos no sistema de segurança mútua é significativamente encurtado.

Tais percursos são buscados por duas categorias de países: independentes e subordinados a outro Estado. Na primeira categoria (independentes) identificam-se três caminhos possíveis, quais sejam: a) por processos evolutivos nos quais os próprios governantes atendem às reivindicações por mudanças; b) por revolução; c) por conquista militar. Nos países subordinados, a instauração da poliarquia ocorre: d) por processos evolutivos sem luta contra o poder sobre a colônia, ou e) como parte de uma luta por independência nacional (DAHL, 2012, p. 57). O próprio Dahl entende que os dois primeiros caminhos são os mais prováveis considerando o panorama político mundial.

O cientista político mineiro Wanderley Guilherme, em sua obra *Razões da desordem*, demonstrou a necessidade de aprimorar a variável sequência histórica para que a mesma seja mais adequada à realidade dos países de democratização tardia. Ao comparar a experiência inglesa (metrópole) com a brasileira (colônia), constatou que, caso a teoria valorasse a questão distributiva, seria possível antever outras possibilidades de democratização. Porque, caso fosse desenvolvida uma ideologia de mercado capaz de gerar solidariedade social, independente da ação estatal, a reação das esferas civis e militares contra a desintegração seriam diferentes.

O estudo das sequências históricas brasileiras, passando pela eleição de João Goulart para vice-presidente, pela renúncia de Jânio Quadros e pela mobilização em apoio à posse de Goulart até a crise política que desencadeou o golpe, permite verificar os diversos fatores

responsáveis por solapar as possibilidades de manutenção do regime democratizado, aqui entendido como poliárquico. Vejamos.

Nas eleições de 1960 foi formada a aliança entre Marechal Henrique Teixeira Lott (PSD), candidato a presidente, e João Belchior Marques Goulart (PTB), mais conhecido como Jango, candidato a vice-presidente. O primeiro, nitidamente nacionalista, defendia o voto do analfabeto bem como comprometia-se a realizar uma reforma agrária nas terras da União, a manter os direitos dos trabalhadores e a restringir a remessa de lucros para o exterior.

Lott era o candidato da situação. O governo de Juscelino, embora obtivesse altos índices de crescimento econômico, deixava a herança da inflação, da grave crise econômica e de denúncias de corrupção e favoritismo político. A parceria entre esses partidos, desde muito tempo estabelecida, era interpretada por Goulart como essencial para a implementação das reformas, muito embora não contasse com o apoio irrestrito das esquerdas (FERREIRA, 2011, p. 210).

O candidato oposicionista, Jânio da Silva Quadros (UDN), apesar de em suas primeiras origens eleitorais ter sido egresso do Partido Socialista Brasileiro (PSB), adotou campanha conservadora e demagoga, explorou as mazelas produzidas pelo desenvolvimentismo juscelinista. A situação econômica e financeira do Brasil era grave, fato que favoreceu sua vitória.

O governo de Jânio preocupou-se em auditar as gestões anteriores. Desde o começo foram instituídas sindicâncias com o objetivo de averiguar as contas de diversos órgãos públicos, a fim de apurar e punir atos de corrupção e de desvio de dinheiro público. Vários membros do poder foram indiciados, inclusive o vice-presidente João Goulart, que teve que prestar esclarecimentos sobre irregularidades no Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS).

As divergências entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo surgiram desde atos de rotina, de competência exclusiva de Jânio, até o veto aos projetos de lei. Além disso, a sindicância instaurada por Jânio também desagradou os parlamentares. Apesar de parecer um governo de lisura incontestada, era em verdade, um governo de grande demagogia, utilizando-se,

inclusive, de uma vestimenta peculiar, tipo slacks indianos, para demonstrar uma presidência que se utilizava da simplicidade e da seriedade de propósitos.

Em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou à presidência da República. Buscava, com isso, maior apoio da população. Contudo, os congressistas estavam insatisfeitos com as comissões de inquéritos, e os demais, por razões ideológicas, aceitaram a renúncia. A direita não reagiu, e a esquerda desprezava o presidente. Assim se pronunciou o Presidente:

Ao Congresso Nacional

Nesta data, e por este instrumento, deixando com o Ministro da Justiça as razões de meu ato, renuncio ao mandato de Presidente da República. (QUADROS, J. apud GUSTIN, 1996, p. 89)

Nessa ocasião, o vice-presidente, João Goulart, estava em viagem oficial na China com a missão de aumentar os mercados a produtos brasileiros. Ele só tomou ciência da renúncia na madrugada de 26 de agosto. Naquele momento o senador petebista Barros de Carvalho, que integrava a comitiva da viagem oficial, pediu uma garrafa de champanhe para brindar ao novo presidente da República do Brasil. Goulart, precavido, falou “Barros, você abriu o champanhe, vamos bebê-lo. Mas acho melhor fazer o brinde ao imprevisível” (Depoimento de Raul Ryff no filme Jango).

As consequências [da renúncia] para o país foram desastrosas. Como bem define Cláudio Bojunga, “ao desacreditar o sistema político, ao cultivar artificialmente o impasse, ao condenar como inviáveis as instituições e a Constituição de 1946, Jânio dera importante contribuição à desestabilização política do país e ao descarrilamento final do sistema partidário e eleitoral que até então funcionava relativamente bem”. Afonso Arinos foi sarcástico: “Jânio foi a UDN de porre”. (FERREIRA, 2011, p. 228)

Os ministros militares formaram uma junta, e a presidência da República foi ocupada interinamente pelo presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Aproveitando-se da ausência de Jango, os ministros militares Odílio Denys (Exército), Gabriel Grun Moss (Aeronáutica) e Sílvio Heck (Marinha) empenharam-se para impedir a posse de Goulart e informaram que, caso Jango regressasse ao Brasil, seria preso.

A mobilização nacional em apoio à posse de João Goulart ilustra a mudança do imaginário político social, que não era mais complacente com as decisões arbitrárias de uma

minoria. As eleições e o direito ao voto, para serem legítimos, não poderiam servir tão somente para referendar o projeto político do grupo dominante, sem manifestar de fato oposição ao governo.

Os próprios congressistas, em seus discursos, temiam o obstáculo militar à posse do presidente, em detrimento de preceitos constitucionais, como se pode ver na fala do deputado petebista Bezerra Leite:

Sr. Presidente, com a renúncia, ontem, do Sr. Presidente da República, deverá assumir o Governo do País o Vice-Presidente João Goulart. As Forças Armadas deverão cumprir, fielmente, os seus deveres constitucionais, assegurando a ordem pública, garantindo as instituições e preservando, em toda a sua pureza, em toda a sua essência, o regime democrático. As reiteradas declarações dos Chefes Militares de que serão os fiadores da legalidade e da ordem tranquilizam a nação brasileira [...] Podemos confiar, tranquilamente, em João Goulart. João Goulart vai se conduzir no Governo como o poder moderador, que vai disciplinar, sem os excessos do absolutismo, que vai governar com a razão e o direito e terá nos dispositivos da Constituição Brasileira o rumo certo para sua atuação. (LEITE, Bezerra apud SILVA, 1975, p. 48; LEITE, Bezerra apud GUSTIN, 1996, p. 90).

A mobilização popular repudiou o veto militar, e várias foram as manifestações pró-legalidade. A defesa da posse de João Goulart representou ainda o momento a partir do qual as manifestações sindicais, além das reivindicações econômicas ou corporativas, passaram a ter enfoque político.

Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul e cunhado de Jango, em seu depoimento no filme Jango, demonstrou seu inconformismo com o veto militar à posse de Goulart e afirmou que não permitiria que os militares dessem um golpe por telefone. Dessa forma, entrou em contato com vários generais e comandos de tropa. José Machado Lopes, comandante do III Exército (RS), no primeiro momento não apoiou Brizola, afirmando que em virtude de sua condição de soldado deveria ser fiel ao Exército. O apoio procurado veio do Rio de Janeiro, com o Marechal Lott, então reformado, mas ainda com grande prestígio político.

Percebe-se, portanto, que não havia unanimidade na instituição militar quanto à obstrução da posse. Os militares pertencentes à corrente legalista não anuíram com o

impedimento inconstitucional proposto pelos ministros. O Marechal Lott distribuiu um manifesto em seu Estado, e posteriormente, em 27 de agosto, encaminhou manifesto à Câmara dos Deputados:

Aos meus camaradas das Forças Armadas e ao Povo Brasileiro: Tomei conhecimento, nesta data, da decisão do Sr. Ministro da guerra, Marechal Odílio Denys [...] de não permitir que o atual Presidente da República, Dr. João Goulart, entre no exercício de suas funções e, ainda, de detê-lo no momento em que pise o território nacional. Mediante ligação telefônica, tentei demover aquele eminente colega da prática de semelhante violência, sem obter resultado. Embora afastado das atividades militares, mantenho compromisso de honra com a minha classe, com a minha pátria e com as suas instituições democráticas e constitucionais. E, por isto, sinto-me no indeclinável dever de manifestar o meu repúdio à solução anormal e arbitrária que se pretende impor à Nação. Dentro desta orientação, conclamo todas as forças vivas da Nação, as forças da produção e do pensamento, dos estudantes e intelectuais, operários e o povo em geral, para tomar posição decisiva e enérgica pelo respeito à Constituição e preservação integral do regime democrático brasileiro, certo, ainda, de que os meus nobres camaradas das Forças Armadas saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcam a sua história nos destinos da Pátria. (LOTT apud GUSTIN, 1996, p. 90-91).

Pela leitura do texto é possível perceber que os esforços de Lott para demover o ministro da Guerra de impedir a posse de Goulart foram inúteis, restando-lhe tão somente a alternativa de conclamar as forças vivas do país para tomar posição decisiva e enérgica no respeito à Constituição. Denys ordenou a prisão de Lott, mas, antes de ser preso, Lott orientou Brizola a procurar alguns militares favoráveis à saída legal para a crise.

O ministro da Guerra ordenou fossem fechadas as Rádios Gaúcha e Farroupilha. Brizola transferiu o funcionamento da Rádio Guaíba para o Palácio Piratini e iniciou a Cadeia Radiofônica da Legalidade.

A rede da legalidade, no estúdio improvisado no Palácio, pretendeu mobilizar a população em defesa do direito da legalidade e da Constituição. Brizola relatou em tempo real a movimentação militar, informando à população da mobilização em desfavor da posse de Goulart. A chegada do general Machado Lopes ao Palácio significaria ou a deposição do governador ou o apoio do III Exército à campanha da legalidade. Contrariando as expectativas dos ministros, Machado Lopes rompeu com Denys e apoiou o governador gaúcho.

A defesa da legalidade tinha respaldo na Constituição de 1946 que era clara: em caso de renúncia do presidente, o vice-presidente deveria ser empossado. A Campanha foi apoiada por trabalhadores que entraram em greves; lideranças políticas e sindicais, Igreja, estudantes e intelectuais repudiaram a quebra da legalidade. O prefeito de São Paulo, Prestes Maia, declarou-se pela legalidade constitucional. Os governadores do Paraná e de Goiás acompanharam Brizola na resistência. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), cuja sede foi transferida para Porto Alegre, demandavam o respeito à ordem constitucional (FERREIRA, 2011, p. 245).

A pesquisa do Ibope revelou que 81% da população da Guanabara apoiava a posse de Goulart no regime presidencialista, 10% preferia o parlamentarismo, 9% defendia o impedimento de Jango e, mesmo entre o eleitorado lacerdista, 69% queriam a posse no presidencialismo.

O imaginário do povo brasileiro que aderiu à campanha da legalidade comprometia-se com a preservação das liberdades públicas e com a ordem constitucional, não aceitando passivamente soluções golpistas.

O Congresso Nacional apoiou a posse de Jango, porém, ante a intransigência dos militares para inviabilizar a posse, foi efetivado um acordo entre PSD, UDN e militares no qual a solução para a crise político militar seria a adoção do parlamentarismo. O parlamentarismo foi a saída honrosa para os ministros militares, preservando a ordem constitucional, mas parte dos poderes presidenciais foram deslocados para um primeiro ministro.

As discussões sobre a emenda parlamentarista iniciaram-se em 1º de setembro e encerraram em 2 de setembro, a Câmara dos Deputados aprovou a emenda parlamentarista por 233 votos contra 55. Enviada a emenda ao Senado, este também a aprovou, com 48 votos favoráveis e 6 contrários. Após a votação da emenda parlamentar, Brizola declarou na Rede da Legalidade:

O Congresso Brasileiro encontra-se sob coação militar. O Brasil está

praticamente em estado de sítio. No Rio de Janeiro, existem milhares de presos. A imprensa censurada, o rádio censurado, com inúmeras emissoras suspensas. O Congresso se encontra prisioneiro do poder militar, coagido pelos ministros militares. (BRIZOLA, Leonel apud FERREIRA 2011, p. 254)

Tão logo foi feita a opção pelo parlamentarismo, Tancredo encontrou-se com Goulart em Montevideú para falar da emenda parlamentarista, argumentou que Jango poderia chegar à presidência no regime parlamentar, com parcela de seus poderes, ou com todos os seus poderes, mas às custas do derramamento do sangue do povo brasileiro em uma guerra civil. Ao que respondeu: “Se tiver de derramar sangue brasileiro, renuncio à presidência agora mesmo” (FERREIRA, 2011, p. 251).

Ao retornar ao Brasil, chegando por Porto Alegre, João Goulart foi recepcionado por manifestações populares de apoio, em frente ao Palácio Piratini. Mais de 50 mil pessoas participaram. Em 4 de setembro, pelas emissoras de Porto Alegre, Goulart emitiu mensagem afirmando a importância da defesa da legalidade e refletiu sobre a emenda parlamentarista:

Fico emocionado pelo calor da solidariedade cívica dos brasileiros e dos meus conterrâneos do Rio Grande do Sul, que em nenhum momento faltaram com sua coragem e seu heroísmo em defesa da legalidade, representada no mandato popular de que estou investido pelo povo e pela lei. Ninguém mais do que eu está convencido de que, acima das garantias da posse do presidente, houve uma demonstração inequívoca de maturidade política do povo. E a manifestação eloqüente de que todo poder emana do povo está no fato de que nossa gente está disposta firmemente a escolher seu destino sem tutela de qualquer espécie. Ao chegar ao Rio Grande do Sul, afirmei que a mensagem que trazia era de paz, mas paz com dignidade, com respeito à lei e com liberdade. Era uma mensagem de conagração, não de conagração à causa da abdicação dos direitos do povo. Com esses propósitos e pedindo a inspiração de Deus, examinarei nos seus detalhes e reflexos, com o Congresso Nacional, que até bem pouco presidia, a solução que foi dada para a grave crise que vivemos. (MENSAGEM..., 5 set. 1961, p. 4 apud GUSTIN, 1996, p. 109)

Cobrava-se de Jango a atitude de recusa do parlamentarismo. Os jornalistas não aceitavam que Jango governasse em regime parlamentar. Brizola sugeriu a Jango que fosse por terra até Brasília assumir o Governo da República sem restrições aos seus poderes presidenciais, dissolvesse o Congresso por ter violado a Constituição e perdido legitimidade política e convocasse uma Assembleia Nacional Constituinte para deixar claro que seu objetivo, de forma alguma, era implantar uma ditadura no Brasil.

A decisão de Goulart de aceitar o regime de gabinete decepcionou os populares, principalmente no Rio Grande do Sul, o sentimento das pessoas passou do entusiasmo à frieza. As pessoas se arriscaram para que Jango tomasse posse na presidência, e ele abriu mão de seus poderes, sem sequer explicar para a população sua decisão.

O parlamentarismo brasileiro (set./1961 – jan./1963) foi forjado pela Emenda Constitucional n. 4 ou Ato Adicional n. 4 de forma inesperada e coercitiva, sem consulta popular, em franca desobediência aos direitos políticos adquiridos pelo vice-presidente da República, João Goulart.

Sua adoção em 2 de setembro de 1961 decorreu como solução à crise política aberta após a renúncia do Presidente da República, Jânio Quadros, tendo sido implantado em meio a forte oposição dos partidos progressistas, defensores da legalidade da posse do Vice-Presidente João Goulart. Goulart também obteve apoio da sociedade civil, dos movimentos sindicais e estudantis e dos intelectuais. Em 7 de setembro Jango assumiu a presidência.

Durante o sistema de governo parlamentarista⁵, presidiram o Conselho de Ministros Tancredo Neves, Brochado Rocha e Hermes Lima. O primeiro gabinete denominado “conciliação nacional” foi nomeado em 8 de setembro, e chefiado por Tancredo Neves.

Nas primeiras semanas como presidente no sistema parlamentarista, Jango formulou o programa de governo, com ênfase no reajuste dos salários de acordo com os índices inflacionários, política externa independente, nacionalização de empresas estrangeiras e reformas de base (agrária, bancária, administrativa, fiscal, eleitoral e urbana). O presidente tinha consciência de que para governar com estabilidade era necessária maioria parlamentar, pois sem o apoio da bancada majoritária na Câmara não teria seus projetos aprovados.

⁵ Segundo FAGUNDES são princípios fundamentais do parlamentarismo:

“I - outorga ao Monarca, ou Presidente da República, do papel de Chefe do Estado, que o faz expressão da unidade nacional e do sentido permanente da autoridade;

II - irresponsabilidade política do Chefe do Estado;

III - exercício do governo por um Gabinete ou Conselho de Ministros, que formula as diretrizes da ação estatal e comanda todas as atividades de execução;

IV - responsabilidade política do Gabinete, e individual dos Ministros, perante o parlamento, traduzida em manifestações de confiança ou censura;

V - possibilidade de apelo ao eleitorado, no caso de desentendimento entre o Governo e o Parlamento, com dissolução deste por aquele.” (apud, GUSTIN, 1996:66)

As esquerdas repudiavam a estratégia presidencial de formar pactos, acordos e negociações com os pessedistas. A euforia inicial das esquerdas foi transformada em impaciência e, posteriormente, em acusação. Entendiam que havia chegado a hora das reformas, sendo a hora do fim da política de conciliação. Acreditavam ainda que o presidente poderia governar somente com as esquerdas, a revelia do PSD. Brizola era favorável a um golpe de Estado: “se não dermos o golpe, eles o darão contra nós” (*apud* FERREIRA, 2011, p.292)

Ao analisar os termos da emenda⁶ é possível perceber que o presidente havia sido despojado de parcela significativa de seus poderes. As limitações aos poderes podem ser percebidas da simples leitura das suas competências, mais da metade dependia de referendo do Conselho de Ministros ou do seu Presidente, ou ainda do Congresso Nacional.

A escolha do presidente do Conselho de Ministros era um ato administrativo complexo, para se aperfeiçoar dependia da manifestação de vontade do chefe de Estado e do Congresso Nacional. A nomeação do Presidente do Conselho de Ministros dependeria da aprovação, por maioria absoluta, da Câmara dos Deputados. Em caso de reprovação, o chefe de Estado

⁶ Art. 3º do Ato Adicional:

- I - nomear o Presidente do Conselho de Ministros e, por indicação deste, os demais Ministros de Estado, e exonerá-los quando a Câmara dos Deputados lhes retirar a confiança;
- II - presidir as reuniões do Conselho de Ministros, quando julgar conveniente;
- III - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis;
- IV - vetar, nos termos da Constituição, os projetos de lei, considerando-se aprovados os que obtiverem o voto de três quintos dos Deputados e Senadores presentes, em sessão conjunta das duas Câmaras;
- V - representar a Nação perante os Estados estrangeiros;
- VI - celebrar tratados e convenções internacionais, ad referendum do Congresso Nacional;
- VII - declarar a guerra depois de autorizado pelo Congresso Nacional ou sem essa autorização, no caso de agressão estrangeira verificado no intervalo das sessões legislativas;
- VIII - fazer a paz com autorização e ad referendum do Congresso Nacional;
- IX - permitir depois de autorizado pelo Congresso Nacional, ou sem essa autorização no intervalo das sessões legislativas, que forças estrangeiras transitem pelo território do país, ou, por motivo de guerra, nele permaneçam temporariamente;
- X - exercer, através do Presidente do Conselho de Ministros, o comando das Forças Armadas;
- XI - autorizar brasileiros a aceitarem pensão, emprego ou comissão de Governo estrangeiro;
- XII - apresentar mensagem ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País;
- XIII - conceder indultos e comutar penas, com a audiência dos órgãos instituídos em lei;
- XIV - prover, na forma da lei, e com as ressalvas estatuídas pela Constituição, os cargos públicos federais;
- XV - outorgar condecorações ou outras distinções honoríficas a estrangeiros, concedidas na forma da lei;
- XVI - nomear com aprovação do Senado Federal, e exonerar, por indicação do Presidente do Conselho, o Prefeito do Distrito Federal, bem como nomear e exonerar os membros do Conselho de Economia (art. 205, § 1º).

poderia sugerir ainda outros dois nomes, sendo que se os mesmos não fossem aceitos, caberia ao Senado Federal indicar o chefe de Governo.

Muito embora detivesse nominalmente o poder de veto e de dissolução da Câmara dos Deputados, todos os atos presidenciais eram fiscalizados e referendados pelo Conselho de Ministros ou pelo Congresso Nacional. O veto seria objeto da apreciação do Congresso Nacional:

§ 3º do art. 70 da Constituição Federal de 1946. Comunicado o veto ao Presidente do Senado Federal, este convocará as duas câmaras para, em sessão conjunta, dele conhecerem, considerando-se aprovado o projeto que obtiver o voto de dois terços dos deputados e senadores presentes. Nesse caso, será o projeto enviado para promulgação ao Presidente da República.

Ademais, o Presidente do Conselho de Ministros, conforme o art. 18, passou a: I - ter iniciativa dos projetos de lei do Governo; II - manter relações com Estados estrangeiros e orientar a política externa; III - exercer o poder regulamentar; IV - decretar o estado de sítio nos termos da Constituição; V - decretar e executar a intervenção federal, na forma da Constituição; VI - enviar à Câmara dos Deputados a proposta de orçamento; VII - prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior.

O próprio sistema parlamentarista nasceu predestinado a extinguir, por previsão em seu art. 25 da realização de plebiscito em até nove meses antes do término do mandato presidencial para avaliar-se o sucesso do sistema. Caso a população não estivesse satisfeita, retornar-se-ia ao sistema presidencialista.

No art. 25, já se tratava da possibilidade de extinção do novo sistema de governo. Ou seja, era um sistema que, no momento de sua implantação legal, já parecia estar fadado ao fracasso. Previu-se, pois, a realização de um plebiscito - até nove meses antes do término do mandato presidencial - avaliador do sucesso alcançado pelo sistema. Em caso negativo, retornar-se-ia ao sistema presidencialista, que vigorou no Brasil durante todo o período republicano. (GUSTIN, 1996, p.78)

A tática de Jango foi sabotar o sistema parlamentarista demonstrando sua inviabilidade política e administrativa, fazendo uma campanha aberta pelo retorno ao presidencialismo. Pretendia ainda reforçar a aliança entre PSD e PTB unindo centro e esquerda, para então

implementar as reformas de base a partir de acordos entre as partes. As reformas não podiam nem ser tão tímidas como pretendiam os pessedistas, nem tão radicais como queriam os petebistas.

Tancredo, em 1962 demitiu-se do cargo para concorrer a eleições. Foi sucedido por Francisco de Paula Brochado Rocha, ex secretário do Interior e Justiça do governo de Leonel Brizola. Neste ministério, Goulart comprometeu-se a adotar programa de combate à inflação. O primeiro ministro solicitou ao Congresso delegação de poderes para legislar sobre o monopólio da importação de petróleo e derivados, comercio de minérios e materiais nucleares, controle de moeda e do crédito, estatuto do trabalhador rural, arrendamentos rurais, desapropriação por interesse social (FERREIRA, 2011, p.305). Brochado da Rocha, enquanto primeiro Ministro, manifestou-se pela falta de legitimidade do sistema parlamentarista.

O movimento de retorno ao presidencialismo foi percebido inclusive no exército. O marechal Henrique Teixeira Lott falou que *“no Brasil, com um ano de parlamentarismo na República, o país já experimentou a ação de dois Conselhos de Ministro e um interregno de governo de quase três semanas, numa acefalia que causou grandes prejuízos à Nação.”* (apud FERREIRA, 2011, p.207)

Por diversas vezes, Jango recebeu proposta de tornar-se um ditador com apoio do Exército, e sempre resistiu à tentação de uma saída extralegal para o retorno ao presidencialismo.

Antes do plebiscito, Goulart adiou as ações governamentais de impacto estrutural, tendo todavia criado o Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Socialistas, formado a Zona de Livre Comercio da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, reajustou o salário mínimo, e mais, implementou inovações no campo educacional.

Sobre o plebiscito a dificuldade maior era explicar ao eleitor que, para permitir que Goulart exercesse poderes no sistema presidencialista, tinha que votar “não”. Em 6 de janeiro foi obtido o seguinte resultado dos 11,5 milhões de eleitores, 9,5 milhões aprovaram o retorno ao presidencialismo. (FERREIRA, 2011, p.323). Para Ferreira o plebiscito era a eleição de

Goulart para a presidência. A título comparativo, Jânio Quadros foi eleito com 6 milhões de votos.

Em 18 de setembro de 1962, Brochado da Rocha deixou o cargo e foi substituído por Hermes Lima, Ministro do Trabalho do Gabinete anterior. Nesta ocasião, o ato Adicional foi modificado e a data do plebiscito antecipada para 6 de janeiro de 1963.

A provisoriedade deste Conselho de Ministros, no entanto, foi bastante prolongada, servindo como um indício claro da falta de vontade política - sobretudo por parte do Presidente da República - para com a sustentação do sistema de governo. Passados dois meses de governo provisório, tardiamente, iniciam-se as discussões no Congresso para sua aprovação. Em 28 de novembro, analisava-se e aprovava-se definitivamente o nome de Hermes Lima. (GUSTIN, 1996, p.133)

A insatisfação com o sistema parlamentarista atingiu a sociedade civil, bem como vários partidos políticos que pretendiam ter um representante ocupando o cargo presidencial. A título exemplificativo cita-se o PSD em apoio à candidatura de Juscelino Kubitschek, e a UDN, representada por Magalhães Pinto (governador de Minas Gerais), Juraci Magalhães (Governador da Bahia) e Carlos Lacerda (Governador da Guanabara).

No plebiscito, a maioria da população votou não, e o governo voltou a ser presidencialista. Ainda em janeiro de 1963 Jango retomou suas tentativas de aproximar o centro (PSD) e a esquerda (PTB) para aprovar no Congresso as reformas de base.

Os governadores dos estados mais importantes eram hostis a Goulart, Lacerda na Guanabara, Magalhães em Minas Gerais, Ademar em São Paulo e Meneguetti no Rio Grande do Sul.

Goulart pretendeu retomar o modelo getulista de desenvolvimento, investindo em infraestrutura, bens de produção e ampliando direitos sociais. Incentivou a Companhia Vale do Rio Doce a construir o porto de Tubarão, inaugurou usinas siderúrgicas de Cosipa, Cariacica, Usiminas e Aço de Vitória, Eletrobrás, as bases da Embratel, regulamentou o Código de Telecomunicações e criou o Conselho Nacional de Telecomunicações. (FERREIRA, 2012, p.326)

Estimulou a sindicalização rural, financiou conjuntos habitacionais, inaugurou hospitais da previdência, regulamentou o estatuto do trabalhador rural. Em março de 1963 foi aprovado pelo Congresso Nacional o Estatuto do Trabalhador Rural que estendia ao campo os direitos dos trabalhadores urbanos, e reconhecia as organizações sindicais rurais.

As greves tornaram-se constantes durante o governo de Goulart, algumas motivadas pela perda do poder aquisitivo dos trabalhadores, outras com caráter político. Fato é que elas desgastavam bastante o governo. Em setembro de 1963, a multiplicação das greves refletiu nas forças armadas que adotaram uma nova postura, passaram da indiferença à contrariedade, por vezes intervindo diretamente.

Em 11 de setembro de 1963, o STF considerou os sargentos eleitos no ano anterior inelegíveis, tendo seus mandatos suspensos. Como consequência, o sargento do Exército Prestes de Pula, convocou seus colegas para uma reunião para planejarem o protesto armado, que desencadeou uma insurreição armada de âmbito nacional que afetou negativamente o governo.

O modelo poliárquico analisa apenas a inclusão dos diversos segmentos sociais, sem levar em consideração como foi o processo de incorporação dos mesmos, fator que impacta diretamente na estabilidade de um regime político. A consequência de uma inclusão que não foi construída, mas deferida como se fosse uma benesse, é a instabilidade democrática endêmica desconsiderada pela teoria poliárquica. Afinal, a inclusão pode ser uma forma de submeter o operariado à burocracia estatal e o pluripartidarismo pode ser irrelevante, se descomprometido com os interesses sociais.

Lado outro, a exclusão de segmentos que pretendiam ser incluídos enseja a mobilização por meio de greves, ou ainda insurreição armada como se verificou pelos exemplos anteriores.

A falta de real consolidação democrática produz um sistema sem segurança passível de ser substituído. Afinal, os segmentos sociais que não pretendem ampliar o grau de inclusividade de outros, mobilizam-se para reprimir os insatisfeitos, bem como para manterem seu poder.

As greves e o levante dos sargentos unificou as classes conservadoras dominantes que declaradamente demonstram sua insatisfação. Na mídia, os jornais que até então tinham apoiado a campanha pela posse de Jango e retorno ao presidencialismo, afastaram do governo e intensificaram as críticas ao presidente e ao perigo do comunismo. Roberto Marinho, Nascimento Brito e João Calmon unificaram as rádios Globo, Jornal do Brasil e Tupi na Rede da Democracia, denunciando o perigo comunista e a política econômica do governo. (FERREIRA, 2011, p.372)

No âmbito dos estados, após o episódio da insurreição dos sargentos os governadores Carlos Lacerda (RJ) e Ademar de Barros (SP) e Magalhães Pinto (MG) intensificaram as críticas ao governo. Em Minas o efetivo da polícia militar mineira foi duplicado. O aumento do efetivo militar demonstra claramente que os custos de reprimir os insurgentes pareceu baixo aos que ficaram incomodados com os levantes.

Se por um lado, as classes conservadoras estavam dispostas a utilizar todos os meios necessários para manter as estruturas sociais inalteradas, por outro, as categorias populares não retrocediam em suas reivindicações. Os grupos sociais mobilizaram-se em prol ou da alteração das estruturas sociais, ou da manutenção de privilégios. E, para atender aos seus objetivos, a conservação do regime político não era prioritária para nenhum deles.

Neste sentido, em novembro de 1963 várias categorias profissionais declararam greve, a exemplo dos petroleiros, petroquímicos, telegrafistas, radiotelegrafistas, carregadores e ensacadores de café, funcionários estaduais, ferroviários, previdenciários, eletricitários, serviço de gás, etc. No campo aumentaram as invasões de terras improdutivas em Pernambuco, Paraíba, Minas Gerais e Goiás.

A partir de dezembro de 1963 Goulart, percebendo que sua estratégia de unir politicamente o PTB e o PSD, tendo alternativas limitadas, optou por reaproximar da esquerda, reestabeleceu o diálogo com Brizola, consciente de que as esquerdas tinham escolhido a estratégia do confronto.

O Brasil passou por um processo de democratização tardia, sem que fosse desenvolvido um imaginário de solidariedade social, em que a própria população, independente da ação

estatal, estivesse disposta a repensar a distribuição dispare de renda e riqueza. Como consequência da democratização tardia, viu-se na primeira metade dos anos 60 um estado interventor, que regulou a cidadania ao produzir uma legislação social como tentativa de minorar as desigualdades.

Foram tomadas medidas nacionalistas e de ampliação de benefícios sociais, em desacordo com as diretrizes do Ministério da Fazenda. Jango estendeu os benefícios da Previdência Social aos trabalhadores rurais, determinou a obrigatoriedade de empresas com mais de 100 empregados oferecerem ensino elementar gratuito aos mesmos, instituiu a escala móvel de vencimentos, determinou a revisão das concessões de exploração das jazidas minerais. O ministro da Fazenda Carvalho Pinto, com grande prestígio nos meios empresariais pediu demissão. A esquerda mobilizou-se para que Brizola fosse nomeado ministro da Fazenda, o que na prática significava que Jango abdicava de seus poderes. Então, foi nomeado Nei Galvão, diretor do Banco do Brasil.

Em 24 de dezembro assinou decreto de monopólio da Petrobrás na importação de petróleo e derivados. Com isto a estatal poderia obter petróleo por troca de produtos agrícolas poupando o dólar. Em 17 de janeiro de 1964 regulamentou a Lei de Remessa de Lucros para o exterior temática aprofundada no capítulo da variável controle estrangeiro. Além de intervir na legislação social, o Estado atuava ativamente na esfera econômica, procurando proteger o patrimônio nacional, e não ficar sujeito ao alvedrios das forças estrangeiras.

Em 11 de março de 1964, entidades empresariais reuniram-se em Convenção Nacional no estado da Guanabara rompendo com Goulart e acusando o governo de cumplicidade com grupos desordeiros, que deturpavam o direito de greve e estimulavam a desordem.

Antes dos anos 60 a atuação política das classes trabalhadoras era incipiente, não tinham o hábito de formularem suas preferências, nem expressavam preferências por meio de ações individuais ou coletivas. Nos anos 60, anos de contestação, elas estavam em processo de emancipação e construção de seus direitos de autonomia. O governo foi continuamente *responsivo* frente às preferências dos cidadãos da classe trabalhadora e rural, todavia, deixou em segundo plano as prioridades das classes empresarias e interesses internacionais.

A poliarquia sustenta-se em um equilíbrio de forças, resultado de considerações estratégicas realizadas por grupos políticos, que sopesam custos e benefícios de tolerar seus adversários, e concluem ser baixo o ônus de tolerar a oposição. O critério de valoração e priorização de preferências do governo desagradou à classe empresarial que optou pela via da ruptura.

O auge da mobilização do ideário esquerdista foi o Comício da Central do Brasil realizado no dia 13 de março. A notícia do comício saiu no jornal Última Hora:

Dia 13 de março na Central do Brasil. Grande comício pelas Reformas de Base. Falarão Jango, Brizola, Arraes, Eloy Dutra, líderes sindicais e estudantis. São esperadas mais de 100 mil pessoas. Todos à central com o Presidente João Goulart. (FERREIRA, 2011, p.410)

O comício unificou os conspiradores da direita. A direita e os conservadores ficaram alertas com o anúncio do comício. Em 10 de março, às vésperas do Comício, o PSB rompeu com Jango.

Os empresários, em mensagem ao povo, denunciaram que o Brasil assistia estarecido ao permanente desrespeito à Constituição e às leis. Foi fundado o Comando Nacional das Classes Produtoras com sede no Estado da Guanabara.

Lacerda decretou ponto facultativo para o funcionalismo, determinando que o dia 13 não contaria nos contratos assinados com as empreiteiras. Os proprietários de terra de São Paulo pediram proteção à polícia contra invasões.

Em 12 de março, na Praça Sete situada no centro de Belo Horizonte, integrantes do IBAD conclamaram pessoas a assinar documento contra o arcebispo Dom João de Resende da Costa, e contra a Ação Católica, e contra o clero progressista, em repúdio ao apoio que eles deram às reformas de base.

No dia 13 de março de 1964, no Comício da Central do Brasil Goulart falou das duas grandes medidas do plano de seu governo: a lei da remessa de lucros e a reforma agrária. Foram abordados os Decretos da SUPRA, refinarias, remessa de lucros, congelamento de aluguéis. A manifestação popular realizou-se em frente ao Ministério da Guerra. As propostas

de Goulart no Comício foram interpretadas pela direita como se os camponeses passassem a ter seu quinhão de terra e os inquilinos seriam desonerados de pagar aluguel. O próprio Juscelino não corroborou com as decisões presidenciais: *“Ele passou dos limites. Saiu da legalidade, que o sustentava. Vou romper com ele, publicamente. Não me interessa o apoio de Jango nesses termos.”* (apud FERREIRA, 2011, p.431).

Segundo relato de Darcy Ribeiro, a esquerda apostou no confronto, planejando uma série de comícios para pressionar pelas mudanças. No dia 3 de abril em Santos, 10 em Santo André, 11 em Salvador, 17 em Ribeirão Preto, 19 em Belo Horizonte, 21 em Brasília, sendo o último realizado no 1º de maio, em São Paulo, com um movimento grevista geral operário camponês. (FERREIRA, 2011, p.433)

A mensagem ao congresso incutiu na direita a certeza de que Jango estava colocando em ação seu plano continuísta acoplado com a concentração de poderes. Ficou a aparência e temor de que um golpe era planejado pela esquerda.

No dia 19 de março, dia de São José, padroeiro da família, foi realizada na cidade de São Paulo a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade. A manifestação de direita, concebida pela freira Ana de Lourdes, a qual reverberou que no Comício da Central do Brasil teria ocorrido um ataque à fé católica. Concentraram-se na Praça da República, às 16 h, e desfilaram pela rua Barão de Itapetininga, pela Praça Ramos de Azevedo, Viaduto do Chá, Praça do Patriarca, rua Direita e Praça da Sé. À frente estavam os cavalarianos dos Dragões da Força Pública, seguidos dos deputados udenistas Herbert Levy e general Nelson de Melo. Os cartazes continham forte teor anticomunista, e os discursos contra Goulart. Estima-se que estiveram presentes na marcha de 500 mil a 800 mil pessoas. Foi uma manifestação de classe média, com caráter religioso. A polarização atingiu inclusive a hierarquia católica. (FOLHA, acervo on line no sitio http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_20mar1964.htm).

A estatização da economia fazia parte do programa de esquerda, as empresas de navegação e ferrovias eram estatais, pretendia-se encampar as linhas aéreas internacionais, nacionalizar a exploração do subsolo, empresas de publicidade e propaganda, bancos, concessionárias de serviços públicos.

Em 24 de Março ocorreu a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, em Santos, com 150 mil pessoas. A Pesquisa do IBOPE, realizada entre 20 e 30 de março de 1964, realizada em São Paulo capital, Araraquara/SP e Avai/SP. 15% classificaram o desempenho governamental como ótimo, 30% como bom, 24% como regular e 16% como péssimo. Portanto, 48,9% dos entrevistados admitiam votar em Jango se ele pudesse concorrer à reeleição, 41,8% rejeitavam a alternativa. A aceitação da proposta reformista era alta, 59% da população eram favoráveis. (IBOPE, 1964, VOL. 2.).

Os jornais alertavam para o perigo comunista, passaram a clamar pela intervenção das forças armadas para restabelecer a hierarquia militar. A rebelião dos marinheiros foi a gota d'água que faltava para detonar o mecanismo golpista de direita.

Em 30 de março foi realizado no Automóvel Clube, no estado da Guanabara, a posse da nova diretoria da Associação dos Sargentos. Goulart compareceu à festa dos subalternos. O comparecimento do presidente à festa após a revolta dos marinheiros foi considerada uma provocação e desrespeito às Forças Armadas.

A crise política chegou ao seu auge na noite do dia 30 de março. A disciplina e hierarquia nas Forças Armadas encontravam-se sob a ameaça de ruptura, até mesmo os oficiais legalistas estavam insatisfeitos.

As forças armadas deixaram de apoiar o governo, ao argumento que eram instituições nacionais permanentes, com objetivo de defender a legalidade, e não programas de governo.. Nesse sentido, Castelo Branco, *“não sendo milícia, Forças Armadas não são armas para empreendimentos antidemocráticos. Destinam-se a garantir os poderes constitucionais e sua coexistência.”* (FERREIRA, 2011, p.440) A oficialidade dizia-se certa de que o presidente incentivava a indisciplina e instigava subalternos contra superiores.

Às vésperas do Golpe, a situação do Poder Executivo Federal era complexa e delicada. Tinha o desafio de compatibilizar os interesses dos setores conservadores nacionais aliados aos investidores internacionais; da ala radical do PTB, que pressionava o governo para implementar a todo custo as reformas de base e dos movimentos populares e sindicais.

Na manhã do dia 31 de março, o general Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, iniciou a “Operação Popeye”, a qual consistiu em marchar com as tropas de Juiz de Fora/MG para a Guanabara, com o objetivo de tomar o prédio do Ministério da Guerra. Castelo Branco determinou que o general Antônio Carlos Muricy fosse ao encontro das tropas e assumisse o comando. A sublevação mineira teve apoio diplomático dos EUA, tais informações que organizou uma operação de apoio aos militares que pretendiam depor o presidente.

Em meio a toda confusão o ministério da guerra encontrava-se acéfalo. O ministro Dantas Ribeiro de licença, convalescente de uma cirurgia de próstata, estava sendo substituído por seu chefe de gabinete, general Genaro Bomtempo, que não tinha condições de assumir o comando do Exército naquela conjuntura. (FERREIRA, 2011, p.477)

O ministro da guerra tentou organizar a situação, mas teve uma recaída e foi hospitalizado, sendo submetido a outra cirurgia em razão do câncer de próstata. Jango nomeou o general Moraes âncora para substituí-lo, mas a indicação fora feita a destempo, o golpe já havia avançado.

A oficialidade das três forças, temendo a integridade das próprias corporações, uniram-se com o apoio de amplos grupos sociais. Não era uma questão de deslealdade ou insubordinação para com o presidente da república, mas um problema de identidade da categoria, em defesa da sobrevivência da instituição militar.

Em Porto Alegre, Ladário Telles, comandante do III Exército e Leonel Brizola organizaram a resistência, tomando as estradas e ferrovias para evitar o avanço das tropas de São Paulo. As emissoras de rádio da capital foram tomadas e entregues a Brizola.

As decisões de Goulart eram motivadas para evitar uma guerra civil e uma possível invasão de tropas estrangeiras. Em 1º de abril Jango deixou o palácio das Laranjeiras e foi para Brasília buscar sua família, pois seu destino era São Borja. A saída de Goulart da Guanabara foi interpretada como fuga, ou talvez renúncia.

No dia 2 de abril, o Congresso Nacional abriu os trabalhos, e o presidente do Senado declarou vago o cargo de presidente da República, convocando Ranieri Mazzilli a assumir a chefia do governo. Importante destacar que o cargo foi declarado vago tendo os parlamentares ciência que o presidente encontrava-se em território nacional. Tancredo leu no Congresso uma carta de Goulart informando que ele e seu ministério estavam em Porto Alegre. Para agravar o presidente do Supremo Tribunal Federal, enquanto chefe maior do Judiciário, foi ao Palácio do Planalto congratular Mazzilli pela posse. Em Porto Alegre, Goulart, ciente da proporção que o golpe já havia tomado, achou melhor não resistir, para evitar colocar em risco de forma desnecessária a vida de várias pessoas.

A amplitude do movimento de deposição era significativa, foi composta por uma coalizão civil, militar e estrangeira, com apoio dos Poderes Legislativo e Judiciário.

A destituição do presidente da República, bem como o afastamento compulsivo de seus aliados da vida pública nacional, segundo seu entendimento, objetivou evitar potenciais e profundas modificações na estrutura econômica e política do Brasil. O caráter transformador das reformas estruturais, reivindicadas pelo movimento social, não foi assimilado nem pelos setores tradicionais da sociedade brasileira, vinculados à propriedade latifundiária, nem pelos modernos representantes de um modelo capitalista industrializado e internacionalizado. (DELGADO, 2010, p.132)

Do final do período denominado Estado Novo a março de 1964 a democracia representativa brasileira foi construída pela primeira via, ou seja, uma pequena elite estabeleceu as regras políticas na constituinte de 1946, tendo como premissa positivar as garantias liberais clássicas. A Teoria de Dahl da tolerância mútua aplicou-se até o momento em que a população alijada e descontente com a manutenção do *status quo* passou a reivindicar a o direito de participar da vida política do país, incomodando a categoria satisfeita com a estrutura estatal.

João Goulart protagonizou um momento de grave crise política brasileira, tendo sido deposto do cargo de presidente da república por militares e civis. A crise de governabilidade caracterizou-se pela paralisia decisória no legislativo e executivo; fragmentação de recursos de poder; radicalização ideológica; inconstância das coalizões formadas no Congresso Nacional; instabilidade governamental (rotatividade na direção de ministérios e agências estatais) e dispersão partidária.

Várias são as explicações para a mudança de regime, algumas com caráter individualista e personalísticas, culpam Jango, por sua falta de atitude política, outras, como Amaury Kruehl, comandante do II Exército (SP) e amigo pessoal do presidente, que o teria traído, ao retirar-lhe a força mais importante, o Exército de São Paulo. Outra vertente atribui a queda ao processo nacionalista, independente e popular adotado por Goulart. Alguns afirmaram que o golpe foi a intervenção necessária das forças armadas em resposta às insatisfações da sociedade com um presidente inepto.

O Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), órgão do Conselho de Segurança Nacional, por diversas vezes informou ao presidente a movimentação dos golpistas. Jango acreditava que o sentimento legalista da oficialidade do Exército e o apoio popular seriam decisivos para desarticular qualquer atentado à democracia.

Uma das possíveis causas para a ausência de plano de defesa do governo contra um possível golpe pode ser atribuída à rotatividade no Ministério da Guerra: Segadas Viana, Nelson de Melo; Amaury Kruehl; Jair Dantas Ribeiro, Assis Brasil. Certamente comprometeu a organização do sistema de segurança do governo. E, possivelmente, pode ser pensada como premeditada.

Além disto, a esquerda tinha a impressão de que as tradicionais estruturas militares haviam ruído, sendo necessário o apoio dos subalternos. Afinal, a consequência da substituição do ministro de guerra era a mudança de diversos comandos militares. Além disto, segundo Darcy Ribeiro, Goulart, por vezes promoveu militares sabidamente de direita, reacionários ao seu governo, em detrimento de seus aliados. (FERREIRA, 2011, p.359). Isto sempre foi entendido como uma estratégia política do Governo para desestabilizar as forças opositoras.

É possível que se Goulart tivesse renunciado à sua empreitada reformista e restringido a liberdade sindical continuasse no governo. Também é possível pensar que caso a distribuição de terras e de renda no Brasil fosse mais pulverizada entre os cidadãos, por estímulo do próprio mercado, as reformas de base e medidas distributivas sequer seriam idealizadas por representantes governamentais, e a experiência brasileira poderia ter sido completamente

diferente, sem este constante movimento de ação e reação entre forças políticas com imaginários antagônicos.

Lado outro, é fato que nos anos 60 os fundamentos da democracia liberal, instituídos pela Constituição de 1946, passaram a ser questionados pelas esquerdas, que não mais aceitavam os privilégios de classes, empecilhos às reformas.

A forma pela qual o regime hegemônico foi inaugurado, ou seja, a partir do súbito colapso do regime anterior, teve como consequência a ausência de legado de legitimidade ao novo regime. O episódio de março de 1964, seja ele denominado, golpe, revolução ou ainda contra revolução, consistiu em instaurar o novo regime à força pela via de um golpe militar, e a consequência desta inauguração é entender-se legítimo o uso da força.

Um colapso súbito do velho regime deixa o novo sem um legado de legitimidade; uma inauguração revolucionária do novo legitima o uso da revolução contra ele mesmo. Os anos mais críticos, então, são provavelmente os primeiros, quando a legitimidade do novo regime ainda está em questão e as lealdades ao velho regime ainda estão vivas. (DAHL, 2012, p.59)

Nas situações em que a passagem pacífica não acontece, a legitimidade do novo regime é contestada, porque não lhe é passado o legado de legitimidade do regime anterior.

Fato é que tão logo os militares e seus aliados civis, vitoriosos com o golpe de Estado, assumiram o poder, os mesmos passaram a afirmar que tudo antes de março de 1964 era corrupção, demagogia, caos econômico e subversão da ordem, desqualificando, também, as lutas operárias, camponesas e populares por justiça e reformas sociais.

As soluções de força oneram os novos regimes com sérios conflitos sobre legitimidade e com isso cria-se, desde o início, uma alta probabilidade de regressão para o regime anterior, para a sorte do país.

2.3 Ordem socioeconômica concentrada ou dispersa

Na teoria de Dahl, a variável “ordem socioeconômica concentrada ou dispersa” examina o tipo de economia do país e o “acesso à violência”. Sob a primeira perspectiva admite-se a possibilidade da sociedade (a) agrária com agricultores livres ou camponeses

tradicionais, ou (b) comercial industrial sob a formatação descentralizada ou centralizada. Na perspectiva do acesso à violência examina-se se as sanções são monopolizadas por algum grupo social, neutras ou dispersas.

2.3.1 Tipo de economia: acesso a propriedade

Segundo a doutrina liberal ortodoxa, a política competitiva de uma ordem social pluralista está atrelada a uma economia capitalista baseada na **propriedade privada**. Ao passo que a economia socialista, ou social democrata, somente seria possível no caso de uma ordem social dominada por um regime hegemônico fechado, destituído de liberdades políticas.

Dahl procura desconstruir o raciocínio dedutivo da doutrina liberal clássica examinando poliarquias que, ao valerem-se de inúmeras formas de intervenção do Estado na economia, não adotem o sistema capitalista puro. A partir desses dados afirma que a política competitiva implica uma ordem social pluralista e uma economia descentralizada (mas não necessariamente capitalista), ao passo que em uma economia altamente centralizada seria construída uma ordem social centralmente dominada, e, por conseguinte, um regime hegemônico (DAHL, 2012, p.73).

Dahl divide as sociedades agrárias em tradicionais e de agricultores livres. Nas primeiras há maior propensão à desigualdade, à hierarquia e à hegemonia política, eis que grande massa da população sujeita-se a privações, dificuldades, dependência, ignorância, ao passo que uma minoria desfruta de poder, riqueza e apreço social. As sociedades camponesas livres, modelo parcialmente adotado nas origens históricas dos Estados Unidos, são mais igualitárias e democráticas, pois a terra é dividida de maneira mais equitativa.

As igualdades e desigualdades numa sociedade parecem afetar as chances de uma hegemonia e de competição política através de dois conjuntos diferentes de variáveis, pelo menos: a distribuição de recursos e habilidades políticos e a criação de ressentimentos e frustrações. (DAHL, 2012, p.91)

A industrialização dos países agrários muda a natureza das desigualdades, fazendo com que a desigualdade fundiária tenha menor impacto na alocação dos recursos políticos. Isto porque nas sociedades agrárias tradicionais a desigualdade era reproduzida em todas as esferas (política, renda, estudo, status, etc), em razão do monopólio dos recursos políticos, já nas

sociedades industrializadas o sistema de desigualdades é disperso, assim um ator excluído de um tipo de recurso político tem acesso a outro recurso político parcialmente compensador.

Introduzida numa sociedade agrária tradicional, a industrialização é, mais cedo ou mais tarde, uma força equalizadora: ela transforma um sistema de desigualdades cumulativas num sistema de maior paridade com respeito a alguns recursos-chaves, e com respeito a recursos políticos em geral, ela dispersa (mas não erradica) as desigualdades. Introduzida numa sociedade de agricultores livres, porém, a industrialização pode efetivamente aumentar as desigualdades em recursos políticos, ainda que essas desigualdades sejam mais dispersas do que cumulativas. (DAHL, 2012, p.97)

A desigualdade não é eliminada na sociedade industrializada, mas reduzida significativamente à medida em que a renda média aumenta com o avanço da tecnologia e crescimento da produtividade. Parcelas mais amplas da sociedade passam a alcançar recursos políticos e habilidades do que em uma sociedade camponesa tradicional. Isto não significa, por exemplo, que com o avanço tecnológico poderão ocorrer fenômenos graves, como o desemprego, e que poderão permitir uma desigualdade social de grande força eruptiva de movimentos de mudanças radicais.

O Brasil nos anos 60 integrava o grupo das sociedades agrárias tradicionais. Segundo informações do Censo de 1960 a maioria da população se concentrava na zona rural (54,92%), sendo que o Brasil contava com 70 milhões de habitantes, sendo apenas 31 milhões no meio urbano. Nesta época 2,2% das propriedades rurais ocupavam 58% do território nacional.

No imaginário brasileiro constituinte de 1946, em que predominou o ideário liberal, o direito de propriedade conferia ao proprietário o direito de usar, gozar e usufruir, dispor e reaver o bem com quem quer que ele esteja. Era um direito real exercido em caráter absoluto (liberdade sobre o bem – o proprietário faz de seu bem o que quiser), exclusivo (o proprietário usa só) e perpétuo (a propriedade será do proprietário enquanto essa for a sua vontade).

Portanto, ainda que se admitisse a posição privilegiada do Estado sobre os particulares, seria defeso realizar qualquer tipo de desapropriação que não observasse os moldes constitucionais. Isto porque, desde aquela época a intervenção do Estado na propriedade é considerada uma exceção, sendo a regra a não intervenção. No momento em que o Estado cogitava desapropriar a propriedade do particular, ele suprimia um direito privado.

O sistema normativo admitia a legitimidade da supressão da propriedade para atender interesse da coletividade. Portanto, o imaginário começa a flexibilizar as características do direito de propriedade em prol da coletividade. A Constituição de 1946 trazia a seguinte previsão em relação ao direito de propriedade:

Art. 141, § 16 - É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito a indenização ulterior.

Art 147 - O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos.

A grande questão era compatibilizar o interesse privado, o interesse público e o interesse coletivo, não havendo falar em prevalência ou contradição entre eles. De uma forma geral representantes de todos os segmentos sociais estavam de acordo que o Estado deveria intervir na propriedade e realizar a reforma agrária. Discutia-se a questão regulatória, o “modus operandi” e critérios indenizatórios.

O imaginário das esquerdas nos primeiros anos da década de 60 estava comprometido em concretizar as reformas de base. Ditas reformas pretendiam alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, compatibilizando o desenvolvimento econômico autônomo e a justiça social. Elas propunham alteração nas esferas bancária, agrária, administrativa, fiscal, urbana, universitária e política.

Durante os primeiros anos da década de 60 os conflitos de terra se acirraram. Os camponeses organizados em Ligas, já não mais aceitavam viver em condições miseráveis, tampouco reconheciam a legitimidade do latifúndio. O movimento camponês adotou o lema “*reforma agrária na lei ou na marra*”. Foi idealizada uma revolução partindo do campo para a cidade, pretendiam conquistar sua libertação social a partir da reforma agrária radical. Para tanto estruturava-se uma guerrilha rural no nordeste, cuja capacitação foi possível em razão da aproximação política com Cuba e China as quais forneceram instrutores de treinamento militar para os camponeses. Pregava-se a revolução de caráter socialista.

Segundo Clodomir Santos de Moraes, responsável pelo setor militar das Ligas, as bases de resistência encontravam-se na divisa do Piauí com Bahia, sul da Bahia, Mato Grosso, interior do Rio de Janeiro, Goiás, Paraná, Maranhão e fronteira do Acre com Bolívia (FERREIRA, 2011, p.311).

A redistribuição da posse/propriedade da terra, significava a alteração do status de vários brasileiros, pois na sociedade brasileira agrária, a posse da terra simbolizava renda, riqueza e poder. Portanto, as desigualdades fundiárias eram prezadas pelos segmentos por elas privilegiados.

Como a posse da terra ou o direito de produzir na terra é a principal fonte de status, renda e riqueza numa sociedade agrária, a desigualdade em termos de propriedade fundiária equivale à desigualdade na distribuição dos recursos políticos. Em outras palavras, numa sociedade agrária, as desigualdades sociais serão cumulativas e não dispersas, e (como argumentava Harrington, filósofo inglês do século XVII) o poder estará fortemente relacionado à propriedade fundiária. (DAHL, 2012, p.68)

A discussão da questão agrária chegou ao Congresso Nacional. Em 24 de outubro de 1961 foi constituída a Frente de Libertação Nacional (FLN) em prol da reforma agrária. Ela tinha como objetivo renovar o Congresso, para que fosse composto por maioria de políticos nacionalistas comprometidos em realizar reformas estruturais. Lideravam a frente o Governador de Goiás, Mauro Borges (PSD), e o Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (PTB). Ela se auto intitulava Movimento Emancipador do Brasil, tendo como bandeiras a democracia, nacionalismo e o desenvolvimento econômico.

Democracia é um instrumento que arma o povo para a sua libertação econômica. [Portanto] pugnamos por uma legalidade autêntica que assegure o pronunciamento das grandes massas em defesa das reformas fundamentais. (FOLHA..., 25 out. 1961, p.4) (apud GUSTIN, 1996, p.174)

Vários foram os posicionamentos dos grupos políticos no Congresso Nacional. Os representantes do PSD, com a maioria no Congresso, aceitavam a reforma agrária através de emenda constitucional, com parte do ressarcimento ao latifundiário por meio de títulos da dívida pública corrigidos monetariamente. Os conservadores do partido aceitavam que as desapropriações por interesse social atingissem apenas o latifúndio improdutivo ou inadequadamente cultivado.

Os representantes da UDN entendiam que a administração, ou o Poder Executivo, não poderia a seu alvedrio alterar os critérios normativos estabelecidos a fim de implantar uma reforma agrária. A UDN assumiu o lema a constituição é intocável, posição intransigente contra qualquer emenda constitucional. As esquerdas investiam na estratégia de mobilização popular respaldada pelo exército para implantar as reformas.

Os grupos de esquerda heterogêneos (PCB, Ligas Camponesas, movimento sindical, subalternos das forças armadas, estudantes) uniram-se a favor das reformas. Não concordavam com a exigência constitucional de indenizações prévias em dinheiro, afirmavam que isso não era reforma, mas sim “negociata rural”. Tampouco faziam distinção entre latifúndios produtivos e improdutivos.

Brizola era a grande liderança popular nacionalista de esquerda que pressionava o presidente para agilizar as reformas, defendia o fechamento do Congresso, e a assunção por Goulart de todos os poderes do legislativo, de forma que fosse possível realizar as reformas desconhecendo a Constituição. (FERREIRA, 2011, p.271). Havia ainda uma ala do PTB, ligada a Goulart, que defendia vigorosamente a reforma agrária, inclusive sem indenização.

Fato é que para as esquerdas o pagamento à vista e em dinheiro era um grande “negócio agrário”. Propunham, portanto, a alteração constitucional para que, havendo pagamento, fosse em títulos da dívida pública, resgatáveis em longo prazo. Os conservadores não aceitavam a alteração constitucional.

Em novembro de 1961 realizou-se, em Belo Horizonte, na Assembleia Legislativa mineira, o I Congresso Camponês, com cerca de 1.600 delegados. Dentre as várias lideranças políticas, estiveram presentes no evento o presidente João Goulart, o governador de Minas Gerais Magalhães Pinto, Francisco Julião. O Congresso Camponês discutia a reforma agrária. O debate central versou sobre o princípio constitucional que exigia indenização prévia em dinheiro em casos de desapropriação. (FERREIRA, 2011, p.270)

Na sociedade camponesa tradicional em que se percebe uma desigualdade extrema na distribuição de bens, os recursos políticos e o exercício do poder ficam restritos a uma parcela menor da sociedade, porém com maior poder político-financeiro. Portanto, a redistribuição da

terra, impactaria diretamente na vida política da sociedade, pois significaria redistribuição de poder.

O *modi operandi* para alteração da estrutura agrária, o critério de seleção de beneficiados e prejudicados, os instrumentos políticos de viabilização eram matérias amplamente debatidas no Congresso. Eles esbarravam- sempre no artigo 141 da Constituição que previa que a desapropriação por interesse público deveria ser precedida de indenização prévia e em dinheiro. O ponto central do conflito era a questão indenizatória.

A maioria dos congressistas propunha a desapropriação de terras improdutivas superiores a 500 hectares, o pagamento de indenização com títulos da dívida pública, a concessão das terras devolutas aos camponeses sem custos, a entrega do título de propriedade aos posseiros e o estímulo às cooperativas. Francisco Julião, pregava a reforma agrária radical, com base na lei ou na marra, “*com flores ou com sangue*”, seguida da implantação do socialismo democrático. Os comunistas escolheram a estratégia de aprofundar a luta pela sindicalização rural e negociar com o governo a ampliação dos direitos trabalhistas no campo.

Ao final do Congresso foi redigida declaração firmando o compromisso de dar continuidade à luta pela reforma agrária radical, pretendendo dentre outros propósitos extirpar os monopólios da terra, ampliar ao máximo acesso à posse e ao uso da terra, legitimar a livre organização dos camponeses e estender aos trabalhadores rurais a legislação trabalhista. Sobre o Congresso, afirmou Francisco Julião:

O mais importante é que as diversas correntes que atuaram dentro desse Congresso - e que dentro dele se chocaram - foram capazes de sensibilizar setores que até então estavam um pouco divididos em relação ao movimento camponês, de tal forma que as conclusões do Congresso foram positivas e o Congresso acabou sendo unitário (...) em torno da reforma agrária. A meu ver, o grande mérito desse Congresso foi despertar a consciência nacional para o problema agrário. (JULIÃO, 1982, p.123) (apud, GUSTIN, 1996, p.177)

No Rio Grande do Sul, Brizola desapropriou duas fazendas, fundamentando seu ato administrativo na reforma agrária, deferindo indenizações irrisórias (FERREIRA, 2011, p.269).

Em 10 de setembro de 1962 foi aprovada a Lei 4 132, na qual se definia os casos de desapropriação por interesse social e dispunha sobre sua aplicação. À exceção dos radicais de esquerda, a reforma tão discutida não pretendia implantar o comunismo ou o socialismo. Percebe-se que a reforma agrária não pretendia ameaçar o proprietário, lavrador ou criador que cultivasse suas terras, fazendo-as produzir. Ela era dirigida aos detentores de terras incultas que se valiam da especulação, esperando realizar lucros com a revenda das terras valorizadas.

A postura do governo quanto à reforma agrária, até março de 1963, foi conciliatória. Quando Goulart percebeu o esgotamento da sua estratégia de mediar uma solução para a questão agrária, construída consensualmente com os diversos segmentos sociais, voltou-se para seu projeto histórico (desde 1950), as reformas de base.

Foi apresentado projeto de emenda constitucional, ao Congresso Nacional, pelo líder do PTB na Câmara, Bocayuva Cunha com o apoio de Jango. O projeto alterava profundamente a estrutura agrária nacional. Isto porque modificava o parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição que estabelecia a indenização prévia, em dinheiro para a desapropriação de terras, bem como regulamentava o artigo 147 que tratava da desapropriação por interesse social. O governo propunha o ressarcimento com títulos da dívida pública. Para o sucesso da reforma agrária era imprescindível a supressão da garantia de indenização prévia em dinheiro.

Goulart em entrevista à revista Manchete no final de novembro de 1963 disse:

Não é possível que continuemos indiferentes a viver lado a lado com a miséria. O Brasil deve deixar de ser o país dos contrastes, onde basta abrir a janela de um apartamento para contemplar a mais negra miséria, oferecidas aos olhos de todos nas ultrajantes condições em que se vive nas favelas. Temos hoje a sétima indústria automobilística do mundo. Não é admissível que continuemos a sofrer o vexame de sabermos que, em nossa terra, crianças morrem de fome, mergulhadas na miséria que desce aos mais baixos índices do mundo. O nível de vida do nordestino é ainda inferior, e coloca-se no plano mais baixo do mundo. (...) Sem desmerecer o trabalho intelectual e de direção econômica, devemos reconhecer que é flagrante a injustiça reinante na situação do operário de nossos centros urbanos. Ele sai às vezes de casa de madrugada, para só voltar de madrugada, e leva consigo, para o trabalho duro e mal remunerado, a angústia de deixar os filhos sem garantia de sobrevivência. E quando regressar ao lar quase sempre um pobre casebre miserável – traz a perspectiva amarga de novas necessidades que não pode

atender por meio de um salário desvalorizado. Será preciso lembrar que esse operário, que todos conhecemos, é um homem como nós, com os mesmos direitos à vida digna e proveitosa? São milhões e milhões os nossos concidadãos que vivem marginalizados. (GOULART, apud ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, 2004, p.218-219)

Em janeiro de 1964, foi atribuída a tarefa a João Pinheiro Neto, presidente da SUPRA, de redigir um Decreto desapropriatório para os 20 quilômetros que margeavam as rodovias federais, açudes e rios navegáveis (FERREIRA, 2011, p.385). Tais terras foram imobilizadas, o que significava que embora o latifundiário, embora não a perdesse imediatamente, a iminente ameaça coibia a especulação. Foi assinado o convênio entre a SUPRA e as forças armadas para viabilizar a elaboração do Decreto, o qual foi apresentado à população por Goulart no comício realizado na Central do Brasil.

Em seu discurso no Comício, o presidente remeteu à doutrina social do papa João XXIII para negar que o cristianismo pudesse ser utilizado como escudo para garantir privilégios. Prestou contas de seu governo, explicou as medidas do decreto da SUPRA, encampação das refinarias, reforma urbana. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA RS, 2004, p 105-123)

Verifica-se que naquela época já se discutia a função social da propriedade e os limites do direito de propriedade. O imaginário brasileiro questionava a licitude dos lucros da especulação de terras improdutivas, bem como a legitimidade da indenização nos casos de desapropriação por necessidade, utilidade ou interesse social.

A primeira desapropriação pelo decreto da SUPRA feito por João Pinheiro Neto, ocorreu às vésperas da Semana Santa, na fazenda Javaezinho, em Cristalândia/Goiás. Pertencia a uma empresa agropecuária paulista, teve seu valor fixado em 5 milhões de cruzeiros, quantia declarada no imposto de renda, e o dinheiro foi depositado no Banco do Brasil. Duas fazendas de Goulart também foram desapropriadas, e ele pedia a indenização em títulos públicos.

Ocorre que grande parte da sociedade não estava disposta a uma redistribuição de terras feitas no formato proposto por Goulart, fazendo com que os civis aliassem aos militares em apoio ao golpe.

O ciclo de desigualdades na sociedade camponesa tradicional é afetado a partir da atuação camponesa motivada pela inanição e degradação humana. A resistência pode ser passiva, com a queda da produção em razão do descontentamento, ou ainda, ativa, com levantes. A mudança na estrutura agrária possibilitaria um melhor abastecimento da população urbana, ampliaria o mercado interno para os produtos industriais e mitigaria os conflitos que se avolumavam no meio rural.

As desigualdades fundiárias nas sociedades agrárias pouco industrializadas têm grande impacto na vida política do país. Elas refletem a disparidade na distribuição dos recursos políticos e do exercício do poder. A desigualdade fundiária fez do Brasil uma democracia instável, suscetível ao regime autoritário.

2.3.2 Acesso à violência

A poliarquia é favorecida quando o acesso à violência e às sanções socioeconômicas ou está disponível tanto para o governo quanto para a oposição, ou indisponível para ambos, sendo a segunda situação, denominada por Dahl de ordem social pluralista, caracterizada pela maior competitividade.

Axioma 4. A probabilidade de um governo tolerar uma oposição aumenta na medida em que os recursos disponíveis do governo para a supressão declinam em relação aos recursos de uma oposição.

Ora, os principais recursos usados por governos para eliminar oposições são de dois tipos gerais: meios violentos de coerção, persuasão e indução, tipicamente empregados por forças policiais e militares; e meios não-violentos de coerção, persuasão e indução, ou como aqui serão chamados, sanções socioeconômicas, especialmente na forma de controle sobre os recursos econômicos, os meios de comunicação e os processos de educação e socialização política. Onde:

Axioma 5. A probabilidade de um governo tolerar uma oposição aumenta com a redução da capacidade de o governo usar de violência ou sanções socioeconômicas para eliminar uma oposição. (DAHL, 2012, p. 63-64)

Em alguns contextos apenas o governo tem acesso ao uso da violência ou sanções socioeconômicas contra a oposição.

(...) quando um governo tem um monopólio sobre a violência e as sanções socioeconômicas e é livre para usar esses recursos para eliminar oposições, as chances de uma política competitiva praticamente inexistem, isto não quer

dizer que a mera ausência de um monopólio governamental sobre esses recursos decisivos necessariamente favoreça a política competitiva. Isto porque em algumas circunstâncias, a falta desses recursos decisivos pode produzir apenas um regime competitivo fraco e instável. (DAHL, 2012, p. 65).

Outras vezes os instrumentos de coerção são inacessíveis ao governo, seja porque contingente das forças policiais é pouco significativo, despolitizado, disperso no território ou adota convicção política distinta.

Segundo Dahl, quando apenas a oposição tem acesso à violência e às sanções socioeconômicas, seja porque as forças militares estão politicamente comprometidas com uma ideologia ou uma camada social específica, seja porque os recursos econômicos estão monopolizados por um pequeno grupo de proprietários, ter-se-á um governo fraco e instável, sujeito a ser derrubado sempre que sua conduta desagradar à oposição. Quando o governo compromete-se com políticas públicas desaprovadas pelos militares está sujeito a ser substituído.

Nos lugares onde as forças militares são relativamente grandes, centralizadas e hierárquicas, como acontece na maioria dos países, hoje em dia, a poliarquia é certamente impossível a menos que os militares sejam suficientemente despolitizados para permitir um governo civil. O motivo pelo qual forças militares altamente organizadas intervêm na política de alguns países, mas não de outros, tem sido tema de uma enorme quantidade de estudos, controvérsias e perplexidade. (DAHL, 2012, p.64-65)

O primeiro episódio que marcou a insatisfação militar com um governo liderado por João Goulart foi a tentativa de impedir a posse do político no cargo de presidente. Tão logo Jânio Quadros renunciou, os ministros militares Odílio Denys (Exército), Gabriel Grun Moss (Aeronáutica) e Sílvio Heck (Marinha) formaram uma junta para governar. Os militares estavam dispostos a prender Goulart para que ele não se tornasse presidente.

Doutel de Andrade, integrante da delegação de parlamentares trabalhistas que procurou o ministro da guerra formulou a seguinte pergunta:

Permita, marechal, que um deputado provinciano, sem dúvida, mas vice-governador de um grande estado do sul, o de Santa Catarina, faça-lhe uma pergunta simples, mas que envolve questões complexas, de cunho constitucional e democrático. O Dr. João Belchior Marques Goulart, vice-

presidente da República, eleito e reconhecido pela Justiça Eleitoral do meu país, está vindo aos Estados Unidos do Brasil, cuja presidência se encontra vaga, graças à renúncia do seu titular, o presidente Jânio Quadros. O que acontecerá? Econômico, Denys respondeu: “Será preso”. Doutel, formal e irônico, retrucou: “Muito obrigado marechal, por esclarecimento tão convincente e jurídico. (FERREIRA, 2011, p.228)

Os militares pretendiam coagir o Congresso a declarar o impedimento de Goulart, e estavam dispostos a eliminar qualquer resistência civil contrária à sua decisão. Neste sentido, como já se disse, foi determinado o bombardeio do Palácio Piratini em Porto Alegre, como forma de eliminar Brizola em franca campanha pela posse.

Os congressistas foram resistentes às pressões militares que, como tentativa de persuadi-los, redigiram um “Manifesto à Nação”, no qual assumiam a responsabilidade de manter a lei, ordem e instituições democráticas, mas reafirmavam a inconveniência do retorno de Goulart ao país. O manifesto remetido ao Congresso Nacional, declarava e justificava a posição militar do veto ao regresso e à posse de João Goulart. Os ministros associavam a imagem do Jango a um agitador comunista, promotor da desunião, desordem, anarquia, alegavam zelar pela ordem interna.

Já ao tempo em que exercera o cargo de ministro do Trabalho, o sr. João Goulart demonstrara, bem às claras, suas tendências ideológicas incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e freqüentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossas classes trabalhadoras. E não menos verdadeira foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele Ministério, até em pontos-chaves de sua administração, bem como nas organizações sindicais, de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas.

No cargo de vice-presidente (...) ainda há pouco, como representante oficial, em viagem à URSS e à China comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países, exaltando o êxito das comunas populares. Ora, no quadro de grave tensão internacional (...) não pode nunca o Brasil enfrentar a dura quadra que estamos atravessando, se apoio, proteção e estímulo estiverem a ser dados aos agentes da desordem, da desunião e da anarquia.

(...)

Na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade de poder pessoal ao Chefe da Nação, o sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil .

(...)

As Forças Armadas estão certas da compreensão do povo cristão, ordeiro e

patriota do Brasil. E permanecem, serenas e decididas, na manutenção da ordem pública. (MANIFESTO..., 31 AGO. 1961:9) (apud, GUSTIN: 1996, p.98-99)

A mensagem foi submetida à apreciação de uma Comissão Especial, de deputados e senadores. Em 29 de agosto o Congresso Nacional rejeitou o impedimento de Goulart na presidência por 299 votos a 14, afirmando inexistirem impedimentos legais à posse de Jango. Não obstante, os congressistas reconheceram que o sistema presidencialista estava abalado, e declararam a necessidade de mudar o sistema de governo.

O manifesto foi interpretado como forma de coagir o congresso e abolir o regime republicano. Os ministros perderam a capacidade de manejar os símbolos que legitimam o poder. O Partido Libertador, da seção da Guanabara, em nota oficial demonstrou seu descontentamento com o posicionamento militar:

O Gabinete Executivo Regional do Partido Libertador, cumprindo o seu dever de opinar sobre a presente situação, declara:

1 - A Constituição Federal contém 218 artigos. Todos os cidadãos têm o dever de obedecer a todos esses artigos e não somente a algum deles. Aos cidadãos fardados incumbe, além do dever de obediência própria, o dever de impor obediência aos desobedientes.

2 - O Partido Libertador não acredita em violência: acredita, como Rui Barbosa, no prestígio da lei, 'interpretada pelo tribunais'. E, como Rui Barbosa, adota essa posição clara: "com a lei, pela lei, dentro da lei: porque fora da lei não há salvação.

3 - Conseqüentemente, os libertadores não podem fugir ao dever de acatar como Presidente da República aquele que indiscutivelmente é nosso detestado adversário, Dr. João Marques Belchior Goulart. (PL pela..., 21 set. 1961:2) (apud, GUSTIN, 1996, p.102-103)

Os ministros militares, ao verem o fracasso da tentativa de golpe, as tropas fora de controle e a desobediência civil, comprometeram-se a acatar qualquer solução que o Congresso tomasse para acabar com a crise política. O Congresso aprovou uma emenda constitucional e o Brasil tornou-se parlamentarista.

Durante todo o mandato do Jango foi possível perceber a divisão entre as forças armadas, alguns militares legalistas defendiam o governo de Jango, ao passo que a outra facção não corroborava com as propostas políticas do chefe do Executivo. Todavia, a partir do momento que os princípios norteadores da instituição militar, quais sejam hierarquia e

disciplina, passaram a ser questionadas, vários militares que então apoiavam o governo deixaram de fazê-lo. Houve uma união da classe em prol do fortalecimento da instituição que estava abalada. Neste momento, o governo enfraqueceu-se, ficando sujeito a ser derrubado.

O episódio de 25 de março de 1964, conhecido como a revolta dos marinheiros e a forma que Goulart decidiu lidar com os manifestantes agravou o descontentamento das forças armadas com o governo, levando-as a unirem-se para resguardar a instituição militar. Por ocasião da comemoração do segundo aniversário de fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, a situação de acirramento entre a direita e esquerda foi agravada.

Os marinheiros pretendiam realizar os festejos na Petrobras, pois os subalternos queriam manifestar o apoio ao governo pelas encampações das refinarias particulares. O ministro da Marinha Sílvio Mota, interpretou o ato como manifestação política, incompatível com o regime militar. Assim, os subalternos da marinha transferiram a festa para o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. E de fato, a comemoração transformou-se em movimento político reivindicatório por melhorias nas condições de vida dos marinheiros. Às vésperas da festa, os marinheiros e fuzileiros navais tinham sido convidados pelo ministro Júlio Sambaqui para assistir no auditório do Ministério da Educação o filme “O encouraçado de Potemkin” com explicações históricas sobre os protestos. (FERREIRA, 2011, p.443)

A profissão de marinheiro era precária, os profissionais recebiam baixos salários, os regulamentos impediam os subalternos de se casarem, e, por conseguinte, de constituírem família, de sair a paisana, a alimentação no navio era ruim, ainda estavam sujeitos aos códigos do tempo do Império como a lei da chibata, sendo que em alto mar, o comandante tinha poderes absolutos.

Jango, sem o conhecimento do ministro da marinha, havia sido convidado para a festa, e indicou o ministro da Justiça Abelardo Jurema para representá-lo. Dois mil marinheiros e fuzileiros navais participaram da comemoração. O ministro da marinha enviou 500 fuzileiros com 13 tanques para invadir o prédio e retirar os marinheiros de lá vivos ou mortos. Parte da tropa recusou-se a atacar os colegas aderindo à revolta. Goulart deu ordem para que os

marinheiros não fossem presos. O ministro da marinha, sentindo-se desprestigiado, renunciou ao cargo. As esquerdas apoiaram o movimento.

O motim durou até dia 28 de março e fomentou grave crise militar. Foram abalados os princípios militares basilares, quais sejam, hierarquia e disciplina. A solução para acalmar os ânimos dos militares era prender os marujos até o que ato de indisciplina fosse esquecido. Depois que os ânimos acalmassem seriam anistiados. Goulart, achava a solução injusta, pois havia ordenado ao ministro da Marinha que permitisse a reunião. A saída de Sílvio Mota do Ministério foi confirmada, sendo substituído pelo almirante Paulo Márcio Rodrigues.

Os marinheiros foram presos e colocados em liberdade no mesmo dia, passando apenas horas nos quartéis do Exército. A rápida anistia atingiu a integridade profissional das forças armadas. A oficialidade estava certa que o presidente incentivava a indisciplina e instigava subalternos contra superiores.

Goulart não compreendeu a lógica militar da hierarquia e disciplina, por vezes interferindo nas punições disciplinares em defesa dos sargentos, requerendo satisfações do comandante da base, fato que invertia a lógica hierárquica. Deferia até mesmo transferências pedidas por subalternos, sem sequer consultar o comando. Com receio de tornar-se refém civil de um comando militar, Jango nada fez para a ascensão de um general de esquerda, o que resguardaria seu governo. Voltando à nossa teoria de base, deve-se afirmar que ao perder o apoio militar, ou o apoio da violência, o regime poliárquico não mais pode se sustentar e foi substituído pelo hegemônico.

CAPÍTULO 3 – DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E A SUSTENTAÇÃO DE UMA POLIARQUIA

Dahl (2012, p.82) relacionou o nível de desenvolvimento socioeconômico e política competitiva de um país a partir da metodologia de estudos de casos. Pretendeu verificar se países com elevado nível sócio econômico desenvolveram sistemas políticos democratizados. Saliente-se que Dahl, ressaltou que a análise do desenvolvimento econômico é apenas uma das variáveis que impacta no regime político de um país, não se estabelecendo uma relação de causalidade simples e unidirecional.

As chances de um país desenvolver-se e manter um regime político competitivo (e, mais ainda, uma poliarquia) dependem da medida com que a sociedade e a economia do país (a) forneçam alfabetização, educação e comunicação, (b) criem uma ordem social mais pluralista do que centralmente dominada, (c) impeçam desigualdades extremas entre as camadas politicamente relevantes do país. (DAHL, 2012, p.85)

A instabilidade econômica caracterizou a economia brasileira desde a segunda investidura de Getúlio Vargas como presidente da República até meados de 1964. No governo de Café Filho eram fortes as pressões inflacionárias e suas medidas para estabilizar a economia provocaram elevado número de falências e concordatas.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi implementado o Plano de Metas orientado a modernizar a indústria nacional, a partir da modificação radical da estrutura produtiva do país. Foram expandidos investimentos em energia elétrica, petróleo, rodovias, portos, dentre outros. Também verificou-se uma abertura do mercado às companhias de capital privado nacional (autopeças, têxteis, alimentícias etc.) e às corporações multinacionais (setor automobilístico, farmacêutico, metalmecânico). Não obstante as medidas tivessem modernizado o país, sua consequência imediata foram déficit público equivalente a um terço da arrecadação e alta inflacionária.

O país crescera muito ao final do governo Kubitschek. A produção industrial aumentou 80%. Em todos os setores industriais, como aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicações (380%), indústrias de equipamentos e de transportes (600%), os números eram grandiosos. A renda per capita nacional tornou-se três vezes maior que a do restante da

América Latina. O país, no entanto estava endividado e a renda concentrada. (FERREIRA, 2011, p.203)

Jânio Quadros, assumiu um governo cuja economia fora enfraquecida pela inflação incontrolável, pela estagnação agrária, por dificuldades na balança de pagamentos e pelo esgotamento do mercado de consumo de bens duráveis. O endividamento externo brasileiro passou de 2 bilhões e 267 milhões de dólares para 3 bilhões e 892 milhões de dólares. Para piorar, em virtude da grande oferta de matérias primas, principal objeto de exportação brasileira, os preços internacionais estavam baixos.

Quadros, por orientação do FMI, adotou a ortodoxa medida de desvalorização cambial, a qual aliviava temporariamente a situação das contas externas, mas tinha como reflexo o aumento nos preços internos, e, por conseguinte, o aumento da inflação. Implantou-se a “verdade cambial”, desvalorizou-se em 100% o cruzeiro diante do dólar e cortou-se os subsídios ao trigo e à gasolina. As medidas governamentais atingiram diretamente as classes médias e trabalhadoras.

A instabilidade econômica continuou após à renúncia de Jânio Quadros. João Goulart também se deparou com um Brasil afetado por grave crise econômica, alta inflacionária e reivindicações sociais multifacetadas. Jango defendia o capital produtivo, principalmente o de origem nacionalista, defendia ainda a intervenção do Estado nas atividades econômicas, nas relações de trabalho, a ampliação do mercado interno, a elevação do nível de vida dos assalariados.

Na primeira reunião do Conselho de Ministros, realizada em 14 de setembro de 1961, durante o período parlamentarista, o primeiro, Ministro Tancredo Neves, junto ao conselho debateu a continuidade dos estudos e programas da Aliança para o Progresso, nos moldes estabelecidos durante à Conferência de Punta del Este, os reajuste salarial, a questão agrária, bem como meios de contenção da inflação.

Passados 15 dias, foram anunciadas as primeiras resoluções do Gabinete quanto à contenção do custo de vida e aos reajustes salariais:

- a) elevação de 40% dos níveis de salário mínimo em todo o território nacional, para vigorar a partir de 16 de outubro;
- b) envio de mensagem ao Congresso Nacional instituindo o salário-família para os trabalhadores;

- c) aproveitamento dos estoques de gêneros alimentícios do Governo, distribuindo-os, sem majoração dos preços, através de cooperativas e entidades governamentais;
- d) adoção de medidas para estabilizar o preço do petróleo e derivados;
- e) tomada enérgica de posição no setor da produção em geral, estimulando o produtor e evitando a especulação na distribuição de gêneros alimentícios; e
- f) ação do Governo frente à indústria da alimentação, no sentido de tornar seu custo mais acessível à população. (GUSTIN, 1996, p.157)

As medidas ilustram o compromisso do governo em elevar o nível de vida da população, a partir do combate à inflação e ao déficit financeiro, de forma coerente com a orientação pela realização da justiça social. O programa de governo apresentado orientou-se pelas premissas da conciliação, desenvolvimento e estabilidade. Pretendeu-se promover a justiça social, através da distribuição eqüitativa da renda nacional.

Em 1961, a inflação beirou 50%. Um ano depois, alcançou ritmo de 100% ao ano. A restauração do presidencialismo piorou a situação, por conta de medidas populistas de João Goulart. (IPEA, 2009, p.171-172) O déficit de caixa do Tesouro Nacional era apontado como a principal causa da elevação dos índices inflacionários. Para combater a inflação, o Governo optava pelo aumento da receita, apresentando, então, seu projeto de reforma tributária, o qual pretendia-se, sobretudo, minorar o déficit orçamentário previsto para 1962, da ordem de Cr\$ 165 bilhões.

O projeto foi dividido em oito capítulos: imposto de renda; imposto de consumo; imposto do selo; imposto único sobre lubrificantes líquidos e gasosos; imposto único sobre energia elétrica; contribuições de melhoria; disposições sobre conselhos de contribuintes; e conselho superior de tarifas e processo fiscal e disposições diversas. Objetivava-se, em termos gerais, aumentar a taxa de poupança, melhorar a composição dos investimentos, obter melhor distribuição da renda nacional e eliminar o déficit de caixa do Tesouro. (GUSTIN, 1996, p. 158)

As medidas não foram suficientes para equilibrar as finanças. Portanto, ao final do período parlamentarista foi elaborado um novo plano econômico: o Plano Trienal que foi anunciado uma semana antes do plebiscito (6 de janeiro de 1963), de autoria dos ministros do Planejamento e da Fazenda, respectivamente Celso Furtado e San Tiago Dantas (GUSTIN, 1996, p.33).

Com o plano pretendia-se obter o apoio político dos grupos conservadores e da opinião pública, bem como ganhar a confiança dos credores externos para assegurar o refinanciamento da dívida. Suas principais metas era combater a inflação sem comprometer o desenvolvimento econômico, implementar reformas administrativas, bancárias, fiscais e agrária. O plano fazia remissão à restrição salarial, limitação de crédito e preços, redução de despesas governamentais. A espiral inflacionária seria contida por meio do corte de créditos e contenção salarial. Percebe-se portanto, que para sua viabilização seriam imprescindível um acordos entre industriais, comerciantes e assalariados com concessões mútuas.

O plano foi criticado por Brizola e Julião e Brant. O primeiro afirmou que “*A política financeira do atual governo, que tem como mentor o Sr. San Tiago Dantas, não tem nada de original, sendo apenas uma repetição do que já foi preconizado e executado tradicionalmente.*” (BRIZOLA, L. apud FERREIRA, 2011, p.328). O segundo classificou o plano como “*antipopular, antinacional e pró-imperialista.*” Vinícius Brant, presidente da UNE entendeu que “*O plano não se volta contra o latifúndio nem contra o imperialismo; ao contrário, serve aos interesses dos monopólios estrangeiros, e por isso conta com o apoio das autoridades e da imprensa norte-americana.*” (BRANT, V. apud FERREIRA, 2011, p.328)

Celso Furtado, defendendo o plano por ser seu co-autor, afirmou “*Devo esclarecer que não me encomendaram um projeto de revolução, mas um plano de governo.*” (FURTADO, C. apud FERREIRA, 2011, p.328)

As principais dificuldades para implantação do plano trienal foram na área sindical. O plano de estabilização esgotou-se rapidamente. A implementação do Plano Trienal foi fragilizada dada a repudia pela área sindical, a divisão empresarial , a falta de comprometimento voluntário das partes para cumpri-lo e a ausência de mecanismo governamental para impor suas ações. Adotar a política salarial restritiva, comprimindo salários, era despertar a animosidade da classe trabalhadora e contrariar as premissas de Goulart.

Segundo depoimento de Casimiro Antônio Ribeiro, que na época trabalhava no Departamento de Estatística e Estudos Econômicos do Banco do Brasil, Jango não estava disposto a implementar a política de restrição salarial de qual o plano dependia.

o Plano Trienal e o Jango disse: “Se os preços subirem, eu digo para aumentar os salários”. O Jango tinha essa percepção. Era curioso, a sensibilidade que ele tinha... Ele dizia aos operários isso. “Façam greve. Se não fizer greve, patrão não dá aumento, não”. (RIBEIRO, Casimiro, 1981, p.88)

De fato, Casimiro estava correto. O presidente, pressionado pelas esquerdas, movimento sindical e empresariado, ao final de maio de 1963 autorizou o aumento de 70% do salário para o funcionalismo público, reajuste no preço do aço.

Uma economia avançada gera muitas condições exigidas por uma ordem social pluralista, porquanto distribui recursos políticos e habilidades (status, conhecimento, renda, reconhecimento, comunicação) a um grande contingente de indivíduos. Como consequência fica mais difícil manter uma ordem social centralmente controlada.

Uma economia avançada não só pode como deve reduzir o analfabetismo, disseminar a educação em geral, ampliar as oportunidades de educação superior e fazer proliferar os meios de comunicação. Não só pode produzir uma força de trabalho instruída como precisa dela: trabalhadores que saibam ler projetos e executar instruções escritas, engenheiros, técnicos, cientistas, contadores, advogados, gerentes de todos os tipos. Não só produz como precisa dispor de sistemas rápidos e confiáveis de comunicação, inclusive sistemas que transmitam uma vasta quantidade de informações públicas ou quase públicas. Não só permite como exige, ao mesmo tempo, uma multiplicidade de organizações duradouras e altamente especializadas, manejadas por pessoal fortemente motivado, que seja fiel às metas da organização: fábricas, bancos, lojas, escolas, universidades, sistemas de transporte de massa e milhares e milhares de outros tipos de organização. (DAHL, 2012, p.86-87)

Muito embora seja passível de refutação, a veracidade do pressuposto segundo o qual um alto nível de desenvolvimento socioeconômico favorece a transformação do regime hegemônico em uma poliarquia, e ajuda a mantê-la, no caso brasileiro as várias metodologias empregadas pelos governantes, relatadas anteriormente, demonstram que os primeiros anos da década de 60 foram marcados por tentativas diversas de restauração do equilíbrio das finanças

públicas, todas sem êxito. O fracasso e a estagnação econômica criaram um ambiente propício para uma ordem social centralmente controlada por um regime hegemônico.

[...] apesar de o “sucesso” econômico ser capaz de ameaçar as hegemônias gerando reivindicações pela liberalização política, o êxito econômico não tem ameaçado as poliarquias, mas o fracasso econômico, sim. Isso porque as dificuldades econômicas, particularmente quando tomam a forma de desemprego grave ou inflação acelerada, geram demandas por um regime hegemônico e uma ordem social centralmente controlada.(DAHL, 2012, p.89)

Por mais que diversas medidas financeiras fossem adotadas, o Brasil não conseguia emancipar-se economicamente dos recursos internacionais. Os índices financeiros obtidos no sítio eletrônico portal Brasil, demonstram que a União sequer conseguiu positivar seu fluxo de caixa. O quadro a seguir apresenta o desequilíbrio entre as receitas e despesas públicas brasileiras:

TABELA 1 – RECEITA E DESPESA DA UNIÃO (Cr\$)

Ano	Receita (Cr\$ bilhões)	Despesa (Cr\$ bilhões)
1960	233,01	264,64
1961	317,45	419,91
1962	511,83	726,69
1963	953,05	1.277,58
1964	2.010,62	2.770,71

Fonte: <http://www.portalbrasil.net/indices.htm>

Aumentar a receita significava, para o Governo, ter condições de dar continuidade ao desenvolvimento do País e, até, de acelerá-lo, garantindo a execução das obras consideradas básicas que estivessem em andamento. Fato é que:

[...] em 1962 o crescimento da produção nacional foi de apenas 3,7%, quando em 1961, tinha sido de 7,7%. No mês de dezembro de 1962, a inflação alcançara a casa dos 8%, mas a anual foi de 52,7%. As emissões de papel-moeda chegaram a Cr\$ 508 bilhões em 1962, quando no ano anterior foram de 313 bilhões. A balança de pagamentos apresentou déficit de 400 milhões de dólares, sendo que os serviços da dívida externa e as remessas de lucros para o exterior foram de 596 milhões de dólares. Para manter o fluxo

das importações eram necessários novos empréstimos, subordinando ainda mais o país aos banqueiros internacionais. (FERREIRA, 2011, p.326)

Em termos macroeconômicos, a economia brasileira foi afetada pelas variáveis: o crescimento do PIB, o desempenho das contas externas, a inflação e a situação fiscal. Em termos inflacionários o quadro comparativo elaborado abaixo demonstra o aumento percentual no Brasil, a partir do Índice Geral de Preços, cujos dados foram extraídos do portal Brasil:

TABELA 2 – IGP SÉRIE HISTÓRICA

IGP - Série Histórica					
	1960	1961	1962	1963	1964
JAN	1,55	1,92	5,27	8,74	11,28
FEV	2,47	0,35	1,69	5,9	6,73
MAR	1,49	2,11	1,67	5,57	7,43
ABR	1,64	4,92	0,82	1,58	4,4
MAI	0,13	1,43	3,99	4,03	2,68
JUN	0,59	1,5	3,12	5,06	4,34
JUL	2,02	1,48	4,6	3,74	6,47
AGO	2,98	5,23	2,77	3,67	2,9
SET	4	4,18	2,12	5,52	3,76
OUT	5,02	8,31	2,73	6,13	4,45
NOV	3,02	4,84	7,52	4,44	6,97
DEZ	2,07	3,71	6,31	5,95	5,98

Fonte: <http://www.portalbrasil.net/indices.htm>

Comparando PIB de 1960 e 1964 é possível perceber um decréscimo de 1960 a 1964. No primeiro período, a agropecuária, indústria e serviços respectivamente alcançavam o percentual de 18,3; 33,2 e 51,5 ao passo que em 1964 o percentual era de 16,9; 33,7 e 53,0. (IPEA, 2010 p. 28). A taxa de crescimento do PIB nos quatro anos variou da seguinte forma percentual: 1960 com 9,4; 1961 com 8,6; 1962 com 6,6; 1963 com 0,6; 1964 de 3,4. Insta

salientar a taxa de crescimento o PIB brasileiro em 1964 foi inferior a mundial que alcançou 6,1.

Além disto, percebe-se que a entrada de capital financeiro externo no país durante os anos 1960-1970 foi pouco significativa. Predominaram operações de empréstimos de fornecedores e financiamentos contratados junto a organismos oficiais e multilaterais de crédito internacional – Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Eximbank. Como consequência a dívida externa aumentou. Em 1964, a dívida externa total somava US\$ 3,3 bilhões, ao passo que as reservas internacionais atingiam apenas US\$ 244,3 milhões.

Neste cenário socioeconômico, várias eram as soluções traçadas pelo imaginário popular . Os conservadores defendiam que a justiça social resultaria de um processo crescente de desenvolvimento econômico e de maior moralidade administrativa.

Os reformistas pretendiam a modificação das estruturas jurídicas que regulavam as relações econômicas, sociais e políticas porquanto arcaicas. Propunha-se que o desenvolvimento do País estava condicionado à eliminação dos privilégios, a melhoria do padrão de vida da população e do fortalecimento da soberania nacional, com políticas públicas protecionistas, que incentivassem investimentos do capital nacional.

Para a esquerda, a Constituição de 1946 não correspondia à realidade social, era necessária uma reforma que permitisse a distribuição de riqueza para que os ricos sejam menos ricos e os pobres menos miseráveis. Seus representantes acusavam empresas estrangeiras radicadas no Brasil de agravarem os problemas financeiros brasileiros por meio dos seus lucros extraordinários.

A população brasileira crescia miserável, a má distribuição de renda estrangulava a produção industrial, correndo o risco da estagnação por falta de mercado interno, desperdiçando grande parte de sua capacidade produtiva. A reforma agrária pareceu a muitos a solução da crise industrial, pois ao estender ao camponês os benefícios da justiça social e mercado interno seria ampliado.

A não recepção das reformas pela integralidade da população, a manutenção de desigualdades, a fome, a miséria, a má distribuição de renda, a má distribuição de terras foram os males socioeconômicos que enfraqueceram a democracia de tipo poliárquico.

3.1 Igualdades e desigualdades

Dahl analisa a influência das igualdades e desigualdades nos regimes políticos sob a perspectiva social e econômica. Conclui que estas variáveis afetam as chances de uma hegemonia ou de uma competição política conforme a distribuição dos recursos, criando ressentimentos e frustrações (DAHL, 2012, p.91).

Os critérios disciplinadores da renda, riqueza, *status*, posição na organização e popularidade são recursos políticos a partir do momento em que definem quem irá receber o que. Portanto, as escolhas dos os atores políticos que controlam o Estado influenciam no comportamento dos demais integrantes da sociedade, porquanto os primeiros podem usar os poderes estatais para reordenar a distribuição social, valendo-se, por exemplo, de políticas públicas que disciplinam as tributações ou o direito ao voto.

A partir de Aristóteles e, provavelmente, desde os filósofos pré-socráticos, tem sido comumente sustentado entre os teóricos da política que as desigualdades extremas ajudam a produzir regimes hegemônicos e que os sistemas não hegemônicos de um tipo mais igualitário devem conter um grupo intermediário de cidadãos mais ou menos iguais preponderante e, portanto, deve evitar diferenças extremas de status, renda e riqueza (entre os cidadãos). As sociedades industriais avançadas abrigam poderosas tendências no sentido de desigualdades extremas e, no entanto – um fenômeno que os gregos não poderiam prever – as poliárquias inclusivas floresceram, em sua maioria, em países industriais avançados.(DAHL, 2012, p.91)

Segundo Dahl, **mesmos os regimes poliárquicos toleram desigualdades de riqueza, renda e de educação**. Todavia, a iniquidade provoca ressentimento entre a parcela de excluídos cientes de seus interesses. É imprescindível que o regime angarie aceitação dos grupos excluídos, e, para tanto, precisa atender, ainda que parcialmente, suas reivindicações. É desnecessário acolher todas as reivindicações haja vista que certa dose de desigualdade não gera reivindicações nos grupos prejudicados.

As respostas governamentais às reivindicações dos excluídos podem reduzir ou até mesmo eliminar as condições de desigualdade. As ações públicas mal orientadas, mas aparentemente bem intencionadas, simbolizam uma preocupação do governo para como grupo excluído, e com isto, acalcam temporariamente os ânimos reivindicatórios e conquistam a lealdade do grupo de despossuídos. (DAHL, 2012, p.99) Ao atender reivindicações por maior igualdade política e social os países ganham o comprometimento de grupos até então prejudicados.

Ao atender essas reivindicações por uma maior igualdade política e social, alguns países parecem ter ganho a prolongada batalha pelo comprometimento de grupos até então prejudicados, particularmente, é claro das classes trabalhadoras. (DAHL, 2012, p.99)

As ações governamentais podem ser ineficazes em reduzir as desigualdades, porém é possível que quando seja constatado tais resultados os grupos prejudicados já tenham se comprometido com o regime fortalecido.

[...] se o grupo acreditar que agora está melhor do que estava no passado, esta crença pode ser muito mais saliente e relevante do que o fato de alguns outros grupos estarem atualmente muito melhor. Além disso, também muitas pessoas se identificam, parte do tempo, com coletividades maiores como a nação ou país; daí que, para o determinado grupo ou indivíduo, desigualdades passadas e presentes podem ser atenuadas pelo pensamento de que a coletividade como um todo – o país, por exemplo – está avançando para uma condição de maior riqueza ou justiça. Finalmente, quando uma pessoa compara a si própria ou seu “próprio” grupo específico com outros indivíduos ou grupos, ela provavelmente fará comparações com outros que são, socialmente falando, não distantes e sim muito próximos ou adjacentes a ela. Para o trabalhador especializado, por exemplo, a renda e os privilégios do presidente da companhia provavelmente são menos relevantes do que os privilégios e renda dos trabalhadores semi especializados logo “abaixo” dele, ou se seu capataz, logo “acima” dele, ou dos trabalhadores especializados de outras fábricas. (DAHL, 2012, p.105)

O governo omisso ou que nitidamente favorece um grupo social, optando pela manutenção das desigualdades, sem atender aos anseios do grupo prejudicado, torna-se alvo de hostilidades dos prejudicados que deixam de se comprometer com o regime que provavelmente se enfraquecerá.

Isto porque se as cobranças de “soluções” do governo para os problemas importantes não forem atendidas ano após ano, o compromisso

provavelmente cederá lugar à desilusão e à desobediência, particularmente quando um “problema” envolve a privação ampla e aguda de uma parte considerável da população – inflação galopante, por exemplo, amplo desemprego, pobreza aguda, discriminação grave, inadequações lamentáveis na educação e coisas assim. (DAHL, 2012, p.122)

Os regimes hegemônicos toleram mais **desigualdades** que os regimes competitivos porquanto detêm maiores **mecanismos de coerção** para eliminar a manifestação de insatisfação.

Para a imposição de uma condição duradoura de privação o sistema político deve valer-se da violência repressiva na ordem social e inculcar nos excluídos sentimentos de resignação e desesperança. Porém alguns países adotaram sistemas duplos, ou seja, poliarquia inclusiva para parcela da população e hegemônico para uma minoria excluída (é o caso da exclusão da população negra nos Estados Unidos).

Dahl traça um caminho hipotético partindo da desigualdade objetiva rumo a reivindicações de maior igualdade. Como forma de mensurar o potencial de reivindicações sociais por igualdade, Dahl elaborou um esquema composto por 5 indagações, a serem respondidas de forma tautológica (sim/não). Se qualquer das indagações fosse respondida negativamente o fluxo estaria rompido. Caso fossem obtidas 5 respostas afirmativas, isto significaria que os grupos excluídos estariam propensos a reivindicar melhorias.

A. Os membros do grupo de excluídos a percebem? Sim; B. Eles a julgam relevante para sua própria situação? Sim; C. Eles a consideram ilegítima? D. Eles sentem ódio, frustração, ressentimento a esse respeito?; E. Eles reivindicam uma maior igualdade? Sim. (DAHL, 2012, p.104)

Vários são os fatores obstativos às reivindicações. Alguns exemplos de situações que obstam o caminho reivindicatório são: a) conquistas de melhorias por parte das classes excluídas minimizam as insatisfações, e as potencialidades de reivindicações; b) tendência dos grupos terem como parâmetro de comparação seu próprio passado; c) associação da melhoria da nação com melhoria pessoal; d) comparar-se com seus iguais, pessoas do mesmo grupo, ou de grupos subjacentes.

Desta forma, em sociedades desiguais o indivíduo pode ter um juízo favorável à sua situação, ainda que em situação de desvantagem em relação às elites. Isto porque há uma

tendência das pessoas julgarem sua situação pelo que percebem ser a direção da mudança da coletividade a qual sentem-se integrantes.

Runciman fez a distinção entre um “grupo de referência comparativo”, cuja situação aos atributos uma pessoa compara seus próprios, e um “grupo de referência de participação”, que é “a linha de partida para a desigualdade com o grupo de referência comparativo pelo qual se produz um sentimento de relativa privação”. Ele descobriu que o sentimento de “relativa privação” provocado por desigualdades, na Grã Bretanha, era grandemente atenuado, entre outras coisas, pela tendência a comparar a própria pessoa com grupos socialmente bem próximos ao próprio grupo. (DAHL, 2012, p.105-106)

A crença na ilegitimidade da desigualdade por parte do indivíduo depende da cultura na qual foi socializado. É possível que culturalmente o indivíduo entenda que sua condição inferior é inerente à ordem das coisas (castas do hinduísmo), tendo uma visão de mundo de justifique o *status quo*, tal fato abranda o potencial reivindicatório.

Uma visão de mundo justificadora e “racionalizadora” da desigualdade não persiste apenas porque ela traz vantagens às elites que se beneficiam do status quo. Entre os próprios excluídos, uma visão de mundo tão autonegativa pode ajudar a tornar uma existência miserável e, frequentemente, humilhante, mais suportável e compreensível. (DAHL, 2012, p.108)

A frustração com a situação de desigualdade algumas vezes leva a apatia, aceitação, fatalismo. Percebe-se que em situações de extremas desigualdades a poliarquia encontra maior vulnerabilidade. Todavia, consegue lidar com uma dose significativa de desigualdade, eis que até certo nível a desigualdade não provoca reivindicações no grupo excluído.

Num país com um regime hegemônico, desigualdades extremas na distribuição de valores-chaves reduzem as chances de desenvolvimento de um sistema estável de contestação pública.
Numa sociedade que já conta com um regime com contestação pública, as desigualdades extremas aumentam as chances de que a política competitiva venha a ser substituída por um hegemonia.
As poliarquias são particularmente vulneráveis aos efeitos das desigualdades extremas. (DAHL, 2012, p.109)

Tecidas as considerações teóricas, passa-se a reconstruir o imaginário brasileiro dos anos 60 sob a perspectiva das igualdades e desigualdades. Em 1960 foi realizado recenseamento, nos termos do Decreto-lei n. 969 de 21 de dezembro de 1938, executado pelo

Serviço Nacional de Recenseamento, instituído pelo Decreto n. 47.813, de 2 março de 1960, integrado no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (1962, p.7)

O recenseamento geral de 1960 seguiu as diretrizes básicas recomendadas por organismos internacionais, visando assegurar uniformidade de conceitos e comparação dos resultados. Foram levantados os censos demográficos, agrícola, industrial, comercial e de serviços, bem como informações relativas a construção civil, produção e distribuição de energia elétrica, comércio e administração de imóveis (IBGE, 1962, p.3)

O território brasileiro foi dividido em setores de área rural urbana e suburbanas. Na investigação das características das pessoas, o censo coletou informações sobre a família, religião, cor naturalidade, migrações, estado conjugal, taxa de fecundidade e características econômicas. Na investigação sobre os domicílios, preocupou-se com o número de moradores, situação, tipo de construção, condições de ocupação, aluguel mensal, forma de abastecimento de água, instalações sanitárias, combustível utilizado no fogão, número de cômodos, existência de energia elétrica, rádio, geladeira e televisão. Não foi obtido o levantamento total da população aborígine.

A situação do domicílio diz respeito à sua localização conforme a definição por lei municipal em urbano, suburbano e rural. Na classificação urbano e suburbano estão as áreas correspondentes cidades e vilas. O quadro rural abrange a área fora das cidades e vilas. A população urbana é composta pelo somatório do contingente na classificação urbana e suburbana. (IBGE, 1962a, p. 12)

Pesquisou-se ainda à frequência à escola, desconsiderando as pessoas que tivessem feito matrícula, mas não frequentado as aulas, bem como aqueles que realizaram cursos rápidos de especialização profissional (costura, dança, línguas estrangeiras e datilografia) (IBGE, 1962a, p.14)

A população total⁷ do Brasil era de 70.191.370 pessoas, sendo que no meio urbano existiam 15.189.711 homens e 16.343.970 mulheres, ao passo que no meio rural existiam 19.869.835 homens e 18.787.854 mulheres. (IBGE, 1960, p 4) Portanto, 55% da população viviam no campo. A população expandiu-se rapidamente, com um crescimento de 3,0% ao ano. A taxa de fecundidade era de 6,28. Este fenômeno ficou conhecido como baby boom, o qual refletiu em uma estrutura etária jovem. A população idosa (maior de 60 anos) representava apenas 4,8% da população total.

O sistema de saúde público era segmentado e sua atuação enfatizava a recuperação da saúde e não medidas profiláticas. As ações do governo federal sobre saúde dividiam-se em dois ministérios. O Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) prestava assistência médico-hospitalar aos trabalhadores vinculados ao mercado formal de trabalho, seus recursos eram provenientes do sistema de seguridade social para o qual contribuía empregados e empregadores. O Ministério da Saúde (MS) em colaboração com as Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e as Secretarias Municipais de Saúde (SMS) assistiam a população pobre em geral, sem vinculação a qualquer sistema previdenciário. A expectativa de vida era de 55 anos e a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) era de 112 óbitos para cada mil crianças nascidas vivas. A diarreia era a principal causa de mortalidade na infância, sendo que 29,6% dos óbitos em menores de cinco anos (IPEA, 2010, p.72-101).

Em relação à política educacional, havia uma preocupação em ampliar o acesso à educação. Neste sentido, em 1961 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que tornou obrigatória e gratuita a educação. Nos anos 60 das 58.997.981 pessoas maiores de 5 anos de idade 31.362.783 sabiam ler e escrever, sendo que 27.578.971 não sabiam nem ler nem escrever. (IBGE, 1960, p.16). O censo populacional estimou que cerca de 40% da população de 15 anos ou mais ainda era analfabeta. Evidenciou ainda que o incremento na dimensão do alunado cujo crescimento foi de 168%.

Sob o aspecto trabalho, a legislação trabalhista resguardava principalmente a proteção do trabalhador urbano, enquanto o trabalhador rural possuía uma legislação específica. Muito

⁷ População total consiste na coleta de informações sobre as pessoas presentes (moradores ou não no domicílio) e sobre os moradores ausentes dos seus domicílios na data do Censo.

embora, o Estado investisse no ensino técnico, descuidava da reinserção dos desempregados no mercado de trabalho. As ações governamentais nesta área, em geral diziam respeito a questão salarial e a mediação de conflitos entre trabalhadores e empregadores.

Foram coletados ainda dados relativos à ocupação das pessoas com mais de 10 anos 10 anos de idade. Do total de 48.828.654 pessoas, 10.895.769 eram empregados, 435.484 eram empregadores, 7.141.569 eram autônomos, 835.838 eram parceiros, 3.406.074 não eram remunerados e 44.694 não declararam. Os dados demonstram ainda que 11.825.940 destas pessoas atuavam na agricultura, pecuária e silvicultura, 582.359 em atividades extrativistas, 2.809.317 em atividades industriais, 1.486.797 no comércio de mercadorias, 2.745.958 na prestação de serviços, 1.056.227 no transporte, comunicações e armazenagem, 688.675 em atividades sociais, 712.904 na administração pública, 841.851 em outras atividades e 26.078.626 eram inativas (IBGE, 1962, p. 54). O quadro a seguir demonstra a data, fundamento legal e valor do reajuste do salário mínimo conferido pelo governo.

TABELA 3 – REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO

01/01/59	D 45.106-A/58	Cr\$6.000,00
18/10/60	D 49.119-A/60	Cr\$9.600,00
16/10/61	D 51.336/61	Cr\$13.440,00
01/01/63	D 51.631/62	Cr\$21.000,00
24/02/64	D 53.578/64	Cr\$42.000,00

Fonte: <http://www.portalbrasil.net/indices.htm>

Em Pernambuco, os trabalhadores rurais foram beneficiados por uma medida simples, mas revolucionária do governador Miguel Arraes: imposição aos latifundiários de obediência à legislação em vigor. Em 1962 os camponeses passaram a ter direito ao salário mínimo e ao 13º salário. Além desta imposição, Arraes cuidou para que a máquina estatal deixasse de ser utilizada pelos latifundiários, de maneira arbitrária, como forma de reprimir e prender grevistas ou manifestantes. (FERREIRA, 2011, p.317)

Quanto à estrutura fundiária predominava o latifúndio concentrado e pouco produtivo. O índice de Gini⁸ dos estabelecimentos agropecuários era de 0,842 em 1960 ao passo que o mesmo índice mensurando o nível nacional era de 0,535.

Naquele ano, enquanto os estabelecimentos com menos de 10 hectares representavam 44,8% do número de estabelecimentos agropecuários registrados, mas apenas 2,2% de sua área total; os estabelecimentos com extensão superior a mil hectares correspondiam a apenas 1% do número de imóveis e abrangiam 44,1% da área rural total. (IPEA, 2010, p.84)

Em 1960, os latifúndios – propriedades com mais de mil hectares e com grande variação de região para região – somavam apenas 0,9% das propriedades, que representavam 47,3% do total das terras, cultivando apenas dois terços desta área, contribuindo com somente 11,5% da produção e ocupando 7% da mão de obra rural ativa. Dessa maneira, o latifúndio não contribuía na oferta de alimentos em quantidade suficiente para baixar o preço dos alimentos básicos, não ofertava matérias-primas na quantidade e na qualidade necessárias pela agroindústria, não contribuía na criação de mercado consumidor e também não liberava mão de obra.

Portanto, o latifúndio seria incapaz de desenvolver-se tecnicamente e de contribuir com a produção. Este processo de concentração também impedia que grande parte dos trabalhadores rurais tivesse acesso à terra, ficando impedidos de participar do processo social de progresso técnico e marginalizados do mercado – quem pouco produz pouco consome. Dessa forma, estes trabalhadores não geravam renda e não se incorporavam ao mercado interno. (IPEA, 2010, p.54)

Diante de tamanha desigualdade na distribuição da renda familiar, o abismo entre as classes brasileiras aumentava quanto maior era o custo de vida conforme os dados do IBGE sobre o custo de vida e o preço dos produtos.

TABELA 3 – CUSTO DE VIDA

Índice de custo de vida						
	1959	1960	1961	1962	1963	1964
JAN	14,1	3,4	2,1	4,8	10,7	6,9

⁸ O índice Gini da renda mede o grau de concentração da renda domiciliar per capita de determinada população em determinado espaço geográfico. Ele varia de 0 a 1. O zero corresponde a perfeita igualdade de renda, distribuída na mesma proporção entre os domicílios. O valor 1 representa a maior desigualdade, ou seja o aumento da concentração de renda. É utilizado para realizar análise socioeconômica da população e identificar os segmentos prioritários nas políticas públicas. Ele subsidia planejamento, gestão e avaliação das políticas de distribuição de renda.

FEV	9,9	1,3	2,5	5	9,1	7,9
MAR	1,5	1,6	4,4	5,9	4,6	5,3
ABR	5,2	1,8	4,8	2,2	3,1	2,9
MAI	0,9	2,6	2,4	5,9	5,1	2,8
JUN	2,2	1,8	2,9	1,8	5,6	5,9
JUL	1,1	2,4	0,7	3,6	5,4	5,2
AGO	3,3	2,3	2,6	2,7	3,2	3,2
SET	1,7	2,2	3,1	2,1	3,1	3,3
OUT	1,6	3,3	6,1	7,1	8,4	4,2
NOV	3,1	3,7	2,1	4,9	4,3	4,7
DEZ	2,8	2,5	2	3,8	3,8	4

TABELA 4 – IPC – SÉRIE HISTÓRICA

	IPC - Série Histórica				
	1960	1961	1962	1963	1964
JAN	4,25	3,61	-4,2	6,52	6,52
FEV	2,21	1,55	13,24	4,71	6,24
MAR	2,16	4,83	3,27	3,57	7,51
ABR	1,3	3,16	2,91	3,69	2,57
MAI	1,12	1,53	3,88	4,19	2,36
JUN	2,22	1,97	4,28	5,91	8,58
JUL	1,55	3,41	3,06	6,59	7,35
AGO	1,83	1,1	5,36	4,22	3,15
SET	2,4	4,89	4,13	3,93	3,35
OUT	2,79	3,73	2,91	6,24	5,05
NOV	4,85	4,8	5,13	5,16	6,27
DEZ	1,63	2,19	5,86	5,89	4,74

Na década de 1960 ainda eram incipientes as ações de igualdade de gênero, mas já floresciam diversos movimentos femininos. A questão da igualdade racial não foi tratada em políticas governamentais, o imaginário brasileiro ainda não havia despertado para esta questão. A única norma a respeito até então era a Lei Afonso Arinos (1951) a qual foi elaborada em razão do impacto internacional de atos discriminatórios sofridos por estrangeiros no país.

Por último, mas não menos importante, aborda-se a política eleitoral. Discutia-se a extensão dos direitos de voto aos analfabetos, bem como a elegibilidade de oficiais das forças armadas para cargos públicos. Optou-se por aprofundar a segunda temática. O movimento dos subalternos das forças armadas para fosse possível indicarem candidatos ao Congresso Nacional teve repercussão nacional com o slogan “*sargento também é povo*” e ainda “*não só o fazendeiro mas também o camponês, não só o patrão mas também o operário, não só o general mas também o sargento*”. Diversos oficiais concorreram a cargos eletivos sendo alguns eleitos (FERREIRA, 2011, p.238).

Em 11 de setembro de 1963, o STF considerou os sargentos eleitos no ano anterior inelegíveis, tendo seus mandatos suspensos. A decisão implicou cassação de mandatos. O sargento do Exército Prestes de Pula, convocou seus colegas para uma reunião na qual planejavam um protesto armado que desencadeou uma insurreição armada de âmbito nacional. Os sargentos decidiram se não poderiam ter acesso ao poder pela via eleitoral, o tomariam pelas armas. A Base Aérea e o Grupamento de Fuzileiros Navais (GNF) em Brasília foram tomados, os oficiais que lá surpreendidos fugiram ou foram presos. Também foram obstruídas rodovias estratégicas e o aeroporto civil.

Ao tomarem os armamentos, os rebelados impuseram aos demais sargentos, cabos e soldados a “Lei de Dantas” que lhes conferia duas possibilidades: aderir ou ser fuzilado. O Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal também foram invadidos, sendo presos o presidente da casa legislativa e o ministro Victor Nunes Leal, ambos confinados na base aérea. Os insurgentes via estação de rádio comunicaram que haviam tomado a capital como reação a decisão do STF, a qual atentava contra os preceitos democráticos. (FERREIRA, 2011, p.361)

Quando, por fim, o governo conseguiu coibir a manifestação, vários foram os setores sociais que manifestaram-se em apoio e defesa dos sargentos detidos. Francisco Julião disse que “*os rígidos preceitos militares estão sendo quebrados, desmoralizados pelos soldados, que, sentindo-se povo, já não aceitam a condição histórica de instrumentos do antipovo*”. (apud FERREIRA, 2011, p.363).

Todavia, para as forças armadas o episódio foi intolerável, sendo imprescindível a penalização sob pena de banalizar os preceitos a hierarquia, desonrar as forças armadas. A falta de punição por parte do governo reforçou os argumentos conspiratórios no meio militar.

Diante da prática discriminatória que alijava da participação política os analfabetos e militares de baixa patente, o Estado e os particulares puderam optar entre duas posturas: neutralidade ou ativismo. A primeira, sob a roupagem da isenção, permitia a subjugação dos grupos sociais minoritários pelos majoritários, ao passo que a segunda, agia para combater desigualdades, eliminar as violações aos direitos humanos e romper com o legado de exclusão. Muito embora nos Estados Unidos estivesse emergindo a discussão acerca das ações afirmativas⁹ estatais, esta questão ainda não havia sido importada para o imaginário nacional.

As diversas perspectivas de igualdades e desigualdades no Brasil na primeira metade dos anos 60 demonstram que de fato as reivindicações de inclusão e liberalização ameaçaram o regime democrático. As normas legais, os procedimentos jurídicos e as diversas concepções de direito integram a vida social e são apropriados pelos sujeitos históricos com diversas significações e valorações. A forma de apreensão das normas a partir dos valores de cada sujeito baliza sua ação definindo os direitos pelos quais vale a pena lutar – ou que são necessários repudiar.

Pertinente a apropriação da teoria de Gustin sobre necessidades humanas. O homem estabelece relações em diversas esferas. No âmbito local, com grupos mais próximos (família, amigos), nas fronteiras nacionais e fronteiras cosmopolitas. A pluralidade de relações reflete

⁹ As ações afirmativas são medidas especiais destinadas a acelerar a igualdade de fato entre segmentos discriminados; por isso, devem ser associadas ao conceito de isonomia material. Elas têm a pretensão de modificar padrões socioculturais de condutas, eliminar preconceitos e práticas consuetudinárias baseadas na ideia de inferioridade ou superioridade em razão de estereótipos.

nas necessidades humanas e conseqüentemente, na individualidade que se torna local ou global a depender da referência de inserção nas estruturas sociais.

As necessidades dos sujeitos históricos vão muito além das necessidades humanas básicas de sobrevivência generalizáveis a todo o gênero. O homem necessita recriar sua própria autonomia (principal necessidade) para realizar-se em sua plenitude.

Ainda, segundo Gustin, a autonomia perfeita não é aquela obtida pelo isolamento e autossuficiência, e sim a promovida pela inclusão de um ser emancipado. A autonomia é um valor substantivo que se expande e aprofunda através das múltiplas formas de participação nas esferas pública e privadas de tomada de decisão. Portanto, autonomia confere aos indivíduos capacidade discutir os critérios de justiça e a justeza, questionando a legitimidade da ordem jurídica.

As reivindicações em sua essência questionavam o paradigma liberal sob o qual fora elaborada a Constituição de 1946. O Brasil passava por uma revisão do conceito de democracia, os dispositivos constitucionais não podem servir para manutenção de privilégios, e interesses de algumas classes. Discutia-se o papel do Estado, os limites do intervencionismo, da autodeterminação, da justiça distributiva, da liberdade e igualdade. O antigo modelo liberal não mais atendia aos anseios da sociedade como um todo.

As políticas de aumento salarial por parte do governo tão pouco foram suficientes para acalmar os ânimos. A implementação dos direitos sociais estavam em pauta, discutida a partir de mudanças estruturais, as “reformas de base”. Sob essa denominação estava reunido um conjunto de iniciativas: as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. O carro-chefe das reformas de base era, sem dúvida, a reforma agrária que visava eliminar os conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade de milhões de trabalhadores rurais.

Defendiam-se medidas nacionalistas prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior.

Percebe-se que estava em discussão muito mais que a efetivação de direitos sociais, lutava-se por reconhecimento nos moldes da teoria de Axel Honneth. Os militares de patentes subalternas queriam ser reconhecidos enquanto segmento social elegível, também era necessário reconhecer que o analfabeto era um cidadão que deveria participar da vida pública.

A base da teoria da teoria crítica de Honneth consiste na ideia que a autorrealização do homem depende da existência de relações éticas bem estabelecidas. Portanto, há uma força moral que impulsiona as diversas “lutas por reconhecimento”.

Os conflitos estudados por Honneth¹⁰ são aqueles que se originam de uma experiência de desrespeito social, do ataque à identidade seja pessoal ou coletiva, capaz de suscitar uma ação que busque restaurar relações de reconhecimento mútuo. A esfera jurídica é um campo de luta e contestação, em que os sujeitos lutam contra a manipulação e privilégios injustificados. A sociedade brasileira passava por um processo de construção de identidades pessoal e coletivas, portanto, por uma permanente “luta pelo reconhecimento”.

A democracia brasileira foi abalada pela descrença da esquerda, que de tanto verem frustradas as tentativas de mudanças estruturais, radicalizou-se admitindo inclusive que as reformas fossem implementadas às margens da legalidade. O Brasil não conferiu o direito de voto aos analfabetos e tão pouco tornou os militares de baixa patente elegíveis. Os custos da supressão/repressão pareceram baixos para parcela significativa da população que optou por não mais tolerar as reivindicações. Como consequência, a poliarquia brasileira desmoronou, dando lugar a um governo hegemônico fechado.

3.2 Clivagens culturais

¹⁰ Importante tecer singelas considerações acerca da diferença de perspectivas de duas teorias críticas de bases intersubjetivas, cuja pretensão é compreender a base de interação social. A Teoria Habermasiana parte da lógica do acordo, entendimento e cooperação. Axel Honneth ao reformular conceitos trabalhados por Habermas, elaborou uma teoria que parece adequada para compreender o contexto brasileiro dos anos 60. Ele parte da premissa que a sociedade caracterizava-se pelo permanente conflito cuja gramática era a luta pelo reconhecimento. Esta discussão não será aprofundada foi ultrapassa os limites propostos pelo presente trabalho.

Entende-se, nesta dissertação, que todo sistema político está sujeito à polarização entre grupos antagônicos. E, ainda, diante da polarização aguda, regimes competitivos tendem ao colapso. Sobre isto assim se refere Dahl:

Qualquer disputa em que uma grande parcela da população de um país sinta que seu modo de vida ou seus principais valores estão seriamente ameaçados por um outro segmento da população provoca uma crise num sistema competitivo. Seja qual for o resultado, o registro histórico confirma que o sistema, vai, muito provavelmente, se dissolver numa guerra civil, ou será substituído por uma hegemonia, ou ambos. (DAHL, 2012, p.111)

Segundo Dahl, a polarização proposta por Marx, baseada unicamente no antagonismo de classes econômicas com interesses contrapostos (burguesia X proletariado), é reducionista, porquanto a classe econômica é um dos fatores importantes na polarização de pessoas em campos antagônicos, devendo também ser considerados fatores como religião, língua, raça, grupo étnico e região. Afinal, a identidade étnica ou religiosa é incorporada pelo indivíduo bem cedo e de forma profunda. Os opositores são transformados em grupo, ao qual o uso de violência e de selvageria se justificariam.

Muito embora uma política competitiva possa existir em países de considerável pluralismo cultural, esse mesmo pluralismo mitigaria as possibilidades de uma Poliarquia inclusiva, porquanto aumenta a tensão entre tolerância e segurança mútua, exigidas num sistema de contestação pública.

Para Dahl países com elevado pluralismo cultural necessitam de três condições para manterem seus conflitos estáveis, garantindo a permanência do sistema poliárquico, quais sejam: (DAHL, 2012, p.119-121)

1) nenhuma subcultura pode ser indefinidamente privada da oportunidade de participar do governo. Isto exige um desejo de cooperação/conciliação/coalizão principalmente entre os líderes, seja em razão do compromisso com a preservação da nação, seja pelo reconhecimento da incapacidade de formar uma maioria que possa governar, exceto como parte de uma coalizão.

Se o país estiver dividido em uma subcultura majoritária e uma minoritária, os membros da maioria têm menos necessidade de serem conciliadores com a minoria, que por sua vez podem não ter perspectiva de libertarem-se da dominação, daí poucos estímulos de conciliação. Desta forma, a produção de mais de duas subculturas possibilita, a cada uma delas, ser uma minoria. O extremo pluralismo compele os líderes de cada grupo a aprender e praticar a arte da conciliação, formação de coalizões, o que, por sua vez evita que qualquer grupo se aproxime de um monopólio de recursos políticos.

2) conjunto de entendimentos normativos, sejam ou não codificados, proporcionem alto grau de segurança às diversas culturas. Dentre as formas de garantir tal condição está a representação proporcional no parlamento, que permite a cada minoria exercer o direito de veto sobre decisões que afetem suas principais preocupações subculturais. Previsões constitucionais específicas, que imponham limites à autoridade constitucional de que qualquer coalizão parlamentar possa regular assuntos importantes para uma outra subcultura.

3) crença popular de que a poliarquia é efetiva no atendimento das reivindicações. Trata-se a bem da verdade de requisito geral de todos os regimes.

Em relação às clivagens culturais políticas, Dahl analisa a eficácia governamental em regimes competitivos (poliarquia), a partir de dois tipos de arranjos institucionais: a) o relacionamento entre o executivo e as outras forças políticas e b) o sistema partidário.

O primeiro arranjo é importante eis que se atribui ao Executivo a responsabilidade pela coordenação política e o estabelecimento de prioridades. Assim sendo, nos executivos fracos, maiores são as chances de quase poliarquias desmoronarem, dada a incapacidade de conquistar ou manter um nível de compromisso suficiente da população para impedir um golpe de Estado que gera uma ditadura.

Em relação ao relacionamento do Executivo com as forças políticas escolheu-se trabalhar o Movimento de Cultural Popular, por sua capacidade de contextualização do momento cultural no período definido neste trabalho. Quanto ao sistema partidário focou-se no imaginário do pluripartidarismo brasileiro de esquerda.

Os anos 60 foram anos de efervescência cultural e artística. Em nível mundial, a efervescência cultural era notória, surgiram os hippies (pregadores de paz e amor), no campo musical destacaram-se os Beatles e os Rolling Stones. A moda rompeu com a formalidade. Usava-se calça jeans e minissaia, os homens deixaram a barba e o cabelo crescerem. Havia uma revolução de costumes, sem dúvida.

Também foi um período de denúncia das injustiças sociais, em busca de uma sociedade mais equilibrada e justa. Diversas foram as reivindicações no campo político, econômico e educacional.

No Brasil, entre 1961 até 1964, tanto a intelectualidade como o meio artístico voltaram suas atenções para a consciência popular, valorizando a cultura nacional, a música popular, o teatro e a literatura. Desenvolveu-se ainda a Bossa Nova, o cinema novo, o teatro de arena. Havia o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, inúmeras vezes perseguido pelo Governo Lacerda, na Guanabara. À frente do CPC, Vianna e Boal que criam nova forma de apresentação teatral, mais democrática e inclusiva. Toda esta ebulição cultural repercutiu no campo educacional.

Ainda no governo Jânio Quadros, incrementou-se a educação técnica e profissionalizante, visando atender a demanda decorrente do desenvolvimento cultural e tecnológico do país. Em razão do crescimento industrial e o desenvolvimento comercial, havia muitas ofertas de postos no mercado de trabalho. Mesmo assim, com os investimentos do governo, o sistema educacional estava defasado, sendo imprescindível desenvolver ações educacionais mais incisivas.

Embora tivesse sido aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que obrigava os estados a assumirem o sistema público de educação, e a transferir 9% da receita federal para os ensinos básico, médio e superior; não obstante a campanha de alfabetização de massa com o método Paulo Freire, o movimento estudantil nacional formulou um rol de reivindicações, tais como: (a) reforma universitária, (b) limitações do capital estrangeiro, (c) política externa independente, (d) combate ao imperialismo, e (e) participação dos trabalhadores nas decisões do Poder Público (FERREIRA, 2011, p.280).

Inserido no turbilhão político e cultural, estruturou-se o Movimento de Cultura Popular (MCP). Ressalta-se, contudo, que a alfabetização de adultos na década de 60 também foi priorizada pelo Movimento de Educação de Base (MEB), de iniciativa da Igreja Católica, atuando prioritariamente em Minas Gerais, Norte, Nordeste e Centro Oeste; pelo Centro Popular de Cultura (CPC), fundado pela União Nacional de Estudantes (UNE), pela Campanha de Educação Popular (CEPLAR) que teve origem na Paraíba e aplicava em larga escala o método Paulo Freire, e pelo Movimento “De pé no chão também se aprende a ler”.

O Movimento de Cultura Popular foi criado em 13 de maio de 1960, por iniciativa de Miguel Arraes, à época prefeito de Recife, o qual reuniu um grupo de intelectuais “progressistas”, comunistas e católicos, propondo uma ação estratégica nas áreas de educação e de cultura. Indagado sobre as diretrizes que nortearam o MPC Arraes respondeu:

Existia um convênio da Prefeitura Municipal com o governo do Estado, tratando de problemas escolares. Mas a carência de recursos era muito grande. Criamos, então, um departamento autônomo, uma entidade paralela à Prefeitura, para resolver o problema educacional. Nesse momento nascia o Movimento de Cultura Popular, o MCP, como até hoje é conhecido. A situação era a seguinte: se fosse mantida a estrutura burocrática em vigor para essa questão, era impossível encontrar soluções, devido à insuficiência de meios. Então, era importante movimentar a máquina burocrática municipal, mas também mobilizar a população interessada em melhorar a educação, o que se verificou com a participação direta de variados setores da comunidade, até mesmo na execução de obras. Houve dificuldades financeiras. Verbas destinadas ao pagamento de professores, por exemplo, foram obtidas, mediante contribuições dadas ao MCP por empresas comerciais e industriais, além de pessoas das mais variadas origens, dispostas a colaborar para manter as escolas que iam sendo criadas e colocadas em funcionamento. Ao mesmo tempo, entidades religiosas e associações esportivas populares e outras cediam as suas sedes, que eram usadas durante o dia para o ensino às crianças do Recife, cujas famílias, na sua esmagadora maioria, não tinham condições materiais de mantê-las em estabelecimentos escolares pagos.

Era uma inovação, mas não considero que fosse algo de extraordinário. Efetivamente, determinou uma mudança de conceituação política, da própria linha política, que se originou dessa experiência concreta, e não de elucubrações. Ressalto, dessa maneira, dois aspectos: em primeiro lugar, transcendeu os limites da burocracia, em segundo lugar, era preciso não ficarmos restritos a um só partido, a uma força, a um setor da população, mas integrar todas as pessoas, quaisquer que fossem as suas tendências, espíritas, protestantes, maçons, umbandistas, desde que tivessem por denominador comum os problemas reais e concretos da população. (depoimento de Miguel Arraes disponível no [sítio eletrônico](http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br/df/files/depmiarraes.pdf) <http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br/df/files/depmiarraes.pdf>)

O MCP tinha natureza jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede no Sítio da Trindade, na Estrada do Arraial do Bom Jesus, bairro recifense de Casa Amarela. O depoimento de Arraes esclarece que grande parte dos recursos financeiros do MPC advinham de convênios firmados com a prefeitura de Recife e Governo do Estado de Pernambuco.

O movimento foi apoiado pela intelectualidade pernambucana, estudantes universitários, artistas, União Nacional dos Estudantes (UNE), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Socialista Brasileiro (ao qual Arraes era filiado), dentre outros.

Com forte influência do movimento francês *Peuple et Culture*, o MCP propunha-se a conscientizar as classes excluídas, por meio da alfabetização e educação, a partir de uma pluralidade de perspectivas, elevando o nível cultural dos instruídos, instigando-os a debater questões sociais e políticas, despertando-os para a luta social e uma efetiva participação na vida política do país.

Segundo o professor Germano Coelho, idealizador do movimento, e posteriormente prefeito da cidade de Olinda:

O Movimento de Cultura Popular nasceu da miséria do povo do Recife. De suas paisagens mutiladas. De seus mangues cobertos de mocambos. Da lama dos morros e alagados, onde crescem o analfabetismo, o desemprego, a doença e a fome. Suas raízes mergulham nas feridas da cidade degradada. Fincam-se nas terras áridas. Refletem o seu drama como “síntese dramatizada da estrutura social inteira”. Drama também de outras áreas subdesenvolvidas. Do Recife com 80.000 crianças de 7 a 14 anos de idade sem escola. Do Brasil, com 6 milhões. Do Recife, com milhares e milhares de adultos analfabetos. Do Brasil, com milhões. Do mundo em que vivemos, em pleno século XX, com mais de um bilhão de homens e mulheres e crianças incapazes sequer de ler, escrever e contar. O Movimento de Cultura Popular representa, assim, uma resposta. A resposta do prefeito Miguel Arraes, dos vereadores, dos intelectuais, dos estudantes e do povo do Recife ao desafio da miséria. Resposta que se dinamiza sob a forma de um Movimento que inicia, no Nordeste, uma experiência nova de Universidade Popular. (COELHO apud SILVA, 2009, p.2)

O movimento valia-se de uma metodologia lúdica, que enfatizava a cultura popular por meio de apresentação de espetáculos em praça pública, organização de grupos artísticos, realização de oficinas, cursos de artes, edição de livros e cartilhas.

Sua estrutura foi composta por três departamentos: Formação da Cultura; Documentação e Informação e Difusão da Cultura. Este último obteve um crescimento maior, pois foi integrado por dez divisões: Pesquisa, Ensino; Artes Plásticas e Artesanato; Música, Dança e Canto; Cinema; Rádio, Televisão e Imprensa; Teatro; Saúde; Cultura Brasileira; Bem-estar coletivo; Esportes.

Paulo Freire atuava no departamento de “Formação da Cultura” cujas propostas principais eram 1- interpretar, desenvolver e sistematizar a cultura popular; 2 - criar e difundir novos métodos e técnicas de educação popular; 3 – formar pessoal habilitado a transmitir a cultura ao povo.

O carro chefe do projeto de formação era a alfabetização de adultos. Para cumprir esta proposta, em setembro de 1962 foram criadas escolas em rádios. No mesmo ano, professores organizaram uma cartilha orientando a alfabetização de adultos. As aulas presenciais ocorriam no período noturno, no espaço das escolas diurnas de crianças e adolescentes.

O grande projeto era a alfabetização de adultos. A metodologia elaborada por Paulo Freire considerou a alfabetização a partir de centros de interesse do imaginário rural pernambucano, perpassando a questão da politização, sobrevivência, habitação, Estado, religião, o sertão, problemas da cidade e do campo, reforma agrária, pesca, festas populares, organização política, dentre outros. Os subsídios para a elaboração do “Livro de leitura para adultos do MCP” foram colhidos em pesquisas de campo material da UNESCO, para ter aceitação internacional e material enviado por Cuba.

Para Anísio Teixeira o “Livro de Leitura para Adultos”, editado pelo Movimento de Cultura Popular do Recife era:

[Um livro que] efetivamente ensina a ler como se iniciasse o analfabeto nordestino na sua própria vida. As palavras, as sentenças, as frases são as que fatalmente ocorreriam ao próprio analfabeto, se fosse ele próprio que escrevesse sua cartilha. O assunto é apaixonante. Até hoje, as cartilhas usadas eram imperfeitas, para não dizer infantis. “Vovó viu a uva” etc. Tentavam transplantar os métodos empregados na alfabetização das crianças para a educação de adultos. A criança aprende a falar antes da chegada do pedagogo. Graças a isto escapa às regrinhas, às dúvidas e às imaginárias

dificuldades descobertas pelo mestre-escola. Aprende a falar sem saber como. Quando vai, então, aprender a escrever começam as dificuldades.

A cartilha é feita como se fosse um livro técnico, um livro lógico, um livro científico. Os “fonemas” são ordenados segundo o que parece aos adultos ser a sua ordem de facilidade. As palavras usadas são rigorosamente ordenadas segundo critérios semelhantes, compreendidos por certo pelos adultos adestrados, mas que estão distantes da lógica do analfabeto como os princípios da metafísica. Tudo isto obriga palavras, sentenças e frases pedantes e irreais, que para o analfabeto devem soar como aprendizagem de uma língua estrangeira.

Se o que foi dito antes pode correr com as crianças, cuja habilidade infinita faz com que elas tudo aceitem e, quando muito, tenham certa pena dos adultos, o mesmo não acontece com a alfabetização dos adultos. Estes, muito mais limitados em sua fatigada capacidade de aprender, precisam ser tratados com muito mais realismo. Aprender a ler deve ser uma simples transposição de sua linguagem oral para a linguagem escrita. É isto que realiza o “Livro de Leitura do Movimento de Cultura Popular”, de Recife, de autoria das professoras Josina Maria Lopes de Godói e Norma Porto Carreiro Coelho.

Além disso, as autoras conseguiram dar-lhe um sentido cívico que raia pelo lirismo. As privações, as esperanças e os direitos do brasileiro tecem e entretecem aquelas frases lineares e singelas e fazem do aprender a ler uma introdução à liberdade e ao orgulho de viver. Por tudo isso é que considero essa cartilha para adultos a melhor que até hoje foi conhecida no Brasil. Os que a consideram subversiva devem considerar subversivas a vida a vida e a verdade e ordeiras, a tolice e a mentira. (Depoimento disponível no sítio eletrônico

<http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br/df/files/anisio.pdf>)

Paulo Freire compreendeu a alfabetização política e assim produziu o livro. Associou a figura à palavra, trabalhando no começo com grupos pequenos de 5 pessoas, e posteriormente, foi convocado para ir para o Serviço de Extensão Cultural recém criado em Pernambuco, e então sistematiza o método. Há uma expansão e aplicação do método no Brasil inteiro.

O movimento de cultura popular não propunha um rompimento com a cultura internacional, mas sim uma revalorização da cultura nacional, buscando suas raízes no meio do povo. A arte no MCP apresenta-se como uma arte engajada, crítica, política, com uma característica específica. O projeto editorial de imprensa difundia elementos de cultura popular junto às mais amplas camadas, ofertando ainda postos de trabalho literário ou científico e facilitando a publicação de artigos. A vertente teatral forneceu cursos de teatros nos quais se estimulava a expressão da problemática popular, para que as próprias massas assumissem seu papel histórico social.

O projeto de artes plásticas e artesanato incentivava a produção artesanal tradicional pelas famílias de baixa renda, assistia os artesãos em suas necessidades por meio dos centros de produção artesanal, estimulava a criatividade popular e a diversificação das linhas de produção, para tanto promovia diversos cursos e organizava exposições. No campo da dança, da música e do canto, o MCP usou a música para promover a politização do povo, visando ainda reviver, preservar e difundir o folclore. À beirada do rio Capibaribe ficava um museu vivo, em que as pessoas produziam o artesanato e o folclore.

Ao final de 1962, o movimento já atuava em 201 escolas, com 626 turmas, diurnas, vespertinas e noturnas, 19.646 alunos, crianças, adolescentes e adultos recebendo educação primária, supletiva e de base, além da rede de escolas radiofônicas. (Jornal do Commercio, 02.09.1962, apud SILVA, 2009, p.3)

O MCP serviu de modelo e exemplo para muitos outros movimentos de cultura e educação popular. Em razão de sua dimensão nacional, em 1962 e 1963 a política de direita classificou o movimento como subversivo e concentrou seus esforços para desarticular o MCP. Porém o movimento não foi afetado, pois contou com o apoio do então Ministro da Educação, Darci Ribeiro que considerava o *“um exemplo a ser levado a todo o País”*, bem como do diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Anísio Teixeira.

O último balanço das atividades realizadas pelo MCP, datado de 1964, publicado em *“Arte em Revista, ano 2, n.3”* consignou a realização do movimento 414 escolas, dentre as quais 14 grupos escolares que atingiram 30.405 alunos, dos quais 27.703 crianças e 2.702 adolescentes, sem contar o número de adultos. Nos dias do golpe militar a sede do movimento foi ocupada, sendo o material, documentação, obras de arte eliminados. Uma perda irre recuperável para a memória histórico-cultural do país.

O desenvolvimento do Movimento de Cultura Popular somente foi possível em razão do engajamento de Miguel Arraes, prefeito de Recife, que atuou ativamente em prol da emancipação. Ficou claro que representantes políticos com ideário nacional reformista passaram a ocupar cargos de direção no Brasil, e com isto, comprometeram-se a lutar pela justiça social no país. Para esses dirigentes, a cultura popular nacional seria o instrumento de

desalienação da população, que conscientizada iniciaria um movimento de reabsorção do Estado político pela sociedade civil.

O MCP foi um movimento de vanguarda voltado à emancipação popular. Ele confrontou o modelo de educação e cultura elitizada com o modelo de educação e cultura popular e propôs a emancipação do povo pela cultura e educação. Democratizou o acesso à arte e ao ensino, abrindo espaço para que as camadas populares pudessem usufruir dos mesmos. As camadas populares organizadas, e conscientes politicamente, passavam a ter força para suas reivindicações, e isso incomodava às elites conservadoras, pois abalava o processo de controle social.

Em relação ao segundo arranjo da clivagem política, qual seja o sistema partidário, optou-se por analisar a o pluripartidarismo brasileiro e suas propostas. Segundo Dahl, os custos da tolerância são menores onde os sistemas partidários parecem contribuir mais para a integração e ação do que para fragmentação e paralisia. O excesso de fragmentação no sistema leva à formação de coalizões fracas, o que estimula a perda de confiança na democracia representativa e na disposição para tolerar conflitos políticos. Várias poliarquias resolvem o problema da fragmentação com a adoção de um sistema bipartidário de algum tipo, não foi este o caso brasileiro.

O pluripartidarismo era uma realidade brasileira desde 1946, sendo vedada a existência de qualquer organização ou partido que contrariasse o regime democrático.

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) passou a existir juridicamente com a Resolução n. 2.130 de 6 de agosto de 1947, emanada pelo Tribunal Superior Eleitoral, que autorizou a mudança estatutária da nomenclatura “Esquerda Democrática”, esta originariamente relacionada à UDN.

A autorização do registro de seu estatuto foi precedida de grande discussão acerca da legalidade e constitucionalidade do partido nos moldes como estava sendo proposto, havendo remissão inclusive aos preceitos postulados pelo antigo partido comunista. O estatuto do PSB fazia remissão a questões controvertidas como a socialização dos meios de produção e desapropriação sem indenização. (GUSTIN, 1995, p.47)

Insta salientar que o registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi cassado, ainda no governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), justamente em razão dos compromissos partidários de socialização dos bens de produção. Seus objetivos essenciais, por serem considerados inconstitucionais, inviabilizaram todas as tentativas de legalização posterior.

Retomando as considerações acerca do PSB, Gustin e Vieira o denominam partido semente de ideias de nacionalização da economia, monopólio do petróleo, organização sindical, administração municipal, questão agrária, instrução pública. Muito embora integrante da esquerda, era ferrenho adversário do trabalhismo-getulista e o comunismo prestista (GUSTIN, 1995, p.26).

O PSB pretendia romper com o regime patriarcal, a troca de favores e o voto clientelista. Para tanto atuavam no combate pessoal a determinadas figuras políticas. O partido socialista ao criticar a política personalista de Prestes e Getúlio, utilizava-se da teoria do encaudilhamento da política nacional. Pretendia associar os líderes comunista e trabalhista (Prestes e Getúlio) a lideranças políticas carismáticas antidemocráticas, que incorporavam artificialmente as massas trabalhadoras (militares e fazendeiros) (GUSTIN, 1995, p.50). Esta foi, contudo, a posição da primeira fase do partido, período mais radical de sua luta política.

O PSB tinha capacidade de agregação de interesses diversificados, abrigava uma pluralidade de grupos ideológicos, era excessivamente sincrético. Não lutava pelos interesses de uma classe, era pluriclassista, destinava-se a lutar pelos interesses de todos aqueles que vivem do próprio trabalho, operários do campo, cidades, empregados em geral, funcionários públicos, profissionais liberais, pequenos produtores, pequenos comerciantes (GUSTIN, 1995, p.40).

Segundo Gustin quando os partidos têm uma unidade excessiva, possivelmente se configurariam como partidos autoritários, com militantes profissionais, onde nada se discutiria. (GUSTIN, 1995, p.27). Este não era o caso do PSB.

Praticavam uma militância política apaixonada, pouco comprometida com a maximização do apoio popular e ampliação da sustentação partidária. Disputavam a mesma

arena política de esquerda do PCB, PTB, PTN, PST e PS, tendo uma pequena expressão eleitoral em seus primeiros momentos.

Para angariar apoio das classes trabalhadoras o PSB propunha uma política operária diferenciada, representada pela organização sindical livre de compromisso partidário. Acreditava que a política ministerialista neutralizava as lutas operárias através de concessões parciais e do paternalismo governamental, criando uma ampla camada de burocratas sindicais alimentados pelo imposto sindical. (GUSTIN, 1995, p.58-59)

Em razão da dificuldade de penetração dos partidos no interior brasileiro, na política interiorana os partidos conservadores, por estarem ligados às lideranças locais (PSD e UDN) exerciam maior influência (GUSTIN, 1995, p.57)

Muito embora o objetivo maior do partido fosse a implantação do socialismo, dentro do PSB havia duas correntes de pensamentos que divergia acerca da metodologia. A reformista que batalhava por melhores condições de vida dentro do capitalismo, ao passo que a radical concluía ser impossível transformar o capitalismo por meio de reformas parciais, sendo imprescindível a adoção do socialismo (GUSTIN, 1995, p.33).

Predominava a primeira posição, com uma visão gradualista segundo a qual seria necessário primeiro fortalecer o regime democrático e melhorar a condição de vida das massas. Desta forma, lutava-se também por melhores salários, direito de greve, redução do custo de vida, combate à desnutrição, acesso à saúde, liberdade de culto, autonomia municipal, revisão das concessões de serviços públicos, desapropriação, socialização progressiva de serviços públicos. A luta por objetivos mais imediatos robusteceu a aliança com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nos anos 60.

Segundo Lucilia, o PTB, no Rio Grande do Sul, foi fundado por ativistas sindicais, presidentes de sindicatos, institucionalizando partidariamente o trabalhismo. José Vecchio organizou o PTB em Porto Alegre. Logo no início, Leonel Brizola tornou-se integrante, ficando responsável por organizar a ala estudantil da agremiação. O partido iria defender a obra social de Getúlio Vargas.

Desde a sua fundação o PTB teve caráter de partido de esquerda, ocupando parte da faixa de atuação do Partido Socialista Brasileiro. Pregavam um capitalismo solidarista, no qual o interesse coletivo sobrepunha-se ao interesse individual. Vargas era o líder do trabalhismo. A criação do PTB no Rio Grande do Sul deu-se a partir de três vertentes: sindicalista, doutrinário pasqualinista e pragmático getulista.

O pensamento político do trabalhismo foi marcado por três textos, quais sejam a carta testamento de Vargas, a carta de demissão de Goulart e a nota oficial elaborada pela Comissão Executiva Nacional do PTB solidarizando-se com Jango e defendendo as reformas.

O PTB pregava um governo interventor, planejador da economia, defensor das reformas sociais, dos interesses nacionais diante das ambições econômicas externas, sobretudo norte-americanas (FERREIRA, 2011, p.144).

A posição de poder do PTB relacionava-se a diversas condições. Uma delas era o fato de que a Constituição de 1946 previa que o vice- presidente da república assumiria, também, a presidência do Senado Federal, atividade que incluía negociações políticas entre o Executivo e o Legislativo. Assim, a presidência do PTB (Goulart) e a presidência do Senado confundiam-se.

A meta do PTB de garantir e ampliar a legislação social foi ampliada pelo objetivo de liberdade econômica. O partido aproximou-se dos movimentos sindical, popular, estudantil, estratos subalternos das Forças Armadas.

Os sindicatos aumentaram seu poder e sua influência na máquina do Estado com a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei Orgânica da Previdência Social. Originária do Congresso da Previdência Social, quando Goulart era ministro do Trabalho, e com a aprovação da legislação em 1960, os Institutos de Previdência teriam administração tripartite, com representantes do Estado, dos empresários e dos trabalhadores. Os sindicatos passaram a controlar importantes institutos, aumentaram seu raio de ação, usando a máquina administrativa como apoio para mobilizar os trabalhadores. Politizada, a Previdência surgiu como uma plataforma para outras demandas sociais: postos de higiene e segurança do trabalho, restaurantes do SAPS, cursos técnicos, entre outras, permitindo que sindicalistas petebistas e comunistas ampliassem a rede clientelista e distributivista e acumulassem novas forças para avançar na luta pelas reformas.

(...)

Além do movimento sindical, outro grupo que se aproximou dos trabalhistas foram os subalternos das Forças Armadas. Os sargentos das três Forças havia muito sofriam com a precariedade funcional. Sem estabilidade, poderiam ser dispensados apenas com o parecer de um oficial. Mas grave ainda era a chamada Lei dos Nove Anos. Após o período, não mais permaneceriam nas instituições. (FERREIRA, 2011, p.190)

Muitos parlamentares do PTB passaram a defender a legalização do PCB. A estabilidade funcional foi alcançada ainda no governo Juscelino.

É possível perceber que o sistema pluripartidarista brasileiro permitia a formação de partidos políticos comprometidos com ideários distintos e até mesmo antagônicos. E de fato, a fragmentação partidária, em correntes de esquerda enfraqueceu a atuação de alguns partidos, a exemplo do PSB. Lado outro, o PTB também de esquerda conseguiu ocupar diversos cargos nos três poderes, inclusive a presidência da república.

CAPÍTULO 4 – IMAGINÁRIO DOS ATIVISTAS POLÍTICOS, NACIONALISMO E CONTROLE ESTRANGEIRO

Optou-se por analisar neste capítulo as variáveis “crenças dos ativistas políticos” e “controle estrangeiro”, por entender que ambas correlacionam-se de forma profunda.

4.1 As crenças dos ativistas políticos conforme a teoria de Dahl

Na teoria formulada por Dahl, a crença das pessoas de determinada época desempenha um papel importante para sustentar o regime político do país. Ele utiliza o vocábulo crença em sentido amplo, compreendendo o conhecimento científico (crenças bem fundadas) e o conhecimento vulgar. Esclarece ainda que em matéria política o “conhecimento” de uma pessoa é, frequentemente, a descrença de outra.

[...] as crenças estruturam nossos pressupostos sobre a realidade, sobre o caráter do passado e do presente, nossas expectativas sobre o futuro, nossa compreensão dos “comos” e “porquês” da ação: em suma, nosso “conhecimento”. (DAHL, 2012, p.128)

Em um país com diversas subculturas, os membros de determinada subcultura adquirem crenças e experiências que ajudam a dar forma às suas percepções da realidade e, assim, à aceitabilidade de crenças adicionais às quais possam ficar expostos.

A cultura política tem sido definida como o “sistema de crenças empíricas, símbolos expressivos e valores que definem a situação em que a ação política acontece”. Ela fornece a orientação subjetiva à política. (DAHL, 2012, p.159)

A cultura em que o indivíduo é criado o condiciona a interpretar acontecimentos de sua vida de determinada maneira. Pessoas com perspectivas políticas diferentes percebem o mesmo acontecimento de modo muito distinto, eis que são afetadas pelas experiências que acumularam e pelas crenças que formularam. A percepção é seletiva, apreende-se seletivamente o mundo circundante. O estilo de atuação de uma pessoa normalmente reflete seu modo de agir que foi bem sucedido no final da adolescência e começo da idade adulta. O sucesso inicial desencadeia o desenvolvimento de um estilo posterior.

Para Dahl ativistas e líderes políticos são mais inclinados do que outras pessoas a terem sistemas de crenças políticas mais elaboradas. Suas ações são, em geral, guiadas por suas crenças políticas, e obtêm maior influência nos acontecimentos políticos, inclusive acontecimentos que afetam a estabilidade ou a transformação dos regimes. Desta forma, o autor entende que a crença dos ativistas políticos tem maior relevância para explicar a conjuntura de um país do que a crença de indivíduos aleatórios. Assim ele explica:

[...] estarei concentrado principalmente nas crenças das pessoas mais envolvidas na ação política, como ativistas, militantes e, em particular, daquelas com maior poder manifesto ou implícito, real ou potencial, os líderes ou líderes em potencial. Este enfoque não significa que as crenças presentes nas camadas menos influentes sejam irrelevantes, mas apenas que uma abordagem mais consistente pode ser feita tratando-se das crenças da camada politicamente mais atuante e envolvida como um importante fator explanatório. (DAHL, 2012, p.129)

Segundo Dahl, cinco crenças afetam de modo crucial as chances do regime político, a saber: legitimidade das instituições, relações da população com as autoridades, eficácia governamental, confiança e cooperação. A poliarquia terá maiores chances de consolidação quando civis e militares desenvolvem crenças de neutralidade política, constitucionalismo e obediência à autoridade civil.

Analisou-se as crenças de alguns ativistas políticos brasileiros nos primeiros anos da década de 60 como tentativa de reconstruir o imaginário social. A política brasileira reproduzia a tensão mundial da divisão dos países entre o modelo capitalista e socialista. A conjuntura foi marcada por um forte radicalismo à direita e à esquerda. Tratava-se de um quadro de crescente intransigência, fomentada no panorama internacional pela Guerra Fria.

O que está em questão é, então, o quanto as crenças (II) determinam as ações políticas (III) da população de um país, afetando assim as chances de um determinado tipo de regime (IV), definido aqui segundo o tanto de hegemonia, contestação pública e poliarquia que possui. (DAHL, 2012, p.128)

O pensamento nacionalista fazia parte da crença política brasileira integrando campanhas políticas e discussões sociais. Tratava-se de uma ideologia nacional desenvolvimentista apreendida heterogeneamente por cada partido, havendo cisões em opiniões intrapartidária. Alguns repudiavam inteiramente o capital estrangeiro, outros tão

somente o dirigismo econômico, alguns requeriam o monopólio estatal, outros o anti-imperialismo. Para se ter uma ideia das crenças majoritárias, passa-se a analisar a posição adotada por alguns protagonistas históricos.

Nos anos 60 o imaginário brasileiro era permeado pela crença no nacionalismo, defesa da soberania nacional, das reformas das estruturas socioeconômicas, ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores do campo e da cidade. O imaginário popular buscava o desenvolvimento real do Brasil e o efetivo bem estar da sociedade.

Optou-se por analisar a crença dos representantes políticos que se destacaram em seu grupo político-ideológico. Tentou-se perceber as características da personalidade de cada um, como forma de compreender as decisões políticas e se estas eram compatíveis com os interesses expressados pelo grupo.

Inicia-se pela figura política de João Belchior Marques Goulart. No âmbito familiar ele aprendeu com seu pai Vicente sua capacidade de trabalho, o enraizamento na terra, relacionar-se com cortesia com a população humilde da região, a vocação para os negócios e a necessidade de se definir politicamente. (FERREIRA, 2011, p.29)

No âmbito político, considerado herdeiro político de Getúlio Vargas, foi orientado diretamente por Vargas a filiar-se ao PTB e a integrar o Diretório Municipal de São Borja, sob a alegação de que o partido trabalhista defendia teses progressistas coerentes com seus ideais, e lhe daria maior projeção política futura. (BENEVIDES, 1981, p.119)

O desabrochar do seu viés mediador ocorreu em dezembro de 1950, após a eleição de Vargas, ocasião em que Jango, na condição de Secretário de Getúlio, foi incumbido pelo presidente da missão de negociar conflitos entre patrões e empregados, por meio do diálogo, visando a dissuadir greves aparentemente insolúveis. Como teve êxito, em janeiro de 1951, foi novamente demandado por Vargas para solucionar o problema do abastecimento de carne no Rio de Janeiro. Jango concluiu que a solução ideal seria a criação de uma infraestrutura nacional para a produção, o transporte e a distribuição da carne. Todavia, no momento a alternativa era inviável, emergencialmente sugeriu a importação da carne argentina. A

importação prejudicava os pecuaristas do Brasil Central, mas atendia aos interesses do povo que não poderia ficar à mercê da ausência de soluções. (FERREIRA, 2011, p.71)

Quando, em 1952, assumiu a presidência do PTB, aproximou-se dos comunistas. A aliança, sem dúvida, foi fecunda, sendo que até março de 1964, comunistas e trabalhistas, juntos trabalharam em prol do movimento operário e sindical.

Em 18 de junho de 1953, aos 34 anos foi nomeado Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, mas o ministro dedicou-se primordialmente ao trabalho. Naquela oportunidade abdicou de métodos repressivos, e, novamente optou pela via da negociação para solucionar os conflitos trabalhistas, estreitando as relações entre o Estado e o movimento sindical. Em seu discurso de posse reafirmou seu compromisso com o povo, especialmente com o proletariado, deixando claro que o objetivo primordial de sua gestão era conquistar “*uma ordem social mais justa, sem a mínima quebra das tradições democráticas*” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS, 2004, p.47)

Segundo Lucilia de Almeida Neves a realização do Congresso de Previdência Social foi uma das medidas mais ousadas de Goulart em sua política de concessões ao movimento sindical, de mobilização de trabalhadores e de aproximação com as esquerdas foi a convocação.

Por todo o período que Goulart esteve à frente do Ministério do Trabalho, os sindicalistas tiveram livre trânsito no governo e não temeram retaliações dos empregadores. A abertura de Goulart e a quebra do protocolo chocaram amplos setores conservadores da sociedade brasileira – civis e militares. Mesmo porque, Jango pertencia às elites sociais do país, era um rico empresário rural exercendo um cargo ministerial. Goulart personalizava a mudança paradigmática comportamental entre a atuação da autoridade pública encarregada das relações entre Estado, empresários e classe trabalhadora. Negava-se a acionar a máquina repressiva estatal para conter a onda reivindicatória, dialogava, negociava e defendia os direitos dos assalariados.

No Ministério do Trabalho, Goulart dividiu suas atribuições com Hugo de Faria¹¹, delegando-lhe as atribuições administrativas, para que pudesse lidar diretamente com os problemas sociais. Como a direita sempre buscava a semente comunista em suas ações, as medidas tomadas por Faria passavam ilesas.

Goulart enquanto ministro viajou pelo Brasil para auscultar as necessidades dos trabalhadores das diversas regiões, demonstrando grande preocupação com a exploração social. Segundo os padrões conservadores ultrapassou os limites em sua atuação. O presidente, por vezes, respondia às críticas da imprensa de oposição, considerando infundadas as acusações de que ele era uma ameaça ao regime democrático. Acreditava que estava incomodando as classes abastadas, por deferir atenção aos trabalhadores. Para ele, atender as demandas sociais era seu dever funcional.

Segundo Ângela de Castro Gomes a iniciativa de Jango que encerrou sua carreira de ministro de Estado foi a proposta de aumento de 100% do salário mínimo nos fins de 1953. No Manifesto dos Coronéis foi demonstrado o inconformismo com o aumento do salário mínimo que desagradou também os militares, porquanto os novos patamares atingiriam os vencimentos máximos de um graduado, o que mostrava uma subversão de valores. O Manifesto foi recebido na Câmara como um documento que põe em tela a corrupção que avassala o Brasil e mostra a expansão comunista. (CPDOC/FGV, 2013)

Ainda, nos dizeres de Gomes, durante a estada no Ministério do trabalho, construiu-se a imagem de Goulart para a esquerda como político nacionalista e reformista que pagou um alto preço por defender trabalhadores urbanos e rurais. Para a direita ficou a imagem de político fraco, manipulador de operários, que obtém popularidade por meio da demagogia.

¹¹ Hugo de Faria era um funcionário de carreira no governo federal e, na época, diretor do Departamento Nacional do Trabalho. Assumiu interinamente o Ministério até a posse de Jango. Ele representava a vitória política dos técnicos e carreira daquele órgão. Quanto a sua personalidade era um homem metódico, preso a regras e procedimentos formais. Ao tomar conhecimento de que o presidente do PTB fora indicado para assumir o cargo de ministro, Faria, decidiu deixar o ministério após a solenidade de posse, haja vista sua ligação com ideais reacionários. Após a posse de Goulart, e com o fim da greve dos marítimos, Hugo de Faria entregou seu pedido de exoneração e de seus quatro diretores. Goulart manifestou seu interesse que Faria continuasse, e os dois trabalharam em harmônica parceria enquanto Goulart esteve a frente do Ministério. Goulart assinou um apontaria delegando todos os poderes administrativos do Ministério a Faria (ministro administrativo), reservando para si a atuação política (FERREIRA, 2011, p.94).

Outro traço marcante de sua personalidade era a religiosidade evidenciada em um dos mais marcantes episódios de sua carreira política: luta pela posse. Segundo depoimento de Raul Ryff, no documentário “Jango” ao decolar de Nova York, Goulart lhe confidenciou que estava tranquilo e certo que assumiria a presidência. Dita certeza decorreu de um episódio vivido por Jango em Minas Gerais, quando o padre Pinto, com a fama de milagroso, presenteou-lhe com uma medalha de Nossa Senhora e profetizou que a medalha não era conferida ao vice-presidente, mas ao presidente que ele se tornaria.

Também estavam presentes na personalidade do presidente a resiliência e desprendimento, procurava solucionar os problemas das pessoas pelas vias legais, mas quando esta era inviável, sendo a questão financeira, encontrava uma solução, ainda que fosse arcar com recursos pessoais. Neste sentido, tem-se a o episódio relatado por Hugo de Faria:

Certa vez, Jango o [Hugo de Faria] chamou em seu gabinete. Preocupado, disse que uma família vinda do Rio Grande do Sul chegara a Brasília em um carroção puxado por burros, mas, sem encontrar emprego, resolvera retornar. O problema é que os burros morreram e as pessoas necessitavam de outros. “Você podia comprar pela Casa Civil?” A resposta foi imediata: “Não posso, porque é ilegal comprar pela Casa Civil.” Além disso, insinuou que desconfiava da veracidade daquela história. O presidente retrucou: “Não, coitado, ele está no carroção com a mulher, com os filhos... nós temos que dar um jeito.” Ao final, um amigo empresário comprou os burros. Atitudes como essa, alega Hugo de Faria, “não eram demagógicas, porque ele não concorria a eleição alguma. Não podia ser reeleito. Aquilo era bondade, que nele extravasava por todos os poros. (FERREIRA, 2011, p.298)

Não era da índole de Jango prejudicar sequer seus inimigos. Certa vez impediu que o Banco do Estado da Guanabara falisse, acontecimento que claramente prejudicaria a imagem de Lacerda enquanto bom administrador.

Segundo Dahl (2012, p.173), a receptividade, cristalização e estabilidade da crença depende da: (a) intensidade em que a pessoa fica exposta a determinada visão política, ou seja, em seu ambiente de convívio são formuladas e difundidas as crenças. Depende ainda do (b) prestígio social da crença decorrente do prestígio de seus defensores e antagonistas, ou seja, associa-se aos êxitos e fracassos das pessoas que simbolizam a crença. Os portadores da crença influenciam os processos de socialização e aqueles que ocupam posição estratégica emprestam prestígio ou depreciam uma crença. A (c) coerência entre crenças novas e antigas

do indivíduo¹² afeta a recepção da nova crença. Dependendo do nível de contradição entre as novas ideias e as crenças mais ou menos cristalizadas, é possível que o indivíduo se torne um “descrente”. A (d) coerência com as experiências pessoais é ponderada quando da adoção de nova crença.

A crença na legitimidade das lutas em defesa da justiça social estavam presentes no imaginário de Jango que foi fiel à esta luta. Sua lealdade às crenças pode ser explicada pelo processo de construção e cristalização das mesmas das mesmas, haja vista o intenso contato com a visão política esquerdista, além do elevado do prestígio que as reformas sociais tiveram com seu mentor político Getúlio Vargas.

Jango foi um dos principais líderes trabalhistas brasileiros. Orientou, com indiscutível coerência, sua prática política por uma opção de consolidação renovada da herança varguista e pela adoção e apoio a iniciativas destinadas à ampliação da cidadania social e à defesa dos interesses econômicos nacionais. (DELGADO, 2010, p.125)

A crença no poder da conciliação levou-o a procurar constantemente soluções amigáveis. Todavia, em razão de suas convicções trabalhistas priorizou nitidamente os interesses das classes excluídas, desagradando, não raras vezes, os interesses econômicos. Várias de suas políticas governamentais foram traçadas a partir das demandas dos trabalhadores. Ele pretendia transformar a realidade brasileira em uma democracia social comprometida com os valores do trabalhismo varguista e reformismo social.

Goulart não estava disposto a encabeçar uma luta armada civil em prol das reformas tão estimadas pelas classes despossuídas. Acreditava ser possível, pelas vias pacíficas, conscientizar as classes abastadas das necessidades de mudanças, redistribuição de recursos, e extinção de privilégios injustificados.

¹² “Pode ser perfeitamente verdade que as crenças inteiramente altruístas sejam raras; na verdade, é difícil imaginar como alguém aderiria a uma crença que fosse contra os próprios interesses em todos os níveis, conscientes e inconscientes. Mas é aí, exatamente, que reside o problema: dizer interesse próprio é, a despeito da ilusão de precisão, dizer muito pouco. O que uma pessoa identifica como o “eu” varia de um indivíduo para outro, de uma situação e papel para outra, e de uma cultura ou subcultura para outra.” (DAHL, 2012, p.156-157)

Também não estava disposto a colocar em risco a população para garantir sua manutenção no poder. Neste sentido, anuiu, embora contrariado, com a adoção do parlamentarismo, e, optou por não resistir ao golpe que o destituía. Ambas as posturas foram coerentes com sua política conciliadora. O presidente preferiu o caminho do exílio, a ser o responsável por desencadear uma possível guerra civil.

Jango sempre escolheu a via da conciliação e da negociação, entendida por ele como inerente à democracia. Sua orientação pessoal de buscar a construção da conciliação mesmo quando os sinais indicavam sua inviabilidade, foi identificada como vacilação, incapacidade decisória e demagogia populista. A orientação governamental de Jango foi considerada moderada para os representantes do movimento reformista e desconfortante para os conservadores.

A habilidade negociadora de Goulart não teve nenhuma força persuasiva diante das posições estremadas da direita e da esquerda. Após inúmeras tentativas frustradas de negociação com os setores mais conservadores da sociedade brasileira, Jango recorreu ao apoio das esquerdas para sua sustentação no poder.

Desta forma, em meados 1963, o João Goulart, outrora conciliador, assumiu uma postura reformista esquerdista radical. Sob esta nova orientação aprovou a regulamentação da lei que controlava a remessa de lucros por empresas de capital internacional instaladas no Brasil e bem como o decreto da reforma agrária anunciado no comício de 13 de março de 1964. A conspiração conservadora pela deposição tomou força depois da mudança de postura do presidente.

Goulart preocupava-se com a pobreza dos trabalhadores e com a ampliação dos direitos políticos, reconhecia a necessidade de mudança nas estruturas sociais e econômicas do país, questionava os limites traçados pelo modelo liberal clássico. A produção de bens depende da capacidade de consumo da população o que permite compatibilizar salários dos trabalhadores com lucro dos empresários, reflexo da ampliação do mercado interno.

Acreditava que o Estado deveria adotar políticas públicas sociais e econômicas, comprometidas com a valorização do trabalho, do distributivismo social, do planejamento

estatal, da valorização dos investidores nacionais, da política previdenciária sólida e reformismo social, com ênfase para a reforma agrária. Com ele, o populismo despiu a roupagem da manipulação (articulação e consentimento), transformando-se em forma de participação (expressão de demandas).

Continuando a análise de crenças dos ativistas políticos, passa-se à figura de Leonel de Moura Brizola, liderança exponencial no período estudado. Gaúcho, cresceu órfão de pai, começou a trabalhar cedo como engraxate. O compromisso com o trabalho não o desviou dos estudos, formando-se engenheiro civil. Casou-se com Neusa Goulart (irmã de Jango), e posteriormente ingressou na vida pública ocupando vários cargos como Deputado Federal, Prefeito de Porto Alegre e depois Governador do Rio Grande do Sul.

Assim como Goulart, era filiado ao PTB. Porém entendia ser inviável implementar mudanças estruturais no Brasil pela via da conciliação. Em seu imaginário as elites não estavam dispostas a abrir mão de seus privilégios, e se necessário, aceitariam inclusive a supressão do regime democrático. Neste sentido pregou que a população civil, aliada aos militares de baixa patente, deveria utilizar-se de todos os meios necessários para mudar as estruturas da sociedade, sendo válido, inclusive o uso da luta armada. Muito embora disposto a ocupar altos cargos políticos, estava impedido pela Constituição de 1946 de concorrer a outro cargo no Executivo e no Legislativo por ser parente do presidente da república.

Brizola foi um crítico severo e passional do governo, o que exigia do presidente uma vigília permanente para defender sua posição de comando. Ele não concordava com a insistência do presidente na via da conciliação para implementação das reformas de base. Aplicando a teoria de Dahl, ao imaginário de Brizola confirma-se a existência de diferentes acepções sobre a formação de acordo. Se por um lado, em algumas crenças o acordo é honroso, por outro, há aquelas que o condenam e desprezam. Quando o acordo é menosprezado a cooperação torna-se mais difícil e os conflitos provavelmente permanecerão sem solução, como ocorreu.

Em 1962 Brizola e Mauro Borges, governador de Goiás se aliaram para formar a Frente de Libertação Nacional, com objetivo de nacionalizar empresas estatais, impor o controle da remessa de lucros para o exterior e lutar pela reforma agrária.

Em relação à política externa, Brizola assumia posturas nacionalistas. Como se pode perceber em seu discurso na Conferência na sede da UNE em junho de 1961:

[...] se ainda temos com a Rússia, devemos ter a coragem de dizer que nada temos com os Estados Unidos. Tudo o que temos é com o nosso próprio país.” Afirmou ainda que “o governo e os homens públicos dos Estados Unidos, dando cobertura ao capitalismo cruel, sem alma, estão esmagando, destruindo, desvitalizando as populações da América Latina. [...] Eliminar a interferência dos interesses privados, de trustes e monopólios na nossa vida econômica, constitui uma espécie de pré-requisito para o desenvolvimento. (BRIZOLA, L. apud FERREIRA, 2011, p.288)

Ele propunha que o Brasil reformulasse suas relações com os Estados Unidos, para minimizar os impactos do processo espoliativo protagonizado pelos EUA, que para ele somente estavam interessado em manter as “bombas de sucção” sobre a economia nacional. Sua sugestão era expropriar empresas estrangeiras conferindo indenização que descontassem os lucros fraudulentos, e assim o fez.

Em 13 de maio de 1959, pouco após tomar posse como governador do RS assinou um decreto para encampação da Companhia de Energia Elétrica Riograndense, filial no Rio Grande do Sul da Bond and Share, subsidiária da American and Foreign Powers Company, que monopolizava o serviço de distribuição de energia elétrica em Porto Alegre e em cidades da Região Metropolitana. A encampação foi motivada na ineficiência da prestação dos serviços públicos de fornecimento de energia elétrica.

No âmbito interno foi defensor ativo da implementação das reformas de base, mesmo que por via revolucionária, à revelia das normas constitucionais, com a adesão inicialmente das classes populares inconformadas, seguida da classe média e pequena burguesia, até atingir o apoio dos quartéis. Comprometia-se com a realização da reforma agrária. No imaginário de Brizola o direito da propriedade deveria ser remodelado, pois não se podia admitir a existência do latifúndio improdutivo, que dedicava à lavoura pouco mais da décima parte das terras que

ocupava. Tampouco poderia ser mantido o minifúndio, que tentava fazer milagre com o que dispunha.

O prestígio de Brizola entre as esquerdas era tamanho que o próprio Luís Carlos Prestes, perguntando se Brizola poderia desempenhar no Brasil o papel que Fidel Castro representou em Cuba, respondeu:

Creio que pode. As condições brasileiras são tais que um homem que tenha visão política, que não esteja preso por interesses a grupos monopolistas estrangeiros e ao latifúndio, pode ser o chefe da revolução brasileira. (PRESTES, L. apud FERREIRA, 2011, p.289)

Verifica-se, portanto, que Brizola durante o início dos anos 60 estava descrente com o regime democrático brasileiro, porquanto a atuação das classes conservadoras impedia a distribuição de propriedades de forma mais igualitária. Segundo Dahl, a descrença na legitimidade das instituições faz com que o sistema político seja descartado e substituído por uma ditadura, apoiada por militares, elites conservadoras ou outros grupos sociais que se tornam autoritários.

A crença na legitimidade das instituições (contestação e participação) é imprescindível à poliarquia. A falta de legitimidade dessas instituições pode decorrer do desenvolvimento da poliarquia com a manutenção de privilégios injustificados, do alijamento de parcela significativa da população da participação no governo, bem como da falta de lisura do procedimento eleitoral. Isto pode ocorrer nas quase poliarquias em que um grupo populacional simplesmente ignora o resultado das eleições quando este lhe parece desfavorável. Os perdedores não se consideram obrigados a aceitar as regras, desprezando abertamente a legislação.

A contestação pública requer uma boa dose de confiança no adversário: eles podem ser adversários, mas não são inimigos implacáveis. [...] Em nível de governo, a confiança é importante entre companheiros e adversários partidários porque garante a todos que o grupo particular que está no comando não tirará vantagem da falta de restrições constitucionais aos poderes do governo. Fazer isto não seria uma violação da lei e sim da confiança, e os líderes políticos valorizam sua reputação de confiabilidade. (DAHL, 2012, p.149)

A descrença na poliarquia oportuniza a ascensão de um regime autoritário que pode ter tanto orientação de direita, como de esquerda. Portanto, o imaginário brasileiro sob a perspectiva de Brizola cogitava a substituição do regime político caso os defensores dos privilégios injustificados, insistissem em obstar as reformas de base. Afinal ele permaneceu fiel aos compromissos que fez com o país (nacionalismo) e com o povo (justiça social). Brizola jamais titubeou onde deveria situar-se. E mostrou essa disposição para lutar ao lado dos trabalhadores em diversas oportunidades.

Mesmo em épocas mais recentes, Brizola manteve-se fiel com suas convicções sociais como se vislumbra no vídeo “Direito de Resposta de Brizola contra a Rede Globo”, disponível no youtube, em que Brizola ganhou na justiça o direito de resposta, com mensagem transmitida por Cid Moreira, no Jornal Nacional do dia 15/03/1994, a qual representou a luta contra o abuso da imprensa que denigre imagem de políticos quando suas convicções e ações incomodam os interesses dos dirigentes dos meios de comunicação.

Passa-se a examinar a figura Francisco Julião Arruda de Paula, nascido no engenho de Boa Esperança, no município de Bom Jardim (PE), filho de pais integrantes das tradicionais famílias de proprietários de terras e engenhos no nordeste. Formou-se bacharel em direito em 1939 e filiou-se ao pelo PSB em 1954. Residiu na cidade de Recife tida como cidade de esquerda, marcada por protestos políticos (GUSTIN, 1995, p.82). O PSB de Pernambuco não era uma organização forte e estruturada, persistia como agremiação de homens que, por sua ação individual externa destacaram-se na sociedade pernambucana e brasileira. Eles disseminavam o discurso socialista, não como uma iniciativa partidária.

Francisco Julião em razão do fortalecimento de sua notória liderança política se destacou por sua capacidade de mobilização popular no nordeste.

(...) os comunistas não têm condições de mobilização dos camponeses e de sua organização. Com sua consciência místico-messiânica, trabalhada pela igreja há mais de cem anos, o camponês adquiriu verdadeiro pavor à palavra comunismo (...) Eles [os comunistas] são sectários e fazem propostas que os camponeses repelem. Os trabalhistas não estão absolutamente preocupados com eles, voltam-se para o trabalhador urbano. Tanto que Vargas decretou o salário mínimo para o campo, desde 1942, e isso nunca foi aplicado. Deveríamos, então, nos voltar para demandas do homem do campo, maioria absoluta de nosso Estado, e lutar pela extensão do salário mínimo ao campo.

Assim como deveríamos, também, nos dedicar à organização das populações dos mocambos do Recife, de suas extremas periferias formadas de gente vinda recentemente do campo. Falei com João Mangabeira e outros socialistas “notáveis” que, em Pernambuco, deveríamos ganhar essa grande massa camponesa. Mas a minha proposta não vingou. Essa gente estava mais voltada para a classe média, os intelectuais, e alguns setores da classe trabalhadora. E eu queria fazer do PSB de Pernambuco um partido que se voltasse para as conquistas do homem do campo, do trabalhador agrícola, do produtor minifundista, dos homens dos mocambos. (JULIÃO, F. (entrevista), apud GUSTIN, 1995, p.84)

Julião atuou tanto nas ligas camponesas quanto nas ligas urbanas em Recife sempre com o lema “a terra para o camponês, a casa para o operário”. Ocorre que, em 1962, o assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira, diminui a influência de Julião sobre as Ligas da Paraíba. As ligas da qual Julião participou traduzem sua crença na cooperação. Segundo Dahl, a cooperação diz respeito a possibilidade do povo engajar-se livremente em ações cooperativas, sejam elas em facções, partidos, classes sociais, religiões, etc.

Quando a confiança está consolidada, os atores partem da premissa de que todos têm somente a ganhar ou a perder juntos. Portanto, são extremamente cooperativos e acreditam na inexistência de conflitos dada a identidade de interesses da coletividade.

Em um nível de confiança intermediário estabelece-se o paradigma cooperativo-competitivo. Sob esta perspectiva, admite-se que benefícios possam ser auferidos através da cooperação, e que alguns conflitos são inevitáveis. O conflito é visto como inerente ao processo de busca de soluções mutuamente benéficas.

Julião recusou a proposta do PSB de lança-lo candidato à prefeitura de Recife, desejava continuar sua carreira de agitador político, e sem a anuência do PSB manifestou apoio à candidatura de Miguel Arraes pelo PCB. Posteriormente, Julião foi eleito o primeiro deputado federal socialista por Pernambuco, com 16.266 votos na coligação PTB-PSB. A partir desta eleição o discurso do PSB focalizou as condições de trabalho e vida do homem do campo, intensificando as reivindicações por reforma agrária e políticas públicas voltadas para o meio rural. (GUSTIN, 1995, p.114)

Francisco acreditava na emancipação dos trabalhadores organizados. Pretendia que o Brasil reconhecesse o direito à justiça social, mesmo que isto significasse que os próprios

trabalhadores unidos implementassem as mudanças estruturais necessárias. Ele era um homem afável, apesar de combativo, advogado popular de grande competência e fala bastante eloquente. Seu compromisso com suas crenças foi confirmado na discurso pronunciado pelo deputado na Câmara, em 31 de março de 1964, cujo áudio encontra-se disponível no banco de dados do programa Memórias Reveladas no Centro de Referência das Lutas Políticas, Julião reafirmou suas crenças:

Há muitos e muitos anos nos dedicamos a uma pregação permanente, tenaz, diuturna, em favor da camada mais espoliada deste País. Há mais de dez anos nós nos levantamos nos campos do Nordeste para falar precisamente por aqueles que, há séculos e séculos, têm vivido na mais negra escravidão. E advertimos sempre, através de documentos, em discursos, em artigos de jornal, em conferências, em proclamações, nesses dez anos, que um dia a Nação brasileira haveria de se encontrar naqueles milhões e milhões de sub-raça, de subgente que hoje constituem o motivo da inquietação nacional, os milhões de camponeses do Brasil. Pois bem, senhor presidente, é com alegria que vejo hoje este cenário conturbado, porque já deixamos o diálogo, já deixamos as promessas feitas nos comícios populares à cata de votos; já deixamos tudo isso e agora o Congresso Nacional, o senhor Presidente da República, todos os poderes constituídos têm de enfrentar essa realidade e encontrar uma solução imediata para ela, do contrário este País mergulhará no caos, na guerra civil, no sangue, para se redimir dos pecados, dos crimes, das omissões de uma camada egoísta, a dos que têm tudo e sempre acometeram impunemente contra aqueles que nada têm. (JULIÃO, F. Audio, 2013)

Pelas considerações tecidas percebe-se que assim, como Brizola, Julião manteve-se leal às suas crenças de justiça social, lutando para atender às necessidades do homem nordestino.

Na coalização de centro esquerda destaca-se a figura de San Tiago Dantas. Ele acreditava no poder da conciliação e considerava a democracia o fundamento primordial de qualquer sociedade. Acreditava que as desigualdades do país fragilizavam a democracia, sendo importante realizar reformas estruturais para fortalecer o regime. Por tal convicção foi acusado de comunista por seus opositores.

Dantas defendia ainda que o Brasil deveria adotar uma política externa independente, de forma que o governo brasileiro se relacionasse cada vez mais com o maior número de povos, sem ater-se às questões ideológicas.

San Tiago Dantas foi ministro do Exterior no primeiro gabinete parlamentarista (setembro 1961-junho 1962). Enquanto ministro reatou as relações diplomáticas com a União Soviética e defendeu a neutralidade em relação à Cuba.

[...] acho que esta posição revela da parte do Brasil uma constante da nossa política externa, que é a de ser uma política de convicção, mas também de moderação em que a idéia de conversar, de negociar, de mediar, de arbitrar, sempre prevalece sobre a idéia de intimidar, de cominar, de punir e de traçar fronteiras intransponíveis. (DANTAS, S. apud GUSTIN BRASIL. Presidência da República, 11 jan. 1962: 23)

Por ocasião da saída de Tancredo seu nome foi sugerido por João Goulart para ministro, mas foi rejeitado pelo Congresso. Segundo o depoimento do Almirante Ângelo Nolasco de Almeida¹³, ministro da Marinha do primeiro gabinete parlamentarista, chefiado por Tancredo Neves, a atuação de San Tiago Dantas à frente do Ministério das Relações Exteriores foi notória. Ainda segundo o Almirante, Dantas era uma figura de um talento fora do comum. Ele não foi aceito para o cargo de primeiro ministro porque:

[...]se fosse primeiro-ministro, não caía o gabinete parlamentarista; o San Tiago Dantas seria primeiro-ministro, e iria continuar sendo primeiro-ministro. Então, sentindo que, com o San Tiago não cairia o gabinete parlamentarista, eles tiraram a escada do San Tiago Dantas, deixaram o Sr. San Tiago Dantas com a brocha na mão pintando o teto. O San Tiago Dantas foi queimado de uma forma que não era merecida, porque se ele fosse, talvez nós estivéssemos ainda com um regime parlamentarista. (ALMEIDA, A. (depoimento), CPDOC, 1990, p.90-91)

A indicação de Dantas era apoiada pela sociedade civil (movimentos sindicais, intelectuais e estudantis). No Congresso Nacional, os partidos políticos dividiram-se. O PSD e a UDN eram reticentes quanto à política externa independente empreendida por Dantas no Ministério das Relações Exteriores.

UDN e PSD aliaram-se, portanto, no combate àquele que poderia ter sustentado e dado maior credibilidade ao parlamentarismo, tal como desejavam os dois partidos. Além da oposição de udenistas e pessedistas, Dantas encontraria, ainda, uma certa dubiedade no comportamento político do Presidente da República. Apesar de a indicação ter partido de Goulart,

¹³ Assumiu o ministério sabendo “*que 70% da Marinha não topava o presidente João Goulart, mas fui levado a ter que assumir o Ministério da Marinha, - porque eu não pedi, eu fui praticamente intimado a assumir o Ministério da Marinha.*” (ALMEIDA, A. (depoimento), CPDOC, 1990, p. 62)

este assumiu, durante o parlamentarismo, posturas políticas no sentido de retornar ao sistema presidencialista, como lhe era de direito. Não se empenhou profundamente, pois, na aprovação de um nome que poderia impedir esse retorno. (GUSTIN, 1996, p.123)

A bem da verdade Dantas não foi nem socialista nem comunista, compromisso era com a execução das reformas para a superação dos problemas nacionais, bem como com desenvolvimento nacional implementado por uma política de transformação do Brasil em um país comercial, conquistando novos mercados e fortalecendo a economia.

Em relação aos opositoristas ao governo, deve ser destacada a aliança formada por segmentos das forças armadas, União Democrática Nacional, grandes proprietários de terra, empresariado nacional, membros da igreja católica conservadora, governadores de estado — como Minas Gerais, Guanabara e São Paulo, empresas de capital externo que investiam no Brasil e organizações internacionais os quais se tornaram guardiãs do sistema capitalista no tempo da Guerra Fria.

A aliança pretendeu desestabilizar e derrubar o governo de Goulart, qualificado como incompetente, improbo e demagogo. Ela reuniu categorias descontentes com a crescente mobilização da sociedade civil e das esquerdas em prol da implementação das reformas de base.

Era preciso, segundo seu entendimento, estagnar o crescimento dos movimentos sociais e pôr fim à experiência governamental de Jango que, por ser “demagógica”, não conseguia conter as mobilizações populares e os conflitos no interior de seu próprio governo. Além disso, consideravam-na leniente com uma “ameaça socialista”. Tais razões foram suficientes para justificar o golpe preventivo. (DELGADO, 2010, p.134)

A aliança tinha motivação preventiva, pretendia evitar que o Brasil, por meio de uma revolução social, adotasse um modelo distributivo em direção ao socialismo. A direita receava que Goulart instituisse uma “República Sindicalista¹⁴”, assumindo poderes ditatoriais, respaldado popularmente, em um país formalmente democrático.

¹⁴ A expressão “República Sindicalista”, incorporada pela imprensa opositorista para referir-se a Jango em toda sua carreira política, foi cunhada pelo presidente do Sindicato dos Têxteis do Recife e parlamentar do PTB, Wilson de Barros Leal. Ao elogiar a atuação de Goulart no ministério do trabalho, disse que, nas próximas

Dentre os membros da aliança optou-se por analisar as crenças de Carlos Frederico Werneck de Lacerda, nascido no rio de janeiro, integrante da elite carioca, com formação em jornalismo e direito. Em sua carreira política filiou-se à UDN alçando do status de proeminente liderança no partido. Segundo Maria Victoria Benevides, o partido foi marcado por um profundo elitismo, associando as reivindicações sociais e dos trabalhadores sempre que possível com imagens, desordem e caos.

Ainda no governo Jânio Quadros, Lacerda afirmou-se anticomunista e contrário a radicalização dos setores populares. Na primeira Convenção Nacional da UDN, após a posse de Jânio (abril/1961), apoiou as propostas de moralização administrativa do governo.

Importante destacar que na mesma convenção surgiu dentro da UDN o grupo da “Bossa Nova” que defendia uma linha do partido oposta à dos lacerdistas. Esta linha identificada como centro esquerda, inspirava-se nos programas de desenvolvimento com justiça social da Doutrina Social da Igreja. A “Bossa Nova”, composta por liberais esclarecidos apoiou projetos reformistas do governo considerados nacionalistas em defesa dos interesses populares. Tais projetos versavam sobre a lei antitruste, a lei de remessa de lucros, a defesa das riquezas minerais, combate a inflação, reforma da legislação do imposto de renda, extinção das ações ao portador, dentre outras medidas. Atuaram nesta ala José Sarney, Clóvis Ferro Costa e João Seixas Dória. (BENEVIDES, 1981, p.115)

Ainda na convenção Carlos Lacerda prolatou mensagem anticomunista e antinacionalista, alertando para os perigos do comunismo disfarçado no programa da “Bossa Nova”.

De um lado encontravam-se os liberais que tendiam a acompanhar as medidas políticas e econômicas do presidente Quadros e de outro o governador Lacerda e seus simpatizantes que tenderão cada vez mais para uma posição à direita dos demais partidos conservadores. Essa guinada para a direita, associada com atitudes personalistas de Carlos Lacerda, iniciou um processo de desajustamento no interior do partido que culminou em 65 com o total afastamento das duas correntes da opinião. (BENEVIDES, 1981, p.116)

eleições, os trabalhadores, votando no PTB, poderiam eleger um parlamento que representasse seus interesses de classe, constituindo, assim uma “República sindicalista.” (FERREIRA, 2011, p.107)

Lacerda também foi antagonista ferrenho do governo de Goulart, tendo participado ativamente da movimentação contrária à posse de Jango, bem como da deposição do presidente. Em entrevista concedida na TV Tupi de São Paulo afirmou que a aproximação de Goulart com o movimento sindical era uma estratégia semelhante às utilizadas por Perón para alcançar o poder, sem fechar o congresso.

O político não aceitou a posse de Goulart, argumentou que a opinião pública fora ludibriada com a ilusória ameaça de guerra civil que distorceu as intenções militares. Para ele, Goulart deveria ser impedido de tomar posse no cargo de presidente, em nome da defesa da democracia e da segurança nacional contra a ameaça comunista. Acreditava que Goulart pretendia instituir no Brasil um governo autoritário de esquerda.

Carlos Lacerda publicou no dia 28 de agosto na Tribuna da Imprensa discurso no qual, referindo-se à “Cadeia da Legalidade”, posicionando-se contra as atuações de provocadores como Brizola, que sob qualquer pretexto incentivavam desordens. Asseverou que no país, de forma geral, a situação era de calma, tendo a população anuído aos apelos militares. Lacerda entendia que o uso da liberdade não poderia ser feito de modo abusivo a transformar o Brasil em uma nação de um só partido e de um só homem. Por fim, convocou a população a lutar ao lado das forças armadas contra os inimigos da liberdade (FERREIRA, 2011, p.243).

Após o episódio da insurreição dos sargentos (11/09/1963) Carlos Lacerda intensificou as críticas ao governo, tendo inclusive concedido entrevista¹⁵ a um correspondente do Los Angeles Times, desqualificando o presidente, e incitando o EUA a tomar uma atitude em relação a crise brasileira, para procurar quem está governando o Brasil. (FERREIRA, 2011, p.365)

¹⁵ Sua atitude impatriótica feriu os brios brasileiros ao ponto que os militares que apoiavam o governo pediram a decretação do estado de sítio para invadir a Guanabara e prender Lacerda. Para os militares não era possível governar preservando a autoridade política do presidente como governador de estado que conspirava abertamente contra o governo. O pedido foi encaminhado ao Congresso, e não foi consentido. Em paralelo, foi montada a operação pega Lacerda. Os sargentos ligados à esquerda temendo que as leis de exceção se voltassem contra o movimento sindical fizeram corpo mole na operação, dando tempo para o governador fugir. Este episódio demonstrou a perda de poder do presidente.

Lacerda, originário das fileiras do PCB, era homem frio, planejador e calculista. Não se entregava a opiniões desprovidas de fundamentos objetivos. Não aceitava o opositor político, fosse ele quem fosse. Por isto não permitia, em seu Estado, quaisquer manifestações de estudantes, por exemplo, que eram sempre reprimidas por polícia armada e o famoso “Brucutu” (carro blindado com fortes esguichos de água) que inúmeras vezes deixavam os estudantes com ferimentos graves. Era tal a veemência de sua política de combate que corria á boca livre que ele mandava jogar mendigos nos rios para higienizar a cidade. Este é um fato que nunca foi comprovado, ficou, contudo, a versão como homem que desprezava tudo aquilo que o incomodasse.

Verifica-se, portanto, que como representante da UDN, Lacerda fez valer a política do partido de oposição sistemática ao trabalhismo apostando em discursos moralistas e anticomunistas.

Passa-se a analisar as crenças engendradas no imaginário das forças armadas conservadoras, contrárias ao governo de esquerda. Foi escolhido o General Antônio Carlos da Silva Muricy como representante deste segmento. Ele nasceu no Paraná, em Curitiba, na antiga rua Santa Maria, no Batel. Seu pai era major, sua formação escolar foi no colégio militar, tendo seguido carreira na instituição.

A crença de Muricy reflete o imaginário de parcela dos militares nos primeiros anos da década de 60. Acreditava-se que o Brasil estava desordenado, correndo o risco de tornar-se uma ditadura comunista. Por isto, os militares por duas vezes atuaram tentando modificar os rumos do país. Para o general, a primeira tentativa, em 1961, não teve êxito por não contar com o apoio popular, os militares perceberam que a opinião pública favorável é essencial em qualquer operação que envolva a nação brasileira, dentro do seu solo.

Em 1961, nós tivemos insucesso principalmente por duas coisas: primeiro, porque não tínhamos a opinião pública; em segundo lugar porque o espírito de sair da lei é muito difícil, e não se pôde definir o que era a lei e o que não era a lei. Nós, militares, temos uma formação de respeito à lei, à Constituição. Enfrentar a lei e a Constituição é que é a grande dificuldade. Tomar uma decisão, "eu vou, aconteça o que acontecer", é difícil. Aí é que entra a importância daquele documento do Castelo, em que ele mostra que a função do Exército é o respeito à lei e a defesa da pátria. Então, o que é pátria? Ele começa a fazer uns tantos sofismas para separar a figura

temporária do presidente da figura permanente da pátria e da instituição.
(MURICY, A. (depoimento) CPDOC, 1993)

Todavia, várias medidas tomadas por Goulart à frente do governo, desagradaram parcela significativa da população, que mudou sua opinião quanto a manutenção do presidente. O apoio de Goulart às revoltas dos militares de baixa patente, colocou em cheque os princípios basilares da instituição, quais sejam hierarquia e disciplina. Os militares desconfiavam das ações políticas de Goulart, e entendiam ser necessário restabelecer a ordem. Além deste fator, também vislumbravam o perigo do Brasil tornar-se comunista.

A política salarial de Goulart também os incomodou os militares, isto porque, o aumento do salário dos operários, por vezes em nível superior ao das forças armadas era interpretado como uma aberrante subversão dos valores profissionais. Foi um dos fatores que motivou a organização aberta da direita na “Liga Pró-Ordem e Progresso” e na “Cruzada Brasileira Anticomunista”.

Segundo Dahl o fator confiança afeta a estabilidade do regime democrático. Sua análise consiste em verificar o grau de confiabilidade existente na relação entre os membros sociais e os atores políticos. Para o funcionamento da poliarquia é necessário um nível de confiança mútuo entre as pessoas e os políticos, com a interlocução entre ambos para a consecução dos objetivos comuns. A transformação da poliarquia em hegemonia pode ser facilitada quando o nível de confiança nos membros do sistema político é baixo. Impende salientar que as organizações em que o comando da autoridade é estabelecido de cima para baixo, predomina a desconfiança nas relações entre os atores políticos e membros do sistema.

Grande parte da oficialidade que não se afeiçoava à pessoa de Goulart por ser contrária às propostas reformistas, não viam com bons olhos a possibilidade de derrubar um governo legítimo, constituído nos limites das regras democráticas e constitucionais. O sentimento legalista dificultava a mobilização das forças armadas em prol da deposição presidencial.

Os militares legalistas, ao perceberem que as interferências do executivo na instituição militar contrariava os princípios basilares da hierarquia e disciplina, colocando em risco a própria existência da instituição, ficaram descrentes com as decisões. Pertinente a aplicação da Teoria de Dahl a este imaginário. As crenças estão sujeitas a mudanças graduais, as lacunas

deixadas pelas crenças antigas são preenchidas por novas crenças. Muito embora as pessoas sejam mais receptivas a novas crenças na fase de socialização precoce, a receptividade também é alta quando, já tendo adquirido uma crença, a pessoa fica descrente, como foi o caso dos militares legalistas. A perda de crenças coincide com um período de alta receptividade para novas crenças.

As ações do presidente resultaram em um baixo nível de confiança de parcela significativa da população nas decisões do governo. Com isso o desafio dos militares da extrema direita de convencer e arregimentar a oficialidade a aderir ao golpismo foi facilitado. A defesa da legalidade passou a significar a possível ruína da ordem militar, o corporativismo militar foi ativado e o poder foi tomado por meio de um golpe. Portanto, os militares legalistas rejeitaram suas crenças iniciais, e as substituíram pelas crenças dos militares golpistas. As chances de uma poliarquia foram significativamente reduzidas, pois parcela da sociedade politicamente atuante passou a crer nas benesses do regime hegemônico autoritário, alcançado com apoio de lideranças até então democráticas.

Por todo exposto, é possível fazer as seguintes inferências, muito embora houvesse cooperação entre os membros da esquerda, como se percebe do imaginário de Julião nas ligas, ou no imaginário de Brizola sobre a frente parlamentar o mesmo não se pode dizer da relação estabelecida entre direita e esquerda cujas propostas antagonizavam. Quando a confiança não foi consolidada, a relação entre os atores norteia-se por um jogo de soma zero¹⁶, estritamente competitivo, maniqueísta e dicotômico. Parte-se do pressuposto que se tem tudo a perder e

¹⁶ “A importância do elemento puramente cognitivo em nossas crenças, sejam elas políticas ou sobre outras coisas, dificilmente poderiam ser superestimadas. O conhecimento das regras de um jogo, por exemplo, tem significado não só normativo mas também cognitivo, como perceberam muitos estrangeiros nos Estados Unidos ao assistirem a seu primeiro jogo de beisebol. O estrangeiro pode não importar se as regras de beisebol são “boas” ou se deveriam ser observadas, mas como não conhece as regras é totalmente incapaz de entender o que está se passando diante dos seus olhos. Um norte-americano assistindo a um jogo de críquete fica igualmente perdido. O que acontece com o basebol e o críquete acontece na política: aquilo em que acreditamos influencia não só o que queremos que aconteça, mas também o que efetivamente pensamos que acontece. Em sua ênfase no “é” em vez de no “deveria”, o marxismo poder ser um caso extremo, mas ele serve perfeitamente para ilustrar a questão. Apesar de os escritos de Marx terem um apelo e significado moral inquestionável, seu conteúdo manifesto é quase exclusivamente cognitivo e não moral. Para o marxista, a obra de Marx explica o que aconteceu, está acontecendo e acontecerá; somente por implicações ela especifica o que deveria acontecer”. (DAHL, 2012, p.128)

nada a ganhar na cooperação, portanto não há predisposição para acordos, tenta-se ganhar completamente todas as questões.

Se o ponto de vista estritamente competitivo impede o grau de cooperação e confiança exigido para a poliarquia, o ponto de vista contrário, de que todas as relações são ou deveriam ser estritamente cooperativas, não livra nem um pouco de dificuldades o funcionamento de uma poliarquia. Isto porque ela tende a solapar a legitimidade de certas instituições-chave numa poliarquia, particularmente a dos partidos políticos. Os partidos políticos necessariamente se engajam em conflitos; eles podem inclusive exacerbar os conflitos. Mas se o conflito político é um mal irremediável, então os partidos políticos concorrentes certamente são um mal. É esta,, com certeza, a ideologia popular em muitos países controlados por regimes hegemônicos, em países comunistas, certos aspectos do pensamento de Marx forneceram um embasamento lógico e persuasivo sobre o qual Lenin e seus sucessores puderam erigir uma justificativa teórica e prática para reprimir todos os partidos que não o partido único governante. (DAHL, 2012, p.152)

Os imaginários dos ativistas políticos estudados permite concluir ser acertada a teoria de Dahl que afirma que a crença na eficácia governamental para solucionar problemas críticos¹⁷ interfere diretamente no regime político.

Como todos os governos falham parcialmente, a socialização constrói um reservatório de expectativas confiantes que funcionam como reserva durante os períodos de adversidade. Em regimes novos, esses reservatórios estão baixos, ou mesmo vazios; em regimes antigos, com registro de conquistas consideráveis, os reservatórios provavelmente estarão mais altos. (DAHL, 2012, p.146)

Ficou evidenciado que no imaginário das oposições civil e militar, era necessário restringir o movimento sindical, as reivindicações dos trabalhadores e as ameaças às estruturas sociais. Lado outro, também ficou evidenciado que para os representantes da esquerda o modelo político brasileiro que insistia em manter privilégios injustificados, e, excluir estava esgotado. Quando a performance governamental é classificada como eficaz, os êxitos potencializam o prestígio dos padrões de autoridades. Porém, no caso brasileiro, a incapacidade da poliarquia em lidar com questões objetivas (inflação, desemprego, acesso à terra, redistribuição de renda e déficit educacional) produziu dúvidas sobre sua eficácia governamental e incentiva a guinada para o autoritarismo.

¹⁷ A compreensão de “problema crítico” varia entre os líderes políticos, sendo portanto, uma variável complexa de mensurar.

4.2 Controle estrangeiro e nacionalismo

Segundo Dahl a dominação estrangeira é uma das variáveis conjunturais que influencia o desenvolvimento de uma hegemonia ou poliarquia. Os países estrangeiros facilitam a transformação de outros em poliarquias quando: (1) pela intervenção militar direta optam por invadir e ocupar afastando o governo pela força, e depois protegendo o novo governo pelo tempo que for necessário; (2) apoiam movimentos democráticos revolucionários dentro do país provendo armas, recursos financeiros; (3) amparam o governo com fundos e armas para pressioná-lo a mudar.

O destino de um país nunca está inteiramente nas mãos de seu povo. Em alguns casos, a dominação imposta por pessoas de fora do país pode ser tão decisiva a ponto de sobrepujar os efeitos de todas as outras condições que têm sido discutidas até agora. (DAHL, 2012, p.177)

O mundo passava por um momento de bipolarização, os países dividiam-se entre capitalistas e socialistas. O Brasil procurou assumir uma política externa independente não alinhada. Como o trabalho foca na reconstrução histórica da descontinuidade democrática brasileira, optou-se por dar maior relevo ao controle norte americano no Brasil nos anos 60. Os Estados Unidos da América (EUA) estavam dispostos a investir financeiramente em todos os países que declaradamente alinhassem a sua política externa em defesa do capitalismo.

Em relação ao Brasil, durante o período analisado, a animosidade americana decorreu da posição brasileira que denegou apoio à intervenção militar dos EUA em Cuba, da postura nacionalista disposta a encampar empresas americanas concessionárias de serviço público e regulamentar a remessa de lucros, e ainda da crescente mobilização popular em busca de mudanças estruturais no Brasil. Os norte americanos temiam que o Brasil se alinhasse aos países socialistas, por isso apoiaram os setores conservadores, que lhes pareceram menos favoráveis à mudança de paradigma econômico.

Durante o governo Jânio Quadros foi adotada uma política externa independente, agradando às esquerdas e incomodando grupos conservadores. O país projetou-se no exterior firmando acordos comerciais com Bulgária, Hungria, Romênia, Iugoslávia e Albânia. Neste período foram revalidados os passaportes para a União Soviética, países do leste europeu,

China Popular, Tibete, Mongólia e Coreia do Norte. Também foram criadas embaixadas em Dacar, Gana, Nigéria, entre outros países.

A Revolução Cubana era muito tematizada, sendo as opiniões divididas. Enquanto o movimento sindical, estudantes, intelectuais e esquerdas defendiam a política externa independente e apoiavam a Revolução, conservadores liderados por Carlos Lacerda defendiam a intervenção americana na ilha.

Quando Goulart assumiu a presidência houve continuidade da política externa independente. O ministro das relações exteriores, San Tiago Dantas, orientou o presidente que o Brasil atuasse com vistas a ampliar os mercados de exportação, estabelecer relações diplomáticas com qualquer país, independente de restrição ideológica. Com esta premissa, o governo rechaçou todas as incursões sancionatórias promovidas pelos Estados Unidos contra Cuba. A posição brasileira em relação à Cuba foi exteriorizada na Conferência de Punta del Este, realizada em Janeiro de 1962, ocasião em que Dantas defendeu a neutralidade e a não intervenção.

Esclarecendo os princípios que sempre orientaram a política externa brasileira, o Ministro San Tiago Dantas defendeu a idéia da neutralidade em relação a Cuba. Pensando muito mais em termos jurídicos que ideológicos, Dantas apontou os dois compromissos estipulados em tratados interamericanos, que deveriam ser respeitados: o da não-intervenção nos negócios internos de qualquer Estado; e o da autodeterminação dos povos para escolherem o regime político que mais lhes conviesse. Esses princípios, essenciais para impedir a intervenção de Estados mais fortes em outros mais fracos, deveriam ser também utilizados para impossibilitar a adoção de medidas severas que poderiam levar a processos cada vez mais intensos de radicalização e de recrudescimento das tensões da vida política internacional. (GUSTIN, 1996, p.217)

Vê-se, pois, que em relação à questão cubana, o governo brasileiro denegou todos os pedidos de apoio à proposta de intervenção americana à ilha, mesmo depois da instalação de base de mísseis soviéticos na ilha. Esta posição baseou-se no princípio da autodeterminação dos povos. O Brasil considerou legítima qualquer ação cubana de defesa de possíveis agressões contra sua soberania.

Os norte americanos temiam que o Brasil se aproximasse do bloco soviético, ou instaurasse um regime semelhante ao cubano. Os americanos preocupavam-se com o resultado do plebiscito que poderia determinar o retorno ao sistema presidencialista – como o fez – devolvendo os poderes a Goulart.

Ficou claro que o governo Kennedy estava disposto a investir no Brasil e renegociar a dívida desde que em contrapartida obtivesse o alinhamento político. A hostilidade norte americana agravou quando Jango presenteou Cuba com uma estação geradora de energia elétrica movida a óleo diesel.

Em conversa com João Pinheiro Neto, amigo pessoal do presidente, e seu ex-ministro do trabalho, demitido pelo presidente após acusar na televisão os embaixadores Lincoln Gordon, Roberto Campos e o diretor da Casa da Moeda Otávio Gouveia de submeterem o Brasil ao programa de estabilização do Fundo Monetário Internacional (FMI), fica clara sua tentativa de reforçar para seu amigo seu comprometimento com a classe trabalhadora.

Não sou um gênio, muito longe disso. Nem sequer sou um grande político ou um estadista como o Dr. Getúlio, mas de uma coisa não abro mão: a minha dedicação e lealdade aos pequenos, aos deserdados da sorte, aos milhões de brasileiros que vegetam na miséria maltratados e explorados por essa nossa elite egoísta. Tudo o que sou e fui na política devo a eles, aos humildes e explorados. É uma gente grata, reconhecida ao quase nada que se faz por elas. Por isso chamei-te aqui. Cultiva essa boa gente, eles gostam de ti, tu és moço. Quanto a mim, sinto-me cansado, não tenho nenhuma preocupação especial com o poder, estou nisso apenas para ser fiel às ideias do Dr. Getúlio. Não demora muito e passo a bola. (...) Ah, as nossas elites... Quanto a mim, tenho por elas o maior desprezo. E digo mais: não troco um único trabalhador por cem grã-finos arrumadinhos. (GOULART, J. apud FERREIRA 2011, p.321-322)

A questão nacionalista colocava em discussão o papel do capital estrangeiro na economia nacional. O imaginário nacionalista comprometia-se em atenuar as diferenças entre os diversos grupos sociais, buscando a satisfação dos interesses gerais do povo. O Estado é concebido como única via de superação dos problemas estruturais. A política nacionalista não implicava a total exclusão do capital e da técnica estrangeira nas atividades econômicas do país. Todavia, a opção por uma política governamental nacionalista tende a provocar redução de investimentos estrangeiros e do acesso a mercados mundiais.

A ala paulista do PSB entendia o nacionalismo como a imediata nacionalização da indústria e transformação do regime em socialista. Nos demais estados o discurso nacionalista variava, sendo por ora semelhante ao dos comunistas que propunha um movimento anti imperialista, e havia ainda a que buscava a maioria econômica, integrando esta última Hermes Lima. Entendia-se que por ser país subdesenvolvido não tinha os elementos necessários para comandar o ritmo próprio de desenvolvimento (GUSTIN, 1995, p.61 e 67). Para Aurélio Viana (PSB):

[...] o nacionalismo é uma atitude, é uma tomada de posição, é uma política, é um movimento de revolta; é um sentido insopitável de liberdade; é um despertar de povos escravizados, militar ou economicamente, visando a independência no seu sentido mais completo e mais amplo! Não tem cunho propriamente ideológico. [...] Bem compreendido deve ter como objetivo primacial, não só a autonomia política, mas o desenvolvimento econômico pela aplicação dos princípios tecnológicos que devem deixar de ser privilégio exclusivo de algumas. [...] O nacionalismo moderno não visa propriamente homens, mas forças, sistemas, grupos escravagistas, monopólios internacionais, cartéis, trustes, imperialismos [...] o nosso nacionalismo, etapa para o socialismo democrático, não é contra a União Soviética e a favor dos Estados Unidos da América do Norte; também não é a favor da política dos Estados Unidos contra a União Soviética. O nosso nacionalismo não busca jogar Nações contra Nações [...] Admite intervenção do Estado na economia, mas em termos [...] Os nacionalistas consequentes não podem ser contrários à iniciativa privada, mas não podem deixar de recorrer e de reconhecer a necessidade de uma política planejada pela intervenção do Estado nos problemas econômicos, a fim de regulá-los de acordo com o interesse nacional, particularmente em setores como o do Petróleo, da Siderurgia, da Energia Elétrica e da Energia Nuclear, dos meios de transporte e da organização bancária. (Viana, A. (entrevista), apud GUSTIN, 1995:65)

O PTB era comprometido com as reformas de base e combatia o capital estrangeiro dominador. Já o PSD e a UDN estavam abertos ao capital estrangeiro, muito embora a UDN adotasse uma postura antiestatista. A União Nacional dos Estudantes (UNE) também começou uma campanha pelo nacionalismo a qual focava no petróleo (GUSTIN, 1995, p.63).

Desde o governo JK, ações nacionalistas pela promoção da industrialização brasileira vinham sendo implementadas com vistas a elevar os níveis de produtividade, renda e de vida da população. A postura nacionalista propunha-se a formular uma política de base a partir dos interesses desenvolvimentistas nacionais. Os episódios de encampação que estremeceram a

relação Brasil-EUA disseram respeito aos serviços públicos de telecomunicações e energia elétrica.

A celeuma das telecomunicações foi travada entre o Governo da Guanabara e o Governo Federal. O Governador Carlos Lacerda anunciava a encampação da Companhia Telefônica Brasileira, subsidiária da Brazilian, Traction, Light & Power Comp., Limited.

Ocorre que o Governo Federal, por meio de decreto considerou os serviços de telecomunicações como área de segurança nacional, sendo primordial estabelecer um Plano Nacional de Telecomunicações. Os estudos revelavam o descontrole Estatal sobre o sistema telefônico brasileiro, o que feria o sistema de segurança do Estado.

A controvérsia sobre o serviço de energia elétrica foi fomentada por dois episódios. O primeiro em maio de 1959, quando Brizola expropriou a Companhia de Energia Elétrica Rio-grandense, subsidiária da American & Foreign Power, ligado à Bons & Share. O governo americano interpretou a expropriação como confisco ilegal de autoridades brasileiras.

O outro episódio protagonizado por Brizola ocorreu dois dias após a Conferência de Punta del Este. Nessa oportunidade o governador gaúcho encampou os bens da Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da empresa norte americana International Telephone & Telegraph Corporation (IT&T), ao argumento que a Companhia não vinha prestando os serviços de forma satisfatória, apesar dos aumentos tarifários.

Durante o parlamentarismo, os Conselhos de Ministros defenderam a expansão da política de minério de ferro, a proteção às empresas estatais, a nacionalização das concessionárias dos serviços públicos e o estímulo a aprovação de leis limitativas da remessa de lucros ao exterior e de repressão aos abusos do poder econômico.

Em abril de 1962, Goulart viajou aos Estados Unidos com objetivo de obter recursos financeiros e discutir temas que dificultavam a relação entre os dois países, ou seja, as nacionalizações e a questão cubana. Jango foi recebido por John Kennedy. Quanto à desapropriação das empresas norte americanas, Goulart reafirmou a necessidade da encampação, ressaltando que as indenizações pagas não deveriam sair do país. Ficou ajustado

que os ressarcimentos ficariam no Brasil sob a forma de reinvestimento. Sobre a posição brasileira em Punta del Este Jango continuou a defender a não intervenção, mas declarou intransigência com regimes marxistas. Os americanos defenderam a aplicação das medidas preconizadas pelo FMI.

Nesta viagem, Goulart discursou perante o Congresso norte americano analisando os problemas enfrentados pelo Brasil e países latino-americanos. Esclareceu que os desajustes nas relações comerciais e inflação brasileira não era um fenômeno local, coincidia com a economia de guerra, sendo que os preços dos produtos de exportação permaneceram congelados em níveis inferiores ao seu valor real, enquanto a Europa obtinha auxílio financeiro para restaurar a prosperidade, ao passo que os países latino-americanos, com a inflação de guerra, foram deixados de lado no plano de cooperação internacional.

Afirmou que os produtos manufaturados primários tradicionalmente exportados pelo Brasil deterioravam-se. Em relação às encampações reconheceu a importância da contribuição estrangeira no processo de desenvolvimento, afirmando que o Brasil não alimentava qualquer precaução contra o capital externo ou à colaboração técnica. Reiterou ainda a política externa independente não alinhada a nenhum bloco político militar, sendo que o objetivo primordial do Brasil era fortalecer a paz. Pregou a convivência entre o mundo democrático e socialista, ressaltando que o regime democrático era o regime mais compatível com a liberdade humana. (FERREIRA, 2011, p.276).

O discurso de Jango nos EUA demonstrou que o Brasil, mesmo com dificuldades financeiras, não era um país submisso. E, ainda, com o risco de não conseguir os recursos e financiamentos necessários para estabilizar a economia do governo, manifestou-se sobre questões que desagradavam o governo norte americano. Por fim, a ajuda financeira tão esperada não veio, o que deteriorou mais ainda a economia e aumentou a inflação.

Em conversa telefônica realizada, em meados de 1962, entre o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon e Kennedy, foi possível perceber a preocupação norte americana com o governo brasileiro. Tratavam da possibilidade de novas nacionalizações de empresas norte-americanas, da necessidade de apoiar forças conservadoras, de diminuir o

poder do presidente, e, se fosse o caso derrubá-lo. A possibilidade de um golpe militar não era vislumbrada pelos interlocutores como algo negativo, desde que não fosse um golpe de esquerda.

Gordon disse que a tônica das declarações de Brizola, com base em um forte antiamericanismo, era a de dizer que “os Estados Unidos estão exaurindo o país; as empresas americanas estão esgotando o país; somos responsáveis pela mortalidade infantil, por todas as mazelas que há debaixo do sol. Essas coisas... totalmente irracionais e altamente emocionais.” Kennedy perguntou ao seu embaixador se as acusações contra as empresas norte-americanas eram verdadeiras. Tratava-se na avaliação do embaixador, de um mito dizer que as remessas de lucros drenavam a economia brasileira. Segundo suas contas, saíam por ano do Brasil cerca de 60 milhões de dólares, sendo que 40% era lucros do setor privado. “Uma mixaria”, segundo Gordon. Era necessário considerar, em outro aspecto, que os investimentos norte-americanos no Brasil contrabalançavam os dólares que saíam. Além disso, as negociações para indenizar as empresas que Brizola nacionalizou não avançavam. No momento, a política de Kennedy para o Brasil, continuou o embaixador, deveria limitar-se a incentivar os setores identificados com o centro político, a apoiar com dólares candidaturas de conservadores nas próximas eleições. (FERREIRA, 2011, p.312)

Insta salientar que segundo depoimento de Gordon, a Agência de Desenvolvimento Internacional (USAID), em 1962, enviou ao Brasil norte americanos integrantes do projeto Corpos da Paz cujo objetivo era distribuir alimentos, roupas e remédio para a população miserável. Ocorre que 40 mil soldados e agentes norte americanos estavam infiltrados neste grupo, prontos para intervir militarmente, apoiando os militares em caso de guerra civil. (FERREIRA, 2011, p.313)

A questão mais polêmica no panorama internacional foi a regulamentação da remessa de lucros. Isto porque, diante da omissão legislativa, as empresas estrangeiras remetiam, indiscriminadamente, seus lucros para o exterior. Os nacionalistas apontavam a evasão de recursos financeiros como um dos principais fatores responsáveis pelas dificuldades da vida econômica e financeira do Brasil.

As relações com os Estados Unidos deterioraram-se quando, em setembro de 1962, o Congresso Nacional aprovou a lei de remessa de lucros para o exterior. Na cerimônia de inauguração do pontificado de Paulo VI (junho de 1963), Jango e Kennedy encontraram-se na Itália. Reuniram-se e trataram sobre a dívida brasileira, indenização das empresas

expropriadas. Kennedy falou que o Congresso norte-americano votou emenda que os países que expropriassem empresas americanas, sem a devida indenização, seriam excluídos de todo tipo de ajuda financeira americana.

Saliente-se que com o assassinato de Kennedy, em novembro de 1963, o sucessor Lyndon Johnson, ante a recusa de Goulart em apoiar a intervenção militar em Cuba, não se interessou em renegociar a dívida externa brasileira, pretendendo estrangular financeiramente o Brasil desgastando o governo.

A crescente mobilização popular pressionando o governo impactou no âmbito internacional. Seu efeito colateral foi colocar em risco investimentos internacionais e desestabilizar a economia. No decorrer do governo João Goulart, aumenta-se a dificuldade de atuação do Estado populista como dinamizador da estrutura política. Acentuada a pressão popular, o esquema de manipulação se altera e age como obstáculo à manutenção do compromisso entre os grupos que pressionam o Estado.

As ações do governo, como as das organizações políticas populares, passam a orientar-se cada vez mais pela crença em um Estado superior e soberano, capaz de esmagar qualquer possibilidade de reação dos grupos conservadores. Por outro lado, estes grupos (não apenas os setores agrários mas também os empresários industriais) igualmente mitificam o Estado como Estado revolucionário, opondo-se-lhe radicalmente. (WEFFORT, 1980: 60, apud GUSTIN, 1996, p.24)

O capital industrial apostava na modernização do Brasil, mas a queria conjugada a forte controle social. As pesquisas demonstram que os industriais nacionais bem como os investidores de capital estrangeiro optaram por aderir ao golpe preventivo ante os riscos de implementação das reformas. No cenário da guerra fria os EUA preocupavam-se com os desdobramentos da política no Brasil.

Estudiosos como Heloísa Starling (1986) e Otávio Dulci focaram suas análises nas explicações conspiratórias do golpe, protagonizada pela aliança dos setores anticomunistas das

forças armadas, empresariado nacional, proprietários rurais, segmentos conservadores da igreja católica, capital internacional e os partidos políticos, principalmente a UDN.

Uma parte substancial dos ativistas políticos certamente é favorável a algum tipo de regime hegemônico. A contestação pública, que pode permitir que inimigos morais engrossem suas fileiras, parecerá um luxo, na melhor hipótese, e totalmente pernicioso, na pior. Mesmo que o poder externo interfira a pedido do governo local, ele será convidado precisamente porque aquele governo não consegue derrubar seus opositores em ajuda. Assim, o poder externo é levado a uma coerção maciça... (DALH, 2012, p.187)

Segundo eles, os conspiradores tiveram apoio da Agência Central de Inteligência norte-americana (CIA), Instituto de Políticas Econômicas e Sociais (IPES), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), Ação Democrática Parlamentar (ADP), Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), Liga da Mulher Democrata (LIMDE), além de jornais como O Estado de São Paulo e O Globo. René Dreifuss, denominou o IBAD E IPES como espécie de “Estado-Maior da burguesia multinacional-associada.

O trabalho de René Dreifuss (1981) é centrado na idéia de conspiração internacional e direitista contra o governo de João Goulart, orientada através das atividades do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IPES/IBAD). Essas organizações políticas, lideradas pelo bloco de poder multinacional e associado, atuavam em variados níveis políticos, de forma a conter a ampliação da organização e a participação das classes trabalhadoras. A análise de René Dreifuss servirá, pois, para entender as dificuldades de implementação de um novo sistema de governo num momento em que a idéia da conspiração parecia estar começando a fortalecer-se.

O autor descreve a fase de crise do populismo, no início da década de sessenta, apontando os interesses em conflito que influenciaram o sistema político e o regime populista. A análise baseia-se em duas forças sociais: os interesses sócio-econômicos multinacionais e associados; e as classes trabalhadoras lideradas por um Executivo nacional reformista. Para tratar da crise, o autor refere-se, inicialmente, ao período que poderia ser visto como de maior estabilidade e expressão do populismo: o governo Juscelino Kubitschek. A manutenção de uma conciliação de interesses e pressões, as mais diversas, serviriam de alicerce para essa administração através: a) da partilha do poder entre o grupo populista controlador do Estado e os interesses multinacionais e associados; e b) da abertura de espaço político para a integração de setores dos grupos de trabalhadores industriais urbanos e a satisfação das camadas intermediárias. (GUSTIN, 1996, p.14-15)

A CIA apoiou a oposição como estratégia política de destabilização do Governo Jango, bem como na Operação Brother Sam, que previa o desembarque de marines norte-

americanos no Brasil, caso houvesse uma reação ao golpe. Tais informações são confirmadas pelo telegrama 3824 da Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, de 26 de março de 1964, classificado como ultra-secreto:

Para minimizar a possibilidade de uma guerra civil prolongada [no Brasil] e garantir o apoio de um grande número de adeptos, seria crucial a nossa capacidade de demonstrar apoio e uma certa exibição de força com grande rapidez. Para esse fim, e de acordo com nossas conversas em Washington no dia 21 de março, uma possibilidade parece ser o rápido envio de uma força-tarefa naval para manobras no Atlântico Sul, trazendo-a a uma distância de dois dias de Santos. (...) A presença de um porta-aviões seria importante pelo efeito psicológico. Um contingente de fuzileiros poderia realizar as tarefas de segurança logística expostas no plano do CINC-Sul. Gostaríamos de receber orientação o mais brevemente possível sobre esse método e outros métodos alternativos de alcançar o objetivo acima descrito. (GORDON, L., 2002, Apêndice B)

Os setores conservadores articularam-se em instituições para conspirar contra o governo de maneira organizada. Tais instituições foram o IPES e o IBAD, ambos financiadas pelo capital internacional, atuaram em prol do fortalecimento dos políticos conservadores. Para Starling, as elites mineiras tradicionais foram fortalecidas pela atuação do IPES.

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais foi fundado em 1962. Suas atividades iniciais consistiam em publicar livretos, patrocinar palestras, financiar viagens de estudantes aos EUA, e sustentar organizações conservadoras anticomunistas. A partir de Júlio de Mesquita Filho o IPES passou a estocar armas. Até 1964 gastou de 200 a 300 mil dólares por ano com mensagens contra o governo. A verba era proveniente de empresas estrangeiras. As agências de publicidade recebiam orientação da CIA. Aproximou-se da Escola Superior de Guerra.

Também sob orientação da CIA o IBAD subvencionou diretamente candidaturas conservadoras no pleito de 1962, comprometidas em defender o capital estrangeiro e rechaçar a reforma agrária. Os gastos com o apoio às candidaturas chegaram a 5 milhões de dólares. (BENEVIDES, 1981, p.121-122)

O IBAD tornou-se uma holding de diversas outras organizações, a exemplo da Ação Democrática Parlamentar (ADP), da Campanha da Mulher Democrática (CAMDE), da Frente da Juventude Democrática (FJD), da Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres (REDESTRAL) e do

Movimento Sindical Democrático (MSD), os dois últimos ligados à AFL-CIO. (FERREIRA, 2011, p.314)

Recorriam a propaganda política anticomunista com o intuito de inculcar nas classes média o temor que Jango transformasse o Brasil em uma República Sindicalista. Eram organizações que pretendiam legitimar o golpe da direita.

Formou-se ainda o Grupo de Ação Patriótica (GAP), composto por jovens ricos de 17 a 26 anos, liderados pelo almirante Sílvio Heck, combatendo a UNE.

Não há dúvidas que uma das razões que levou Goulart a não resistir à movimentação civil - militar comprometida em depô-lo de seu governo foi a ciência do apoio norte americano, com recursos financeiros e militares, cujas consequências poderiam ser uma guerra civil no Brasil. Portanto, o controle estrangeiro foi um dos fatores determinantes na descontinuidade de regime político. Ressalta-se, contudo, que o interesse norte americano era tão somente que o Brasil mantivesse o sistema capitalista, pouco importando, se sob o manto do regime político democrático ou autoritário.

Lado outro, também não há dúvidas que a postura econômica agressiva e arrogante dos Estados Unidos, não aceitando as encampações, ajudou a desacreditar a democracia e a crença em sua capacidade de justiça social.

Ao analisar a forma de dominação é importante tentar prever, considerando as configurações de forças internacionais em determinado tempo, se o dominador está tentando impor algum tipo de regime. Os americanos não tentavam impor um tipo de regime político, preocupavam-se tão somente com o alinhamento Brasileiro aos países capitalistas.

A dominação estrangeira pode ser aberta (invasão e ocupação) ou oculta (com a independência nunca interrompida por ocupação ou intervenção militar estrangeira). A conjuntura apresentada anteriormente analisada a partir da teoria da poliarquia confirma que a dominação americana no Brasil foi do tipo oculta e baseada principalmente no enfoque econômico. Esta modalidade foi favorecida pelo desequilíbrio da economia brasileira. Esta dominação foi reproduzida em várias esferas como nas crenças dos ativistas políticos, no nível

de desenvolvimento socioeconômico, no grau de concentração e dispersão econômica, nas desigualdades e no alcance das clivagens subculturais.

Ainda que o Brasil insistisse em afirmar uma política externa independente, a necessidade do capital estrangeiro para equilibrar as finanças sujeitava a nação à pelo menos analisar as tentativas norte americanas de imposição de ideologias. O governo não se curvou, mas os investimentos estrangeiros aos seus opositores enfraqueceu a capacidade de se autogovernar. Confirmou-se a hipótese de Dahl que as ações estrangeiras podem alterar drasticamente as opções disponíveis para um regime, mesmo quando não alteraram forma do regime.

CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente produção jurídico-historiográfica abordou uma visão conjuntural do Brasil no período 1960 a 1964, com destaque para explicações sobre processos de descontinuidades em relação a regimes políticos, em especial para aquelas que rompem com relações democráticas instaladas.

Embora existam várias teorias democráticas, optou-se por adotar uma cuja elaboração estivesse compatível com o imaginário histórico brasileiro do período analisado, a fim de evitar anacronismos. A democracia, em qualquer de suas definições, supõe a soberania popular, ou seja, a capacidade do povo de decidir.

Pretendeu-se reconstruir parcialmente a trajetória política brasileira, a fim de reinterpretar as falhas da democracia dos anos 60 e identificar as causas que viabilizaram a ascensão do autoritarismo. A pesquisa desenvolveu-se em razão da dúvida: a ordem jurídica contribuiu para a descontinuidade democrática vivenciada no Brasil nos anos 60? Indagou-se, ainda, sobre quais variáveis conjunturais e factuais brasileiras possibilitaram a ascensão do regime autoritário. Como referências teórico-metodológicas foram utilizadas a metodologia da história nova de Jacques Le Goff sobre o imaginário social e a teoria da poliarquia de Robert A. Dahl.

O maior risco do trabalho na compreensão da descontinuidade democrática de um país consistiu na possibilidade de aplicar teorias genéricas que não explicassem de fato a realidade estudada. Quando a teoria é muito vasta e não se atenta às peculiaridades do objeto de estudo, o resultado dissertativo pode ser a mera reprodução de lugares comuns abstratos, sem nenhuma inovação ou inventividade. A dedicação intensa à teoria contém sempre o perigo de dar importância excessiva, para além de sua relevância histórica, aos fatos que a ela se ajustam.

Fenômenos passados podem repetir-se, porém em novos termos e condições. Inventariar o passado, construindo um amplo banco de dados sobre as descontinuidades dos regimes políticos, alerta o sujeito presente para as origens das causas primárias das mudanças, permitindo-lhe atuar prospectivamente em defesa do regime democrático.

Confirmou-se a hipótese de que a Constituição de 1946, elaborada sob o ideário do paradigma liberal, contribuiu para a descontinuidade democrática. A ordem jurídica positivada preconizava o direito à liberdade e à igualdade formal dos brasileiros, desprestigiando a igualdade material a que aspiravam os segmentos sociais que pretendiam ser incluídos na sociedade. A falta de amparo legal — e principalmente constitucional — inviabilizou a implementação de mudanças estruturais na sociedade por vias democráticas.

Afirma-se, no estudo, que o Brasil, na primeira metade dos anos 60, era uma poliarquia independente, soberana, com capacidade de se autodeterminar, ao menos é isto que se tentou demonstrar neste excuro. O governo era continuamente responsivo às preferências dos cidadãos. Entretanto, ao contrário da teoria de Dahl, não foi desenvolvido um sistema de segurança capaz de consolidar a democracia.

Saliente-se que a construção da poliarquia seguiu a via da liberalização (competição) precedendo a inclusividade (participação) e que as regras foram desenvolvidas por uma pequena elite.

O regime poderia ter sido aprimorado com a inclusão da população alijada do direito de voto (analfabetos) no processo eleitoral, com a permissão do funcionamento legal de todos os partidos políticos (PCB na ilegalidade), bem como a extensão de elegibilidade aos militares de baixa patente. A bem da verdade, a consolidação da poliarquia exigia que fosse desconstruído o imaginário brasileiro conservador que preconizava a manutenção de privilégios, a intolerância com o outro, a restrição à participação popular, as ações antirreformistas e as antissindicalistas.

A teoria da poliarquia trata a expansão da participação apenas sob o enfoque eleitoral, desconsiderando outras formatações de participação no governo, sejam individuais, sejam coletivas. Sob esse aspecto, a teoria foi insuficiente para compreender a profundidade do significado da soberania popular em um regime político democrático. Muito embora se admita que a soberania é uma ficção, sempre existindo espaços em que o povo não é soberano, como por exemplo no controle administrativo do Estado, a soberania popular não se restringe à capacidade de escolher seus governos, não se reduz ao critério eleitoral como delegação

absoluta de poderes aos representantes. Uma democracia em sua plenitude depende da ampliação das formas de participação com vistas a construir as decisões públicas coletivamente.

Ao examinar a disponibilidade das oito garantias essenciais à democracia, conforme o marco teórico — ou seja: (1) liberdade de formar e aderir a organizações; (2) liberdade de expressão; (3) direito de voto; (4) elegibilidade para cargos públicos; (5) direito de líderes políticos disputarem apoio e votos; (6) fontes alternativas de informação; (7) eleições livres e idôneas; (8) instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência, —, percebeu-se que embora estivessem presentes na ordem jurídica brasileira, essas garantias eram precárias. Assim, foi possível concluir que a mera positivação jurídica de garantias foi insuficiente para conferir estabilidade à democracia e que elas somente foram respeitadas quando exercidas nos limites traçados pelas classes politicamente dominantes. Portanto, mesmo que essas garantias estivessem presentes, elas não impediram o retrocesso do regime político.

A pesquisa demonstrou, ainda, que o fato de o país adotar um regime político democratizado ou autoritário não decorre de uma opção do grupo à frente do poder, mas depende de uma rota traçada pelas escolhas políticas antecedentes e pelas ações dos sujeitos históricos, conforme foi demonstrado na dissertação sobre a aplicação das sete variáveis¹⁸. Estas permitiram ao estudo a possibilidade de chegar a diversas explicações sobre a descontinuidade democrática.

A variável (I) *sequências históricas* foi o ponto de partida para construção, reconstrução e reflexão sobre o regime político brasileiro. Tentou-se traçar os eventos vivenciados no país que desestabilizaram a poliarquia. Passou-se pela eleição de João Goulart para vice-presidente, pela renúncia de Jânio Quadros, pela mobilização em apoio à posse de Goulart até à crise política que desencadeou o golpe. O exame foi feito com base na análise da amplitude da liberalização (contestação) e inclusão (participação) políticas. Após reconstruir os

¹⁸ Quais sejam: (I) sequências históricas; (II) ordem socioeconômica concentrada ou dispersa; (III) nível de desenvolvimento socioeconômico; (IV) igualdades e desigualdades; (V) pluralismo subcultural; (VI) dominação por poder estrangeiro; (VII) crença dos ativistas políticos, que segundo Dahl afetam a estabilidade de um regime político.

principais eventos políticos da história brasileira, percebeu-se que os primeiros anos da década de 60 foram marcados por um período de muita reivindicação por parte da população brasileira.

As diferenças sociais cresciam a olhos vistos, sendo necessárias reformas estruturais sobre questões tributárias, administrativas, urbanas, agrárias e universitárias. Vários setores sociais, como estudantes, trabalhadores e militares subalternos, mobilizaram-se em favor de reformas pressionando o governo João Goulart para transformar a democracia brasileira em uma democracia solidária. A questão central das reformas dizia respeito ao acesso à terra. Discutiram-se os limites do direito de propriedade e as possibilidades de sua supressão. Portanto, a questão distributiva de terras e renda afetou diretamente os eventos relatados.

O governo, nos primeiros momentos de 1964, decidiu implementar as reformas reivindicadas pelos trabalhadores, sendo a expressão maior dessa orientação política o anúncio de medidas reformistas no Comício de 13 de março de 1964. A democratização tardia brasileira teve como consequência a formação de um Estado interventor na economia durante a primeira metade dos anos 60. Este Estado regulou a cidadania ao produzir uma legislação social como tentativa de minorar as desigualdades, tomou medidas nacionalistas e de ampliação de benefícios sociais. A estatização da economia fazia parte do programa de esquerda.

Faltou na história brasileira o desenvolvimento de uma ideologia de mercado capaz de gerar solidariedade social, independentemente da ação estatal. Como consequência da inexistência dessa solidariedade, as esferas civis e militares conservadoras não anuíram com a alteração das estruturas políticas e econômicas do país e, para mantê-las, admitiam inclusive a desintegração democrática.

Estabeleceu-se um conflito entre as forças políticas. A elite, ameaçada de perder privilégios, estava disposta até mesmo a suplantar o regime democrático em prol da manutenção de seu *status*. Os defensores das reformas de base também se descuidaram do compromisso com a democracia como política institucional. Claro exemplo da radicalização no país foi o episódio em que caixas de geladeiras teriam chegado à cidade de Dianópolis

(interior de Goiás), que curiosamente não tinha energia elétrica. O exército, achando tratar-se de contrabando de armas dos fazendeiros da região, invadiu o local para verificar as geladeiras. Houve uma tamanha surpresa ao perceber que se tratava de um campo de treinamento militar das Ligas Camponesas. As geladeiras, a bem da verdade, eram caixas com bandeiras cubanas, retratos de Fidel e Julião, manual de instrução de combate, descrição de fundos financeiros, planos de implantação de focos de sabotagem.

A descontinuidade democrática foi possível em razão da crise de governabilidade instaurada no governo. Tal crise caracterizou-se pela paralisia decisória no Legislativo e no Executivo, fragmentação de recursos de poder, radicalização ideológica, inconstância das coalizões formadas no Congresso Nacional, instabilidade governamental (rotatividade na direção de ministérios e agências estatais) e dispersão partidária.

Em relação à variável (II) *ordem socioeconômica*, concentrada ou dispersa, analisaram-se o tipo de economia do país e o acesso à violência. O Brasil nos anos 60 integrava o grupo das sociedades agrárias tradicionais, com a predominância de latifúndios no meio rural. Verificou-se que em 1960 a população total do Brasil era de 70.191.370 pessoas: 31.533.681 viviam no meio urbano e 38.657.689 no meio rural. Portanto, 55% da população viviam no campo, e 2,2% das propriedades rurais ocupavam 58% do território nacional.

A Constituição de 1946 preconizava, da perspectiva liberal, o direito de propriedade, conferindo ao proprietário o direito de usar, gozar e usufruir, dispor e reaver o bem com quem quer que ele estivesse. Era um direito real exercido em caráter absoluto (liberdade sobre o bem – o proprietário fazia de seu bem o que quisesse), exclusivo (o proprietário usava-o só) e perpétuo (a propriedade era do proprietário enquanto essa fosse a sua vontade).

Não obstante fosse reconhecida a posição privilegiada do Estado sobre os particulares, era defeso realizar qualquer tipo de desapropriação que não observasse os moldes constitucionais. Isso porque, desde aquela época, a intervenção do Estado na propriedade foi considerada uma exceção, sendo a regra a não intervenção.

Portanto, o imaginário começou a flexibilizar as características do direito de propriedade em favor da coletividade, reconhecendo a função social da propriedade. Muito embora o

sistema normativo admitisse a legitimidade da supressão da propriedade para atender interesses da coletividade, quando o Estado cogitava desapropriar propriedades particulares, ele cogitava suprimir direitos privados, questão muito controvertida à época. Havia a crença de que a mudança na estrutura agrária possibilitaria um melhor abastecimento da população urbana, ampliaria o mercado interno para os produtos industriais e mitigaria os conflitos que se avolumavam no meio rural.

Não foi construído o *modus operandi* para alteração da estrutura agrária, ou seja, o critério de seleção de beneficiados e prejudicados, os instrumentos políticos de viabilização. As propostas esbarravam sempre no art. 141 da Constituição, que previa que a desapropriação por interesse público deveria ser precedida de indenização prévia e em dinheiro. O ponto central do conflito foi a questão indenizatória: verificou-se a impossibilidade de construção consensual entre a direita e a esquerda de uma solução legislada que alterasse os critérios para redistribuição das terras.

As tentativas de dignificação dos setores excluídos, por meio das reformas de base, foram infrutíferas, porquanto careceram de respaldo constitucional. As diversas tentativas frustradas de redistribuição da terra, bem como a radicalização dos grupos políticos, abalaram a democracia brasileira.

Conclui-se, portanto, que as desigualdades fundiárias nas sociedades agrárias pouco industrializadas têm grande impacto na vida política do país. Elas refletem a disparidade na distribuição dos recursos políticos e do exercício do poder. A desigualdade fundiária fez do Brasil uma democracia instável, suscetível ao regime autoritário.

A análise do *acesso à violência* consistiu em verificar disponível, tanto para o governo quanto para a oposição — ou indisponível para ambos —, mecanismos sancionatórios para respaldá-los. Foram examinados dois episódios: a posse e deposição de João Goulart.

Conquanto a Constituição previsse que o vice-presidente assumiria automaticamente a presidência em caso de vacância, os ministros militares conservadores empenharam-se para impedir a posse de Goulart. Todavia os militares pertencentes à corrente legalista não anuíram

com o impedimento inconstitucional proposto pelos ministros. Ficou evidenciada, pois, a divisão das forças armadas quanto ao apoio ao governo legal e legítimo.

A sociedade civil também se organizou em defesa da legalidade. Foi instituída a Rede da Legalidade pelo Governador do Rio Grande do Sul, que logrou êxito em mobilizar a população em defesa do direito da legalidade e da Constituição. O imaginário do povo brasileiro que aderiu à campanha da legalidade comprometia-se com a preservação das liberdades públicas e com a ordem constitucional, não aceitando passivamente soluções golpistas.

A mobilização nacional em apoio à posse de João Goulart ilustra a mudança do imaginário político social, que não era mais complacente com as decisões arbitrárias de uma minoria. As eleições e o direito ao voto, para serem legítimos, não poderiam servir tão somente para referendar o projeto político do grupo dominante, sem manifestar, de fato, oposição ao governo.

Goulart tomou posse, pois a falta de amparo legal nessa conjuntura, inviabilizou a solução golpista. Contudo o impasse entre os militares conservadores e a população que defendia a constituição somente foi solucionado com a instituição do parlamentarismo brasileiro (set./1961 - jan./1963), forjado pela Emenda Constitucional n. 4 ou Ato Adicional n. 4 de forma inesperada e coercitiva, sem consulta popular, em franca desobediência aos direitos políticos adquiridos pelo vice-presidente da República, João Goulart. Tal emenda constitucional, na prática, despojava o presidente de parcela significativa de seus poderes.

A deposição de João Goulart foi possível justamente porque o imaginário esquerdista comprometido com a implementação das reformas de base passou a admitir que elas deveriam ser realizadas ainda que carecendo de respaldo constitucional. O temor de decisões governamentais ilegais, à luz da ordem jurídica vigente, unificou parcela da sociedade civil e militares contra a possível atuação arbitrária governamental.

A deposição também foi facilitada pelo fato de o governo não ter promovido a ascensão de um general de esquerda que mobilizasse a instituição em favor do Executivo e, ainda, ter adotado medidas contrárias à lógica militar da hierarquia e disciplina, ao intervir nas punições

disciplinares em defesa dos oficiais de baixa patente, nos pedidos de transferências sem consultar o comando, entre outras medidas desagradaram os militares, porquanto invertiam a lógica hierárquica.

Com a instabilidade das forças armadas e a falta de coesão interna em face da erosão dos princípios da hierarquia e disciplina, os militares passaram a questionar o sagrado “dogma” do legalismo e concluíram que a legalidade deveria ser repensada, pois não poderiam assumir os riscos da subversão social, da derrocada da instituição militar e da iminente comunização do continente. Dessa forma, as forças armadas colocaram-se ao lado das medidas que entenderam necessárias para salvaguardar a ordem, evitando a instituição da profetizada ditadura comunista.

A fragilidade da poliarquia brasileira foi evidenciada diante do desequilíbrio do acesso à violência pelo governo e pelos segmentos oposicionistas militares e civis. Os militares apoiados pelos civis conservadores concluíram que valia a pena reprimir as esquerdas como forma de resguardar a instituição militar e o direito de propriedade. As forças reacionárias atacaram as instituições democráticas e a libertação econômica da pátria. Ao perder o apoio militar, o regime poliárquico não mais pode se sustentar e foi substituído pelo hegemônico.

Em relação à variável (III) *nível de desenvolvimento socioeconômico*, tecem-se as seguintes considerações: o Brasil nos início dos anos 60 estava fragilizado economicamente, sofrendo com o processo inflacionário. A crise econômica decorreu da redução no índice de investimentos, diminuição da entrada de capital externo e queda da taxa de lucro. O governo pretendeu equilibrar a economia com a adoção de medidas nacionalistas, prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior.

As diversas medidas financeiras adotadas foram ineficientes para alcançar a emancipação econômica dos recursos internacionais. A oposição conservadora, liderada pela UDN, alimentava suas críticas à política econômica do governo, por meio da aversão às propostas de política social e salarial bem como ao avanço do nacionalismo em termos de intervenção estatal e controle do capital estrangeiro.

A União sequer conseguiu positivar seu fluxo de caixa. Em termos macroeconômicos, a economia brasileira foi afetada pelas variáveis crescimento do PIB, desempenho das contas externas, inflação e situação fiscal. A população brasileira crescia miserável, a má distribuição de renda estrangulava a produção industrial, correndo o risco da estagnação por falta de mercado interno, desperdiçando grande parte de sua capacidade produtiva. A reforma agrária pareceu a muitos a solução da crise industrial, pois, ao estender ao camponês os benefícios da justiça social o mercado interno, seria ampliado.

A derrota na luta interna pela emancipação econômica contra o pauperismo e subdesenvolvimento, a não recepção das propostas reformistas pela integralidade da população, a continuidade das desigualdades, a fome, a miséria, a má distribuição de renda e a má distribuição de terras foram os males socioeconômicos que enfraqueceram a democracia.

A análise das variáveis (IV) *igualdades e desigualdades* baseou-se na premissa de que muito embora os regimes poliárquicos tolerem desigualdades de riqueza, renda e de educação, a iniquidade exacerbada provoca ressentimento na parcela de cidadãos excluídos, cientes de seus interesses.

O ressentimento ante as experiências de desrespeito social e de ataque à identidade, seja pessoal, seja coletiva, origina conflitos e somente é superado por uma ação que restaure relações de reconhecimento mútuo. A esfera jurídica é um campo de luta e contestação em que os sujeitos lutam contra a manipulação e privilégios injustificados.

A forma como os direitos políticos eram tratados no Brasil dos anos 60 desrespeitava analfabetos e oficiais de baixa patente. Apenas a população alfabetizada tinha direito ao voto. Considerando que censo populacional estimou que cerca de 40% da população de 15 anos ou mais ainda era analfabeta, conclui-se que todo esse percentual estava alijado da participação política.

Ressalte-se que a decisão do STF, em 11 de setembro de 1963, que considerou os sargentos eleitos no ano anterior inelegíveis e implicou a cassação dos mandatos dos militares de baixa patente gerou ressentimentos neste segmento populacional, ensejando inclusive uma insurreição armada.

As reivindicações por igualdade material, em sua essência, questionavam o paradigma liberal sob o qual fora elaborada a Constituição de 1946, propunham a revisão do conceito de democracia e dos dispositivos constitucionais que não mais poderiam servir para manutenção de privilégios e interesses de algumas classes. Discutiam-se o papel do Estado, os limites do intervencionismo, a autodeterminação, a justiça distributiva, a liberdade e a igualdade. As classes até então excluídas começaram a contrapor os valores liberdade e igualdade bem como a indagar acerca do que seria preferível: liberdade ou igualdade? Quais atos podem ser justificados em nome da liberdade? E em nome da igualdade?

Os sujeitos históricos necessitam ser autônomos para se realizarem em sua plenitude. Essa autonomia somente é alcançada mediante múltiplas formas de participação nas esferas pública e privadas de tomada de decisão. Porém as reivindicações dos oficiais de baixa patente e de vários outros grupos sociais que pretendiam ser reconhecidos e incluídos no sistema ameaçaram o regime democrático, porquanto despertaram a resistência dos grupos conservadores. Afinal, as reivindicações eram profundas, não visavam à mera concretização de direitos sociais: lutava-se pelo direito ao reconhecimento, condição fundamental de autorrealização humana. A sociedade brasileira passava por um processo de construção de identidades pessoal e coletiva; passava, portanto, por uma permanente “luta pelo reconhecimento”.

Diante das desigualdades políticas apresentadas, o Estado e os particulares puderam optar entre duas posturas: neutralidade ou ativismo. A primeira, sob a roupagem da isenção, permitia a subjugação dos grupos sociais minoritários pelos majoritários. Por outro lado, a segunda postura combatia desigualdades, buscava eliminar as violações aos direitos humanos e rompia com o legado de exclusão. Apesar de, nos Estados Unidos, a discussão acerca das ações afirmativas estatais estivesse emergindo, essa questão ainda não havia sido importada para o imaginário nacional. Ademais, as greves e o levante dos sargentos unificaram as classes conservadoras dominantes que declaradamente demonstravam sua insatisfação.

O Brasil não conferiu o direito de voto aos analfabetos e tampouco tornou os militares de baixa patente elegíveis. A crescente insatisfação da população com o desempenho das instituições políticas diante dos altos níveis de desigualdade, pobreza e exclusão social

fragilizou a democracia. Somando-se a esse quadro de desigualdade, a parcela populacional conservadora considerou que baixos os custos da reprimir seus adversários políticos, optando por não mais tolerar as reivindicações dos excluídos substituindo o regime democrático.

O exame da variável (V) *pluralismo/clivagem subcultural* diz respeito ao exame da possibilidade de todas as subculturas participarem do governo bem como da crença popular de que a poliarquia era efetiva no atendimento das reivindicações sociais. A análise da eficácia governamental em regimes democráticos é feita com base em dois tipos de arranjos institucionais: a) o relacionamento entre o executivo e as outras forças políticas e b) o sistema partidário.

Em relação ao relacionamento do Executivo com as forças políticas, foi trabalhado o Movimento de Cultura Popular. Quanto ao sistema partidário, focou-se no imaginário do pluripartidarismo brasileiro de esquerda.

O Movimento de Cultura Popular organizado por iniciativa do Poder Executivo de Recife, que reuniu um grupo de intelectuais “progressistas”, comunistas e católicos, propôs uma ação estratégica nas áreas de educação e de cultura. O movimento se destinava a conscientizar as classes excluídas por meio da alfabetização e educação, baseando-se numa pluralidade de perspectivas, elevando o nível cultural dos instruídos, instigando-os a debater questões sociais e políticas bem como despertando-os para a luta social e uma efetiva participação na vida política do país.

Concluiu-se que o papel dos representantes políticos com ideário nacional reformista, dos ocupantes de cargos de direção no Brasil e dos comprometidos com a luta pela justiça social no país foi fundamental para desenvolver movimentos de desalienação da população. As camadas populares organizadas — e conscientes politicamente — passaram a ter força para suas reivindicações, e isso incomodou as elites conservadoras, pois abalou o processo de controle social.

Quanto ao sistema partidário, verificou-se que o pluripartidarismo era uma realidade brasileira desde 1946, sendo vedada somente a existência de qualquer organização ou partido que contrariasse o regime democrático. O sistema pluripartidarista brasileiro permitia a

formação de partidos políticos comprometidos com ideários distintos e até mesmo antagônicos.

Analisou-se mais detidamente o processo de constituição dos partidos políticos comprometidos com ideologias esquerdistas, PSB e PTB. Concluiu-se que a fragmentação partidária das correntes de esquerda e a polarização ideológica dificultaram a formação de maiorias legislativas em torno de agendas reformistas, tendo como consequência a paralisia decisória que contribuiu decisivamente para o golpe militar.

A variável (VI) *dominação por poder estrangeiro* foi analisada conjuntamente com o nacionalismo. Este discutiu o papel do capital estrangeiro na economia nacional e comprometeu-se com a redução das diferenças entre os diversos grupos sociais, buscando a satisfação dos interesses gerais do povo. A política nacionalista não implicava a total exclusão do capital e da técnica estrangeira nas atividades econômicas do país. Todavia a opção por uma política governamental nacionalista provocou a redução de investimentos estrangeiros e do acesso a mercados mundiais.

Como o trabalho focou na reconstrução histórica da descontinuidade democrática brasileira, optou-se por dar maior relevo ao controle norte-americano no Brasil nos anos 60. A dominação americana no Brasil foi oculta e baseada principalmente no enfoque econômico. Os EUA estavam dispostos a investir financeiramente em todos os países que declaradamente se alinhassem a sua política externa em defesa do capitalismo. O Brasil assumiu uma política externa independente, não alinhada, mesmo com o mundo bipolarizado entre o grupo capitalista e o grupo socialista.

A política externa independente, a falta de apoio à intervenção militar dos Estados Unidos em Cuba, a postura nacionalista disposta a encampar empresas americanas concessionárias de serviço público e a regulamentação da remessa de lucros — e ainda a crescente mobilização popular em busca de mudanças estruturais no Brasil — foram os fatores que incutiram nos EUA o temor de que o governo brasileiro se alinhasse aos países socialistas, sendo a causa do apoio dos EUA os setores conservadores, que lhes pareceram menos favoráveis à mudança de paradigma econômico.

Os setores conservadores articularam-se em instituições para conspirar contra o governo de maneira organizada. Tais instituições foram o Ipes e o Ibad, ambos financiadas pelo capital internacional, que atuaram em prol do fortalecimento dos políticos conservadores. Por ocasião da deposição, a CIA apoiou a estratégia política de desestabilização do Governo Jango, tendo o governo norte-americano colocado em prática a Operação Brother Sam, que previa o desembarque de marines norte-americanos no Brasil, caso houvesse uma reação ao golpe.

Não há dúvidas de que uma das razões que levou Goulart a não resistir à movimentação civil-militar comprometida em depô-lo de seu governo foi a ciência do apoio norte-americano — com recursos financeiros e militares —, cujas consequências poderiam ser uma guerra civil no Brasil. Portanto o controle estrangeiro foi um dos fatores determinantes na descontinuidade do regime político. Ressalte-se, contudo, que o interesse norte-americano era tão somente que o Brasil mantivesse o sistema capitalista, pouco importando se sob o manto do regime político democrático ou autoritário.

A análise da (VII) *crença dos ativistas políticos* baseou-se na premissa de que a cultura em que o indivíduo é criado o condiciona a interpretar acontecimentos de sua vida de determinada maneira. Pessoas com perspectivas políticas diferentes percebem o mesmo acontecimento de modo muito distinto, uma vez que são afetadas pelas experiências que acumularam e pelas crenças que formularam. A percepção é seletiva, “apreendemos seletivamente” do mundo que nos cerca. O estilo de atuação de uma pessoa normalmente reflete seu modo de agir que foi bem sucedido no final da adolescência e começo da idade adulta. O sucesso inicial desencadeia o desenvolvimento de um estilo posterior.

Optou-se por analisar as crenças dos ativistas e líderes políticos, pois, em geral, suas ações são guiadas por suas crenças políticas e têm maior influência nos acontecimentos políticos, inclusive acontecimentos que afetam a estabilidade ou a transformação dos regimes. Foram examinados os sistemas de crenças de João Goulart, Leonel Brizola, Francisco Julião, San Tiago Dantas, Carlos Lacerda e Antônio Muricy.

O pensamento nacionalista fazia parte da crença política brasileira integrando campanhas políticas e discussões sociais. Tratava-se de uma ideologia nacional

desenvolvimentista apreendida heterogeneamente por cada partido, havendo cisões em opiniões intrapartidárias. Alguns repudiavam inteiramente o capital estrangeiro, outros, tão somente o dirigismo econômico; alguns requeriam o monopólio estatal; outros, o anti-imperialismo.

As lutas pelas reformas de base não tinham, por si mesmas, caráter revolucionário e socialista. Pretendiam transformar o Brasil em um país capitalista de política independente. Contudo parte da intelectualidade esquerdista pretendia que a democratização fosse apenas um passo para o processo de transformação socialista.

Os nacionalistas reformistas viam o Brasil como um país subdesenvolvido e dominado pelo imperialismo norte-americano e que, portanto, carecia de reformas de base (principalmente a reforma agrária). Os movimentos sociais estavam afinados com as ideias de bem-estar social das esquerdas europeias e com as ideias de libertação econômica das esquerdas latino-americanas. O tratamento humano decente não implicava ruptura com a ordem existente, mas sua modificação por maior igualdade política e social. Seu modelo de sociedade era lastreado nas premissas de proteção legal dos trabalhadores com as vantagens do regime democrática. Acreditava-se que a elevação do nível de vida dos trabalhadores não minava as bases do capitalismo. Pelo contrário, a melhora no padrão de vida amplia o mercado interno e as oportunidades de investimento.

Porém, antagonizando esse nacionalismo, foi construída, no imaginário das forças armadas, a crença de que o governo de Goulart apoiava revoltas dos militares de baixa patente e colocava em cheque os princípios basilares da instituição, quais sejam, hierarquia e disciplina. Entendiam ser necessário restabelecer a ordem. Além desse fator, também vislumbravam o perigo de o Brasil se tornar comunista.

Verificou-se que as chances da democracia ampliam-se quando as crenças dos ativistas políticos no regime é consolidada e incorporada pela população. Porém as chances de uma poliarquia foram significativamente reduzidas quando a parcela social politicamente atuante passou a crer nas benesses do regime autoritário.

As esquerdas pretendiam dar um sentido mais social e cristão à democracia brasileira, incluindo pessoas economicamente carentes por meio de amparo por políticas governamentais, lutando contra a usura social. Porém, a incapacidade do sistema político de eliminar formas arcaicas de dominação, bem como os privilégios de classes reproduzidos desde a colonização — principalmente no que tange à forma de lidar com a propriedade —, foi a principal causa da descontinuidade democrática. A incapacidade de lidar com problemas cruciais introduzindo alterações estruturais propiciou a ascensão do regime hegemônico autoritário.

O caráter transformador das reformas estruturais, reivindicadas pelo movimento social, não foi assimilado nem pelos setores tradicionais da sociedade brasileira, vinculados à propriedade latifundiária, nem pelos modernos representantes de um modelo capitalista industrializado e internacionalizado.

Por todo exposto, conclui-se que várias foram as causas para o fracasso da democracia brasileira nos anos 60, desde a crise na economia, a ampla mobilização política das massas populares, o fortalecimento dos movimentos operário e camponês e a inédita luta de classes decorrente da defesa de projetos dissonantes para o Brasil. A amplitude do movimento de deposição foi significativa, pois foi formada por uma coalizão civil, miliar e estrangeira, com apoio dos Poderes Legislativo e Judiciário, que pretenderam evitar potenciais e profundas modificações na estrutura econômica e política do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ângelo Nolasco De. *Ângelo Nolasco de Almeida (depoimento, 1986)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1990. 585 p. dat.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO LRS. João Goulart: Perfil, discursos, depoimentos (1919-1976) / João Belchior Marques Goulart; coord. Kenny Braga, João B. de Souza, Cleber Dioni e Elmar Bones. – Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 2004. 280 p.

AVILA, Humberto. *Repensando o Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Particular*. Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE), Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, n. 11, setembro.outubro.novembro, 2007. Disponível na internet: www.direitodoestado.com.br/rere.asp

AVRITZER, L. *Sociedade civil e participação social no Brasil*. Disponível em: <<http://www.democraciaparticipativa.org/files/AvritzerSociedadeCivilParticipacaoBrasil.pdf>> Acessado em: 11 nov. 2009.

BADARÓ, Marcelo Mattos. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. Revista Brasileira de História, v. 28, n. 55, São Paulo, jan./jun. 2008.

BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. *Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira (depoimento, 2003)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010, 93p.

BENEVIDES, Maria Victoria de M. *A UDN e o Udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 297 p.

BRASIL. Constituição. Emenda Constitucional nº 4 - 2 set. 1961.

BRASIL. Lei nº 4 131 - 3 set. 1962. Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de lucros para o exterior e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 4 137 - 10 set. 1962. Regula a repressão ao abuso do Poder Econômico.

BRASIL. Lei nº 4 132 - 10 set. 1962. Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. *O direito à diferença*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2009.

DAHL, Robert. Uma Crítica do modelo de Elite Dirigente. In: Sociologia Política II. Trad. Sylvia Rocha Mendes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

_____. Um Prefácio à Teoria Democrática . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

_____. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. A democracia e seus críticos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo e identidades*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

_____. *O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia*. Tempo, vol. 14, no. 28/2010, 123-143

_____. *PTB: do Getulismo ao Reformismo*. Edição: 2ª - 2011.

DULCI, Otávio. *A UDN e o antipopulismo no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG/PROED, 1986.

FERREIRA, Jorge. *O governo João Goulart e o golpe civil militar de 1964*. in: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (org.), *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil e militar de 1964*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, vol. 3.

_____. *A estratégia do confronto: A Frente de Mobilização Popular*. in: Revista Brasileira de História, São Paulo: Anpuh, vol. 24, n. 47, jan./jun. 2004.

_____. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular 1930-45*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1997. 132 p

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva: FGV, 2005. 319 p.

_____. (coord). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2007. 320 p.

_____. *Memórias em disputa: Jango Ministro do Trabalho ou dos trabalhadores?*, in: Marieta de Moraes Ferreira (org.), *João Goulart: entre a memória e a história*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

_____. *Salário Mínimo e a saída de Jango do Ministério do Trabalho*. Disponível no sítio <cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NoGovernoGV/Salario_minimo_e_saida_do_ministerio_do_trabalho>. Acesso em 15 de novembro de 2013.

GORDON, Lincoln. *A segunda chance do Brasil: a caminho do primeiro Mundo*. São Paulo: Senac, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo, Ática, 1987.

GUSTIN, Fádua Maria de Sousa. *Parlamentarismo e superação de dissensos: a experiência do Governo João Goulart*. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 1996. 241p.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa, AMARAL, Caroline Scofield, SILVEIRA, Jacqueline Passos da. *História do Direito: novos caminhos e novas versões*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2007. 629p.

GUSTIN, Miracy B. S. e VIEIRA, Margarida L. M. *Semeando democracia: a trajetória do socialismo democrático no Brasil*. Contagem: Palesa, 1995, 420p.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 2v.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento : a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34.

IBGE. *Censo Demográfico de 1960*. Volume I. Tomo XVII (Brasil). 1962. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_br.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2013.

IBGE. *Censo Demográfico de 1960*. Volume I. Tomo IX (MG). 1962a. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t9_mg.pdf Acesso em 12 de outubro de 2013.

IBGE. *Censo Demográfico de 1960*. Volume I. Tomo XVII (MT). 1962b. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t17_mt.pdf Acesso em 12 de outubro de 2013.

IBGE. *Censo Demográfico de 1960*. Volume I. Tomo XVII (SP). 1962c. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t13_sp.pdf Acesso em 11 de outubro de 2013.

IBOPE – PESQUISAS ESPECIAIS 1964 VOL. 2. “Resultados comparados da pesquisa de opinião pública realizada nas cidades de Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre”. Realizada entre 09 e 26/03/1964.

IPEA. *O Brasil em 4 décadas*. 2010. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1452 . Acesso em 9.9.2013.

JANGO. Direção Sílvio Tandler. Roteiro Maurício Dias e Sílvio Tandler, 1984. 117 minutos. Música Milton Nascimento e Wagner Tiso. Edição por Francisco Sérgio Moreira, Denise Goulart e Hélio Paulo Ferraz. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=f4IvdYGFikA>. Acesso em 15 de agosto de 2013.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Tradução Lucimar A. Coaghi Anselmi, Fulvio Lubisco. São Paulo: Martin Claret, 2009.

JULIÃO, Francisco. *Francisco Julião (discurso pronunciado no dia 31 de março de 1964)*. Disponível no sítio eletrônico <http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inf_oid=14&sid=3>. Acesso em 1 de novembro de 2013.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. [Tradução Eduardo Brandão]. São Paulo: Martins Fontes, 1990, 318p.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *Barbosa Lima Sobrinho I (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. 274 p.

LIMONGI, F. *A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório*. Novos Estudos, São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), n. 76, nov. 2006. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/a_democracia_no_brasil.pdf>

MURICY, Antônio Carlos da Silva. *Antônio Carlos Murici I (depoimento, 1981)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 768 p. dat.

NETO, João Pinheiro. *João Pinheiro Neto (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1997. 119p.

OST. François. *O tempo do direito*. Trad. Élcio Fernandes. Bauru, SP: Edusc, 2005

TOLEDO, Caio Navarro. *Democracia populista golpeada*, op. cit., 1997. Caio Navarro Toledo, O governo Goulart e o golpe de 64, São Paulo, Brasiliense, 1984.

REIS, Daniel. *As organizações comunistas e a democracia*. in: Marco Aurélio Garcia (org.), *As esquerdas e a democracia*, Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEDEC, 1986.

RIBEIRO, Casimiro Antônio. *Casimiro Ribeiro I (depoimento, 1975/1979)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1981. 121 p. dat.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, Editora UNICAMP, 2000.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

_____. *Poliarquia em 3D*. Dados: 1998, volume 41, n.2

SILVA, Maria Betânia e. *Refletindo sobre o movimento de cultura popular: espaço para a arte*. 2009. Disponível em: <<http://www.revista.art.br/site-numero-06/trabalhos/8.htm>>. Acesso em: 15 setembro. 2013.

STARLING, Heloísa. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis, Vozes, 1986.